

VICENTE DE CARVALHO

SOLUÇÃO
DA
CRISE DO CAFÉ

Na discussão desta questão é muito
para desejar que, tanto quanto for possível,
os argumentos se baseiem, não em simples
suposições, mas em dados positivos.

México

S. PAULO
LIVRARIA CIVILIZAÇÃO
98, RUA 15 DE NOVEMBRO, 98
1901

VICENTE DE CARVALHO

SOLUÇÃO
DA
CRISE DO CAFÉ

Na discussão desta questão é muito
para desejar que, tanto quanto fôr possível,
os argumentos se baseiem, não em simples
supposições, mas em dados positivos.

Mercator.

S. PAULO
LIVRARIA CIVILIZAÇÃO
58, RUA 15 DE NOVEMBRO, 58
1901

AO LEITOR



Este livro, em que se acham reunidos alguns artigos vindos a lume na imprensa diaria, é animado pelo mesmo espirito que dominou a publicação daquelles: — o sincero desejo de ser util.

Alimento a esperança de que, lendo o livro com a calma que a celeuma provocada pelos artigos não permittiu, cada um possa attender serenamente ao que eu exponho, e apreciar com isenção de animo o que eu digo.

Os artigos que publiquei provocaram uma avalanche de contestações; e boa parte dellas foi trazida a publico por pessoas que não conheciam a materia. Muitas dessas pessoas suppunham sem duvida que é sufficiente dispôr de alguma imaginação, penna e papel, para discorrer proveitosamente a respeito de cousa tão complexa, em que os detalhes se entrelaçam tanto, como é a crise do café. Alguns começavam confessando não entender do assumpto; e pré-gavam em seguida medidas que lhes pareciam decisivas, e que declaravam unicas a adoptar.

Como era de suppôr, isso não concorreu para esclarecer cousa alguma; mas, pelo contrario, contribuiu muito para perturbar a minha exposição, e o debate em geral. Uma discussão só é util quando os que discutem sabem bem o que querem, e mutuamente se ouvem e se entendem. Fóra disso não ha o propriamente discussão: ha apenas barulho.

II

A essa esteril perturbação procuro fugir publicando este livro. Desejo para o que exponho exame sereno e reflectido. Este livro offerece a cada um dos interessados oportunidade de pezar devidamente, com a precisa calma, o valor dos dados em que me baseio, a razão de ser da medida que proponho, as vantagens ou desvantagens della.

Desejo que cada um decida como entender, mas depois de ler serenamente o que exponho. Em assumpto complexo como este, a primeira impressão, sem o conhecimento dos dados da questão, não é um guia seguro e infallivel.

Não se acoime de pretencioso esse desejo que manifesto, de ser ouvido antes de ser julgado. A numerosa adhesão de interessados e de competentes, o ruidoso interesse que a medida por mim proposta despertou no espirito publico, auctorisam-me a pensar, e a dizel-o com franqueza, que não se trata de uma idéa extravagante e que não mereça attenção.

A minha insistencia, de que a publicação deste livro dá testemunho, é natural. Estou convencido de que o expediente que proponho é o caminho seguro por onde sairemos desta gravissima situação em que se acham a lavoura e a nossa terra. E seria extranhavel que a uma convicção como essa não correspondesse o esforço que emprego.

Um esforço, eis o que este livro representa; esforço inspirado no legitimo interesse que tenho no assumpto, como brasileiro, como paulista, como lavrador.

Vicente de Carvalho.



I

Apresento ao estudo dos interessados o que me parece ser uma solução para a crise actual do café, que ameaça aggravar-se assustadoramente. Peço para a medida que lembro, e para a exposição com que a fundamento, exame calmo e sem prevenções. Bem sei que, em principio, é um absurdo economico produzir para destruir; mas não se pode negar que, tambem em principio, é um absurdo economico produzir com esforço e sem lucro.

Comtudo, esta anormalidade se está dando. O café está sendo produzido, com um enorme esforço, para ser vendido, como está sendo, por preço que mal cobre as despesas do custo. E estamos ameaçados de o vender com indiscutivel prejuizo. Mesmo os que mais se apegam aos principios não pódem fugir á evidencia desse facto.

Trata-se de uma situação inteiramente anormal, que escapa de todo ás regras ordinarias e que exige o emprego de meios tambem extraordinarios.

A desvalorisação actual do café é devida á super-produção; já não ha meio de o pôr em duvida. Mesmo que o excesso de produção não fosse attestado irrefutavelmente pelo estado de todos os mercados do mundo, onde os *stocks* de café que esperam occasião de entrar no consumo augmentam de anno para anno, uma consideração seria bastante para

tirar-nos as illusões que ainda nos permittissemos ter: a producção brasileira augmentou bruscamente, dos ultimos 5 annos para cá, de alguns milhões de saccas por anno. Não ha fundamento sério para supôr que o consumo crescesse na mesma proporção, acompanhando o salto prodigioso que a producção deu.

O excesso actual da producção sobre o consumo, segundo indicam as mais cuidadosas estatisticas, é de cêrca de dois milhões de saccas. Em numeros redondos, para quatorze e meio milhões de saccas que o mundo consome annualmente, ha dezeseis e meio milhões de saccas que entram nos mercados. (*)

Deve-se tal excesso exclusivamente á producção brasileira. Nos vinte e seis annos ultimos, a producção do resto do mundo manteve-se estacionaria, sendo actualmente o que ha vinte e seis annos era: de quatro a quatro e meio milhões de saccãs. Entre os paizes productores estrangeiros, o pequeno augmento de uns tem sido compensado pela diminuição de outros. Apesar das varias peripecias que o café atravessou nesse longo periodo, a producção estrangeira, considerada em globo, se tem mantido sem modificação.

O grande factor da baixa somos só nós, que fazemos o excesso da producção sobre o consumo. E, facto digno de toda a attenção, esse excesso não consiste propriamente em café, mas nas impurezas com que exportamos os nossos cafés, e que *como café são torradas e offerecidas ao consumo do mundo*. Isso, que em linguagem commercial se chama *cafés baixos*, é o que faz, por si só, a superproducção.

Pôde-se, realmente, avaliar em 20^o/o da nossa producção esse terrivel e desmoralizador concorrente do café brasileiro, e 20^o/o da nossa producção cor-

(*) *Esse calculo é feito para o anno corrente de 1901—902.*

respondem approximadamente a dois e meio milhões de saccas.

A eliminação desse grande factor não só faria desaparecer immediatamente a superprodução, mas alliviaría mesmo em pouco tempo os *stocks* provenientes do excesso de produção accumulado nos ultimos annos. Supprimida a causa da desvalorisação, é evidente que os preços do café, procurariam o seu *nível normal* anterior ao actual e persistente phenomeno da superprodução. Cumpre observar que o *nível normal* dos preços do café em ouro foi sempre muito superior aos preços actuaes, a que nunca desceu antes da superprodução, que começou ha cinco annos, nem mesmo nas mais bruscas e passageiras baixas.

Mesmo que a eliminação, durante dous ou tres annos, de 20 0/0 das nossas safras, isto é, a supressão annual de dous ou dous e meio milhões de saccas de cafés baixos, só tivesse como resultado uma alta de 20 0/0 nos preços, essa eliminação seria, ainda assim, de extrema conveniencia. Compensada a quantidade sacrificada pela melhora correspondente do preço, nenhum prejuizo soffreria o productor; e conseguiríamos assim, sem sacrificio, a rehabilitação do café brasileiro pela exportação unicamente de café depurado e superior. Habituaríamos assim os consumidores a beber realmente café. Não se póde imaginar mais effcaz elemento de propaganda.

A influencia nefasta dos cafés baixos não se faz apenas sentir na superprodução. Chamamos toda a attenção para este ponto. Esses typos impuros, verdadeira falsificação do café, são um formidavel concorrente do verdadeiro café. A observação dos mercados nos ultimos annos mostra que elles tendem a nivelar-se com as qualidades superiores, não subindo até estas, mas desmoralisando-as. De anno para anno

as diferenças entre os cafés superiores e os typos infimos se tornam menores. A baixa ataca de preferencia, com maior intensidade, os bellos typos de mokas e finos. Esse caminho leva-nos ao desastre de peiorar cada vez mais o nosso producto, pela falta de incentivo que obrigue o productor a melhorar a producção. A pequena preferencia de preços obtida actualmente pelos cafés sem defeito já compensa mal o esforço que o lavrador emprega para conseguir esses cafés, e o que elle perde em quantidade e peso. Essa preferencia tende a diminuir cada vez mais. Caminhamos assim para este desastre: ser de bom conselho não empregar trabalho e despesas para obter café sem defeito; mas, pelo contrario, poupar o esforço e aproveitar os defeitos, que fazem avultar a quantidade. Nesse declive em que vamos, a lavoura brasileira se lançará descuidadamente no que se póde chamar uma verdadeira falsificação do seu producto.

Ainda mesmo, como acima se disse, que a supressão dos nossos cafés baixos só produzisse uma alta geral de 20 0/0 nos preços, essa supressão seria extremamente conveniente pela rehabilitação que traria ao nosso café. Mas a verdade é que essa eliminação annual de dous e meio milhões de saccas não teria como consequencia, com relação aos preços, fazel-os subir apenas de 20 0/0. Restabelecendo o equilibrio entre a producção e o consumo, entre a quantidade do genero disponivel e a necessidade dos mercados, essa eliminação elevaria os preços do café naturalmente, sem outro esforço, como acima observámos, ao seu *nível normal* anterior á superproducção. 20 0/0 sobre os preços actuaes (cotação de 38 francos no mercado do Havre), corresponderia a

pouco mais de 7 1/2 francos. O augmento de 20 % elevaria esses preços a 45 1/2 francos. Ora, toda a historia commercial do café ensina que, antes da superprodução, que data de cinco annos a esta parte, o café só accidentalmente, e por pouco tempo, desceu a 45 francos. O seu preço normal foi sempre muito mais elevado.

Bastaria que a eliminação de 20 % da nossa safra elevasse o café a 57 francos, preço ainda baixo comparado com os preços medios anteriores á superprodução, para que essa medida desse aos lavradores brasileiros um resultado de 50 %. Os 20 % perdidos em quantidade seriam compensados por 50 % de augmento nos preços, o que representaria um lucro liquido de 30 %. E, cumpre notar, esse lucro liquido seria obtido sobre as cotações actuaes, *que não podem ser consideradas como as mais baixas que o café alcançará.*

O lado mais serio do problema é este. O café está a 38 francos, que correspondem, com o cambio actual, a 4\$000 e 4\$200 por 10 kilos. Mas as cotações já chegaram, em 1899, a 31 francos; e, tomado em consideração o volume da colheita brasileira, que está agora começando, *não se póde determinar qual o extremo da baixa a que os preços chegarão.*

É em face dessa terrivel incerteza que a eliminação temporaria de uma parte das nossas safras assume as suas verdadeiras proporções de medida necessaria e urgente. A lavoura de café pode resistir, por algum tempo, mais ou menos organizada, aos preços actuaes; mas não resistirá, com o cambio em vigor, a uma baixa que leve o café mesmo aos 31 francos a que já chegou.

Não ha necessidade de exaggerar os desastres que essa baixa possivel acarretará. Ella trará a desorga-

nisação da nossa lavoura e do nosso commercio, provocando uma verdadeira perturbação social cuja extensão não é dado prever.

Por outro lado, cumpre salvar o enorme capital que em futuro não remoto representará a nossa capacidade activa de produção. Deve-se attender a que o consumo do café cresce numa proporção approximada de 5 0/0 ao anno, o que representa actualmentemente um augmento annual de cerca de setecentas mil saccas. Eliminado durante dous ou tres annos o excesso das nossas safras sobre o consumo, é provavel que, ao fim desse sacrificio, a nossa produção natural já não seja demasiada. Um esforço tendente a alcançar esse resultado dispensa encarecimentos. E' de simples bom senso sacrificar uma parte inutil do fructo para salvar a arvore. A produção hoje excessiva, e que nos empobrece, fará a nossa riqueza de amanha: sacrificemos o que hoje é demais, que a ninguem aproveita, conservando inteira e organisaada a nossa capacidade de produzir, que nos será util em futuro proximo.

E' preciso comprehender que só a eliminação positiva de parte das nossas safras actuaes produzirá esse resultado: a sua simples retenção não só importaria numa accumulacão de café retardando por muitos annos o necessario equilibrio entre a produção e o consumo, como seria uma permanente ameaça aos mercados, impedindo assim a alta.

O café, como producto de zonas especiaes e de extensão restricta, não é, não póde ser um genero barato. O abaixamento de preços que se faz sentir ha cinco annos não prova contra essa affirmacão, e, pelo contrario, os seus effeitos falam em favor della.

Esse abaixamento é devido ao phenomeno anormal da superprodução; e está, litteralmente, esmagando os productores. A produção sem lucro é uma anomalia anti-economica, que só se póde dar temporariamente. Essa anomalia não está no interesse do consumidor; porque, a prolongar-se, ameaçaria a propria existencia do genero.

Com relação ao café, nem o consumo está aproveitando com o sacrificio imposto ao productor, nem esse sacrificio é exigido pelo alargamento do consumo. O consumo do café augmentou sempre numa proporção normal, resistindo mesmo aos preços de mais de cem francos a que o nosso café se manteve em alguns annos. Actualmente, o café, desvalorisado para o productor, continúa a ser um genero caro para o consumidor. E isto explica-se: o café é tão onerado desde que sae das mãos do productor que a alta ou a baixa de 50 0/0, por exemplo, nos mercados de origem, representa de facto uma porcentagem minima nos preços do consumo.

A verdade é que a baixa actual não é de forma alguma determinada pela resistencia do consumo, mas é — exclusivamente — pela má posição em que a superabundancia do genero colloca os productores. O mundo não está exigindo beber café barato; nós é que nos estamos matando para fornecer-lh'o a preços impossiveis de sustentar.

Com tudo isso, estamo-nos preparando uma situação desesperada: a da desorganisação da nossa lavoura. Será esse o preconisado meio de vencer os nossos concorrentes? Será esse o unico caminho para sairmos da baixa actual?

Não.

E' preferivel mantermos as nossas forças procurando um justo equilibrio entre as conveniencias do consumo e a remuneração da produção.

Uma medida capaz de restringir no momento a produção *á quantidade de café que o mundo precisa e aproveita* attenderá a essa necessidade de salvar a nossa lavoura e o nosso commercio. Essa medida é a corajosa eliminação, durante dous ou tres annos, de uma parte da nossa produção; eliminação que fará subir os preços, nos mercados de origem, 50 % ou 60 %, talvez mais, e que, recaindo nas qualidades mais baixas, rehabilitará o café brasileiro.

Haverá, porém, um meio pratico, adoptavel e effizaz, de conseguir esse resultado sem vexames, sem desigualdades individuaes e odiosas para os lavradores, sem perturbação dos serviços de produção, de transporte e de commercio que o café exige no paiz?

Esse meio existe:

Consiste elle na criação, *por partes dos Estados brasileiros productores de café*, de um imposto de 20 %, *pago em especie*, sobre todo o café que fôr exportado e eliminação positiva do resultado desse imposto. Tal imposto será pago pelo exportador no acto de despachar o café para a exportação; isto é, para despachar perante a repartição fiscal o café que tiver de embarcar, o exportador será obrigado a exhibir certificado de que entregou ao deposito publico, para esse fim instituido, a quantidade de café — *sem determinação de qualidades* — correspondente a 20 % do que vae embarcar.

A eliminação dos cafés baixos se fará assim por simples selecção natural, porque nessa especie de menor valor procurará o exportador pagar o imposto. Taes cafés serão procurados e comprados para esse effeito como hoje o são para serem exportados.

A eliminação de 20 % da nossa safra não será

destruição de café: será destruição apenas de qualidades baixas, de escorias, de concorrentes do café.

A adopção dessa medida produzirá effeitos immediatos. Ninguem ignora que as cotações do café são feitas por antecipação. A noticia das nossas floradas influe immediatamente em todos os mercados. A certeza da eliminação annual, durante dous ou tres annos, de parte das nossas safras, equivaleria á noticia, não já de uma florada pequena, mas de uma grande geada.

A medida que lembramos póde vir a tempo de salvar toda ou quasi toda a safra que se está começando a colher.

Tal medida é, naturalmente, de character transitorio; mas produzirá effeitos beneficos definitivos. Antes de tudo, permittirá á lavoura nacional atravessar organizada a crise que ameaça subvertel-a, e conservar toda a sua capacidade productiva, que, attento o natural alargamento do consumo, será preciosa em futuro não remoto. Em segundo lugar, essa medida rehabilitará o café brasileiro. Os consumidores se habituarão, durante dous ou tres annos a beber verdadeiramente café brasileiro; durante dous ou tres annos desapparecerão do mercado as escorias que usurpam esse nome. E a certeza de que, ao fim desse tempo, os chamados *cafés baixos* não mais serão procurados para a eliminação, e já não encontrarão facil mercado de consumo, levará os productores nacionaes a aperfeiçoar o seu producto.

Para produzir todos os seus effeitos, a medida deve ser tomada corajosamente por tres annos; mas

a porcentagem de café a eliminar deve variar anualmente de accôrdo com o volume das safras pendentes. Calculamos que, para a safra actual, a eliminação de 20 % será razoavel; para as duas outras a porcentagem será maior ou menor, segundo as circumstancias aconselharem.

O que convirá, para evitar perturbação nos mercados, é que a porcentagem adoptada para cada anno seja inalteravel durante todo esse anno.

A medida que lembramos é a unica, dentre todas as que têm sido aventadas, capaz de conjurar o perigo que nos ameaça, que está imminente. Estamos ameaçados de ver a safra proxima vendida a 3\$ por dez kilos. Não podemos esperar de braços cruzados esse perigo; não podemos correr o risco imminente, vizivel, de ser esmagados, sem tentar uma resistencia.

Todas as outras medidas lembradas, algumas das quaes são plenamente accetaveis e devem servir de complemento a esta, dependem de tempo para serem adoptadas ou para produzirem resultado. Esta póde ser adoptada promptamente, e produzir effeito immediato.

Essa medida não exclue qualquer outra de feição a auxiliar a lavoura. Ella não perturba nenhum dos serviços que o café exige, no paiz. Permite a modificação do nosso commercio e o abaixamento das tarifas de estradas de ferro. Não prejudica a organização da propaganda do nosso café, antes vem em seu auxilio, pela rehabilitação delle como qualidade; não impede o alargamento do credito agricola, mas, pelo contrario, favorece-o pela valorisação do café como fonte de renda para o productora.

Deve-se accrescentar que a unica fórma possivel de tornar forçada e proporcional a contribuição de cada lavrador, e de fazer a perfeita selecção dos

cafés baixos, é a do imposto de exportação nos portos de embarque. Qualquer modificação nessa forma tornaria a medida impraticavel.

Quanto ao effeito moral que essa medida possa causar na opinião do mundo, ha duas coisas a considerar :

1.º Supprimindo as escorias que como café temos vendido até aqui, e que como café brasileiro têm sido até aqui torradas e fornecidas ao consumo, praticamos um acto de moralidade commercial;

2.º Eliminando a parte excessiva e perniciosa das nossas safras, exerceremos apenas, energicamente, um direito: não temos obrigação nenhuma de arruinar-nos para que o mundo* compre café por preço inferior ao custo da producção

II

Algumas pessoas pretendem negar a influencia decisiva da superproducção na baixa do café, e attribuem essa baixa á especulação.

A verdade é que *sempre*, até hoje, a alta e baixa dos preços do café foram determinadas pelo volume das safras. A regra é que as safras grandes determinam baixa, as safras pequenas determinam alta. Sendo o augmento do consumo um phenomeno normal, é a differença do volume das safras que inflúe directamente nos preços.

As oscillações dos preços do café obedeceram sempre á comesinha lei economica da offerta e procura. A especulação é bastante intelligente para tentar fugir á acção dessa lei; e é impotente para conseguir libertar-se della.

O papel da especulação não é ir de encontro aos elementos naturaes, mas aproveitar-se delles, antecipando ou retardando temporariamente os seus effeitos, exaggerando-os.

O erro das tentativas brasileiras, que falharam todas, foi sempre o tentar, por méro palpite, a resistencia aos mercados estrangeiros, quando estes faziam a baixa em perfeito accôrdo com as circumstancias. Os annos em que se deram aquellas infelizes tentativas foram exactamente annos de colheitas enormes. Nós, brasileiros, desprezámos esse factor, e o nosso palpite saiu errado; os mercados estrangeiros, tomando em consideração os elementos naturaes, jogaram de accôrdo com elles, e ganharam.

De 1876-77 a 1881, em cinco annos, nós produzimos 20.235.000 saccas, ou uma média de 4.057.000 saccas por anno. Os preços mantiveram-se durante esse periodo numa média superior a 90 fs.

De 1881-82 a 1886, os preços caíram a 50 francos e por ahi se mantiveram durante os 5 annos. Porque? Porque nesses 5 annos a nossa producção foi de 29.072.000 saccas, ou seja uma média de 5.800.000 saccas, enorme para esse tempo.

De 1886-87 a 1891, os preços subiram outra vez a mais de 100 francos. Não fôra preciso para isso organizar resistencias e formar syndicatos. Simplesmente, a nossa producção caíra a 25.400.000 saccas no quinquennio, ou a uma média de 5.080.000 saccas por anno.

De 1891-92 a 1896, a nossa producção vae a 31.730.000 saccas. Era, approximadamente, a producção de 1881-82 a 1886; mas, nos dez annos decorridos, o consumo augmentára, apezar da alta dos preços; e a pequena producção dos annos anteriores fizera exgottar os *stocks*. Os preços se mantiveram

a 90 francos. A média da nossa produção foi, nesse quinquennio, de 6.340 000 saccas.

De repente, começa a formidável baixa dos preços, que attingiu em 1899 o seu mínimo, 31 francos. Não é necessario, para explicar essa baixa, perder o tempo a imaginar coisas extraordinarias e causas fantasticas quando os algarismos falam com a maxima clareza. Nesses tres annos, 1896-97, 97-98, 98-99, nós produzimos 29.623.000 saccas, ou seja uma média de **nove milhões oitocentas e setenta mil saccas** por anno.

Não ha fundamento sério para admittir que o consumo acompanhasse a produção brasileira nesse prodigioso salto. E' mais natural, é mais razoavel, e é mais proveitoso vêr as coisas como ellas são, acceitar os factos na sua logica. Aquelle salto da nossa produção, de uma média de **6.072.000** saccas a uma média de **9.870.000**, explica bem evidentemente a existencia de um *stock* visivel de 6.200.000 saccas nos mercados do mundo em 30 de junho de 1899, como explica a queda do café a 31 francos nesse anno.

Um pequeno quadro esclarece o assumpto:

Annos	Produção brasileira	Média dos preços
	em saccas	em francos
1876—77	3.294.000	110
1877—78	3.498.000	104
1878—79	4.718.000	122
1879—80	3.172.000	110
1880—81	5.553.000	75 1/2
1881—82	5.602.000	57
1882—83	6.711 000	51
1883—84	5.056.000	55
1884—85	6.211.000	52 1/2
1885—86	5.532.000	51

Annos	Produção brasileira	Média dos preços
	em saccas	em francos
1886—87	6.129.000	73 1/2 (*)
1887—88	3.006.000	80 1/2
1888—89	6.735.000	86 1/2
1889—90	4.220.000	101
1890—91	6.156.000	98 1/2
1891—92	7.263.000	82
1892—93	6.457.000	92 1/2
1893—94	4.859.000	97
1894—95	7.091.000	85 1/2
1895—96	5.970.000	82 1/2
1896—97	9.005.000	58
1897—98	11.385.000	38 1/2
1898—99	9.283.000	39

Em 1899—900, o Brasil produz outra safra menor que a de 1897-98. Nesse anno o café subiu, chegando, no fim da safra, em junho do anno passado, até 56 francos.

Os dados do nosso problema actual são estes:

A proxima safra do Brasil é avaliada em 12 milhões de saccas; e encontrará os mercados já obstruidos por um *stock* de 7 milhões de saccas que ainda não conseguiram entrar no consumo.

Essa safra tem de vir toda aos mercados. A colheita se está fazendo, o se fará toda, e quasi toda se fará antes de se sentirem completamente os seus effeitos. Essa enorme safra brasileira será vendida pelos preços que alcançar, sejam elles quaes forem, *com um só limite: o ponto em que o valor do café*

(*) A alta, ahi, deu-se com a proximidade da safra seguinte, que devia ser pequenissima. Os preços subiram de setembro em diante, elevando a média.

No anno seguinte a alta se manteve até ás proximidades da seguinte safra, de 6.735.000 saccas, caindo, então, e deprimindo a média. Em outros annos se repetiu factio semelhante. Não se esqueça que as cotações são feitas por anticipação.

no mercado não dêr nada além do frete. Acima desse limite não haverá resistencia possível.

Quanto mais baixo fôr o preço, mais a escassez de recursos forçará as remessas.

Esses dados do problema indicam positivamente a provavel, a quasi certa depressão dos preços. Os elementos naturaes, nessa situação, são para a baixa.

A especulação, naturalmente, aproveitará esses elementos, levando a baixa até o extremo limite que assignalámos.

Esta é a verdadeira situação. Quem vae fornecer á especulação as armas que ella vibrará contra nós — somos nós mesmos, com a nossa entrega de.

12.000.000 de saccas aos mercados.

Caminharemos de olhos baixos e de braços cruzados para esse sacrificio? Não encontraremos no simples instincto de conservação a energia precisa para reagir?

A nossa resistencia só se poderá dar pela *supressão* de uma parte da nossa safra. A simples retenção nem era possível, nem seria efficaz. Essa retenção seria um erro, se fosse possível, porque a superprodução não é uma anomalia de momento, sanavel em pouco tempo, mas, pelo contrario, promette prolongar-se por dous ou tres annos.

Sob qualquer das duas fórmulas que têm sido lembrada a retenção apresentaria esse duplo carácter de uma tentativa theorica e errada. A criação de um grande syndicato, com recursos capazes de fazer o monopolio do café, e de regular as entregas aos mercados, esbarra logo nesta difficuldade: não temos dinheiro nem credito. Onde e como arranjar as centenas de mil contos necessarias para pagar bem e guardar milhões e milhões de saccas accumulados de anno para anno?

E, quando fosse possível obter esses fabulosos recursos, a tentativa falharia afinal. Esse syndicato faria em ponto grande o que fizeram em ponto pequeno os outros syndicatos brasileiros: iria de encontro aos elementos naturaes, faria uma especulação mal feita, arrebentaria quando, exgottados afinal os seus recursos—porque não ha recursos que se não exgottem—tivesse de despejar sobre os mercados os seus milhões de saccas, comprados a preços altos e accumulados numa grande cidade de armazens, que teria necessidade de construir para esse effeito.

Lembram outros a criação de um imposto prohibitivo para os cafés baixos. E' outra fórmula de retenção, impossivel e inefficaz. Não ha fiscalisação possível que torne praticamente obrigatoria a prohibição. Para não perturbar a exposição, deixo de fazer a demonstração dessa verdade; mas estou prompto a demonstral-a aos que não quizerem aceitar a simples affirmação de um homem que estudou bem o assumpto e que o conhece nos seus detalhes praticos.

Quando, porém, essa fórmula de retenção fôsse possível, não produziria os effeitos que se tem em vista. E' indispensavel comprehender que o café existente, esteja onde estiver, em Santos ou nas tulhas das fazendas, nas dócas do Havre e de Hamburgo, ou simplesmente na arvore, *pesa nos mercados*. O desaparecimento dos nossos cafés baixos no mercado, sem que se tivesse dado destino conhecido a taes cafés, indicaria aos mercados que esses 2 1/2 milhões de saccas tinham ficado retidos á espera de occasião para se despenharem na circulação. Essa occasião seria visivelmente aquella em que os mercados, se caissem nesse laço, tivessem acabado de comprar os nossos cafés bons a preços altos. Não attribuamos

gratuitamente aos mercados essa ingenuidade; e não sejamos nós, do nosso lado ingenuos. A retenção dos cafés baixos seria uma ameaça permanente aos mercados, e não faria a alta dos preços.

E, além disso, a retenção dessa parte das nossas safras, guardada para ser vendida em ocasião oportuna, não rehabilitaria o café brasileiro. No dia em que essa massa entrasse na circulação, o café brasileiro voltaria a ser, mais do que nunca, a escória dos cafés do mundo.

E o imposto proibitivo da exportação dos cafés baixos não impediria que esses cafés continuassem a explorar deploravelmente o mercado nacional de consumo.

Não temos onde escolher. O unico meio de sairmos desta situação é a deliberação corajosa de destruir 20% da nossa safra proxima, e a resolução solenne de destruir das duas que se lhe seguirem a porcentagem que representar excesso da producção sobre o consumo.

Mudaremos, com isso, a situação do café no mundo. Dispomos de força para isso, porque produzimos 75% do café fornecido ao mundo.

Poremos assim de nosso lado a especulação, que aproveitará o elemento natural da alta, fornecido por nós.

A adopção dessa medida, energica mas indispensavel, violenta mas não sem precedentes, mudará immediatamente a situação do café nos mercados.

A destruição de 20% da nossa safra não quer dizer que exportaremos em 1901-902, 9.600.000 saccas dos 12.000.000 que produzirmos. A melhora dos preços, melhora que se accentuará de anno em anno, não só aconselhará a resistencia dos lavrado-

res que têm recursos para reter o seu café, como aumentará o numero dos que têm esses recursos. Não esqueçamos que a valorisação do café importará uma valorisação geral nos Estados productores, isto é, um augmento de recursos em dinheiro e credito. O phenomeno da resistencia instinctiva nas occasiões de alta é conhecido e é vulgar. Os que venderam café a 6\$ em 1899, resistiram quando o café a entregar era pago a 9\$ em 1900.

E essa resistencia, essa retenção, é natural. Não se deve e não se pode reter café quando as probabilidades são para a baixa, mas quando são para a alta. Quando a corrente é para a alta, a natural resistencia apparece.

Por essa regra, que não falha, é bem possivel que, destruindo 20% da nossa safra, e adoptando medida identica para as duas seguintes, entreguemos aos mercados, em 1901-902, não 12.000.000 de saccas, porém, menos talvez de 8.000.000.

Isso obrigará o consumo a entrar largamente nos *stocks* existentes.

Mudados assim os elementos naturaes, porque motivo suppôr que a especulação resistirá, commettendo um erro, e pretendendo forçar a baixa?

Dizem alguns que a especulação, nessas condições, aproveitar-se-á da mudança de situação para vender a preços altos o seu *stock*, 7.000.000 de saccas, e aproveitar-se-á ao mesmo tempo da nossa franqueza para continuar a comprar-nos a preços baixos.

Os que assim pensam fundam-se, principalmente, numa illusão: acreditam que é possivel uma grande disparidade de preços entre mercados de café. Como as vendas de café são feitas geralmente pelo telegrapho, e como entre os mercados existe franca e

rápida navegação, é absolutamente irrealizavel a hypothese de estar o café a 80 francos, por exemplo, em Hamburgo, e a 40 francos em Nova-York; de manter-se elle, mesmo por poucos dias, a 80 francos no Havre e a 40 francos em Santos.

Se o café subisse, por exemplo, a 80 francos no Havre e nos outros mercados, e não nos quizessem pagar aqui mais do que 40 francos, o nosso recurso era simples: vender directamente a 70 ou 75 francos. Obrigariamos, assim, sem resistencia possivel, os mercados, ou a baixar os seus preços ou a comprar-nos pelos nossos.

Mas nem receio devemos ter de que nos seja preciso empregar esse recurso. Não faltará no mundo quem corra a comprar-nos o nosso café para revendel-o com lucro

Não é só o commercio de café que tem dinheiro para empregar em bons negocios.

III

Um dos argumentos que mais tem apparecido e reapparecido contra a medida que eu propuz — é a de que o imposto de 20^o%, pago em especie pelo exportador, cairá sobre a lavoura.

A insistencia nesse argumento é puramente gratuita. Trata se, realmente, para a lavoura, de sacrificar 20^o% da sua colheita, e nos cafés mais ordinarios, afim de salvar os 80^o% restantes. O total da nossa colheita está arriscado a perder-se, a ser vendido por menos do que nos custa, a nós productores: nada mais razoavel, nessas condições, do que sacrificarmos corajosamente 20^o% para salvar do desastre os 80^o% restantes.

Os dados que expuz mostram que, com essa me-

dida, valorisaremos a parte aproveitavel da nossa producção, isto é, os 80 % que della conservaremos. Se a valorisação da parte aproveitada corresponder apenas ao sacrificio da quantidade, isto é, se fôr unicamente de 20 %, conseguiremos, sem prejuizo algum, a rehabilitação do café brasileiro; mas todos os dados levam a acreditar que a valorisação se dará em escala maior, e que a destruição dos nossos cafés baixos será largamente retribuida pela alta dos preços obtidos pela parte bôa da nossa safra.

Imaginemos o café chegado a 3\$ de base.

Um lote de 80 saccas de café superior, e de 20 saccas de café baixo, dará:

80 saccas de café superior, ou sejam	
4.800 kilos de café a 3\$ por 10 kilos	1:440\$000
20 saccas de café baixo, ou sejam	
1.200 kilos a 2\$ (?) por 10 kilos.	<u>240\$000</u>
Valor de lote	1:680\$000

Admittamos agóra que a destruição resolvida, e em execução, de 2 1/2 milhões de cafés baixos da nossa safra, eleva a 6\$ o preço dos cafés exportaveis. E' inutil observar que 6\$ é um preço extremamente baixo com o cambio actual, e que só a superproducção permite esse preço. Mesmo, porém, com esse preço de 6\$, o resultado do lote em questão seria:

80 saccas de café superior a 6\$000 por	
10 kilos, ou a 36\$ por sacca.	2:880\$000
Menos 20 saccas de cafés baixos a 4\$	
por 10 kilos, ou a 24\$ por sacca.	<u>480\$000</u>
	2:400\$000

Na primeira hypothese, o comprador pagaria 1:680\$000; na segunda hypothese pagaria 2:400\$000. Nos doze milhões de saccas da producção brasileira

essa differença seria de 201.600:000\$ para 288.000:000\$, ou um resultado de 86.400:000\$000.

Para o lavrador que colhe 12.000 arrobas o resultado bruto seria, na primeira hypothese, 50:400\$; na segunda, 72:000\$000. As despesas de transporte seriam as mesmas. A differença liquida seria, portanto, de 21:600\$000.

Isso representa a proporção do lucro liquido que, sem prejuizo e sem perturbação de toda a engrenagem que em nosso paiz auxilia a producção e o escoamento do café, teria a lavoura com a destruição de 20 o/o dos cafés mais baixos, da escoria da sua safra; e isso mesmo na hypothese de que a eliminação de 2 1/2 milhões de saccas da nossa colheita, a deliberação firme de adoptarmos medida identica por tres annos, o facto de pormos assim um termo á superabundancia do producto, a mudança completa da situação do café no mundo—só fizesse subir nos mercados ao preço modesto de 6\$ por dez kilos a parte bôa e aproveitavel da nossa colheita.

Tracta-se, portanto, de um resultado provavel de cerca de *cem mil contos* a obter pela lavoura brasileira num anno. Essa cifra vale, por si só, um sacrificio. Mas a medida lembrada não se limita a isso. Ella tem a intenção de realisar cousa identica nos dous annos proximos. Ella tem intenção de permittir á lavoura manter-se organizada. Ella tem a intenção de conservar, intacta e poderosa, a capacidade productiva dos nossos cafezaes, que representarão dentro em poucos annos uma riqueza enorme para nós lavradores, e para a nossa terra.

Ella tem a intenção de tornar possivel a propaganda do café brasileiro pela sua rehabilitação como qualidade e pela sua moralisação commercial, que a superabundancia impede. Ella tem a intenção de tornar possivel pelo emprego desses dous elementos e

pelo augmento de recurso a approximação entre o productor e o consumo, a intervenção mais directa do commercio brasileiro, hoje extenuado, no escoamento do café. Ella permittirá modificar o regime do trabalho agricola, ou dando ao colono confiança no café, interessando-o na producção, ou dando ao fazendeiro a faculdade de agir com franqueza no salario, pela certeza, por parte do lavrador, de que poderá pagar, pela certeza, por parte do trabalhador, de que será pago. Ella reerguerá o credito da lavoura, ella abrirá caminho para a organização do credito agricola, pela estabilidade de valor de um producto que até hoje tem ido de depreciação em depreciação.

Não valerão essas vantagens o sacrificio da natural repugnancia que todos sentimos em queimar café depois de colhido, beneficiado e transportado? Não valerá perventura a vantagem de salvar a vida ameaçada, o sacrificio de tomar um remedio amargo? Será razoavel perder, por amor do cisco da nossa colheita, o total della, e o capital que os nossos cafesaes representam? Será preferivel succumbir á gangrena, a supportar a operação, embóra dolorosa, da parte contaminada?

Eu peço desculpa de não corresponder á honra que me fazem todos os que me têm interpellado ou objectado em publico. Ser-me-ia materialmente impossivel, nesta grande batalha, em que todos estamos empenhados, deter-me em tiroteios parciaes.

Responderei hoje, de passagem, mas de modo que tenho a velleidade de suppôr sufficiente, a algumas objecções.

A primeira, trazida a publico com a responsabilidade de nomes dignos de acatamento, é de que é errado o *principio* de valorisar o producto pela destruição de parte delle.

Essa objecção me é opposta em nome da sciencia.

Antes de tudo, permittam-me os distinctos contradictores que, em companhia de um illustre escriptor, que foi tambem um notavel estadista, eu considere essa pretendida sciencia economica como um simples ramo de litteratura enfadonha.

Depois dessa liberdade que me permitto, protegido pela sombra de uma bôa arvore, passo a responder:

A objecção já está plenamente respondida. Onde? Nas primeiras linhas da minha exposição publicada a 9 do corrente.

Nessa exposição começo eu dizendo que a medida que ia propôr seria um absurdo considerada como um principio, como uma norma de conducta; mas que era justificada como remedio de momento applicavel a uma situação anómala. Produzir para destruir é um absurdo em principio, disse eu; mas tambem produzir com enorme esforço para vender com prejuizo — é egualmente um absurdo em principio. Ora, este ultimo caso, que é um rematado absurdo em doutrina, está-se dando, infelizmente, como um facto, na pratica.

Se a allegada sciencia não impede que se dê a anomalia que nos prejudica, não me parece que lhe assista direito de se oppôr á anomalia, toda temporaria, que nos dará remedio.

Outra objecção: a medida proposta provocará a alta do preço do café; a alta do preço fará diminuir o consumo.

Eu já tive occasião de me referir á influencia nulla dos preços do café nos mercados de especulação -- sobre o consumo. O augmento do consumo universal resistiu mesmo aos preços de mais de 100

francos em que o nosso café se manteve por annos. Julgo-me dispensado de fazer um estudo minucioso desse phenomeno, atendo-me apenas a um facto, que esclarece perfeitamente o assumpto, e que tem a vantagem de ser conhecido por toda a gente:

Com o café a 400 rs. por kilo no mercado de Santos, vende-se o kilo de café torrado a 1\$200. A bôa mathematica em serviço do amor aos principios provará que: com o café em grão a 600 rs., o kilo de café torrado custará 1\$800; se for aquelle a 800 rs. custará este 2\$400; e que, se o café em grão fôr a 12\$000 por dez kilos, o consumidor terá de pagar 3\$600 por kilo de café torrado. O mesmo na ordem inversa.

Unicamente, ninguem acreditará nessa mathematica dos principios: porque a destrôe por completo o que se conhece na pratica. A pratica ensina que aqui, na terra do café, onde o consumidor está tão proximo do productor, tão ligado a elle, os preços têm oscillado, de anno e meio a esta parte, para o productor, entre 400 rs. e 1\$000 por kilo; e, para o consumidor... em cousa nenhuma.

A chicara de café, que se pagava a 100 rs. com o preço de 15\$000 por dez kilos nos mercados, paga-se aos mesmos 100 rs. com o preço de 4\$000 por dez kilos.

O fantasma de retrahimento do consumo universal por subir o café a 6\$000 ou 8\$000, no mercado de Santos—não é digno de assustar mesmo aos mais medrosos.

O consumo não tomará parte alguma nisso. A fabulosa riqueza que estamos perdendo não é aproveitada pelo consumo.

E que o fôsse. Se o alargamento do consumo só fôsse possivel com café a 3\$— não teriamos razão nenhuma para desejar esse alargamento. Se o mundo

só quizesse ou só pudesse beber café a 3\$, por dez kilos, o remedio não seria destruir 20% da nossa safra, mas destruil-a toda, e abandonar os cafezaes. Não valeria a pena nos estarmos matando, nem mesmo estarmos a discutir—para conseguir unicamente que o mundo bebesse café por menos do custo da producção.

Felizmente, isso não se dá; e o terror dos que temem que a elevação do preço do café a 6\$ ou a 8\$ no mercado de Santos afugente o consumo é um panico produzido apenas por abstracções theoricas.

IV

Cousa interessante! Emquanto na lavoura e no commercio de café a idéa de eliminação de 20% da nossa safra segue o seu caminho, e conquista dia a dia mais adhesões francas e decididas; vê-se fervilhar na imprensa uma encarniçada opposição de pessoas cujo interesse é no assumpto muito vago. Emquanto essa idéa vae provocando manifestações favoraveis de nucleos importantes de lavradores e de commerciantes solidarios com os interesses da lavoura, manifestações feitas com conhecimento de causa, porque cada um é em geral bom juiz no que diz respeito aos seus negocios; emquanto isto se dá por um lado, vê-se por outro esgrimirem no ar—é claro que eu não me refiro ás honrosas e mesmo brilhantes excepções—escriptores de occasião que vêm apenas revelar em publico um conhecimento muito duvidoso do assumpto.

Como se trata de materia que não póde ser decidida só com o concurso de phrases e de imaginação, eu tomo a liberdade de pedir aos que não têm a dizer a respeito coisas uteis o obsequio de não per-

turbar o debate. Este pedido é acompanhado de outro, dirigido aos que podem dizer a respeito, pró ou contra, coisas aproveitáveis: a esclarecer a discussão. Tenho o prazer em lembrar, entre estes, e sem que isso signifique esquecimento proposital de alguns outros, os nomes distintos de dr. Adolpho Botelho, dr. Silva Telles, dr. Laraya e Penteado.

Tenho-me até agora dirigido á lavoura; vou hoje dirigir-me, individualmente, a cada um dos lavradores que ainda hesitam, ou sentem mesmo repugnancia pela medida por mim proposta.

A cada um delles peço que faça applicação do caso á sua situação pessoal, e que, subtraído assim o assumpto a generalidades, decida pisando em terreno conhecido e firme.

Cada um de nós sabe que, no principio da crise, em 1896, o café caiu a 12\$ por dez kilos.

Foi uma perturbação, mas descançámos esperando que a baixa fôsse passageira. No anno seguinte, o preço veio a 10\$000.

Caiu depois a 8\$, a 6\$, a 4\$. E, deante desse desmoronamento, que fizemos nós?

Mandámos aos mercados o total das nossas safras, vendemos essas safras a 12\$, a 10\$, a 8\$, a 6\$, a 4\$. E com isso fizemos subir, nos mercados de todo o mundo, a sete milhões de saccas os *stocks* de café. Com esse systema peiorámos, de anno para anno, a nossa situação. Cada um de nós sabe isso.

E' claro que esse rumo seguido até aqui é errado. E' evidente que não devemos continuar a ter por norma de conducta mandarmos o nosso café aos mercados sem nos importar o destino que esse café vae ter, o preço a que elle vae ser vendido.

Se continuarmos a proceder como temos procedido, continuará a acontecer o que tem acontecido: os preços continuarão a baixar, os *stocks* de café continuarão a crescer. Isto não é uma theoria: é um facto que nos ensina a triste experiencia destes ultimos cinco annos.

Essa experiencia está mostrando, sem illusão possível, que alguma cousa devemos tentar para sair desse mau caminho seguido até aquí. E' necessario que os preços do café subam. O nosso problema é este.

Ora de quem podemos esperar a alta dos preços, a valorisação do café, se nós não a promovermos? E a ser necessario para essa alta algum esforço, algum sacrificio, quem empregará esse esforço, quem fará esse sacrificio, a não sermos nós? E se o sacrificio tem de ser feito por nós, em que mais o havemos de fazer, senão em café, desde que, sem dinheiro e sem credito, só de café dispõe a lavoura?

A situação me parece bem clara. Se continuarmos a querer aproveitar, como temos feito, toda a quantidade das nossas safras, continuaremos a exercer sobre os mercados a acção que nestes cinco annos ultimos temos exercido: a de forçar, ou, se o quizerem, a de favorecer a baixa dos preços. Pomos á disposição dos compradores uma quantidade enorme de café: os compradores servem-se disso para comprar barato.

A situação em que isso nos collocou vale um esforço para sairmos della: vamos a vêr a proporção, para cada um, do esforço que eu, lavrador, proponho a todos os lavradores que façamos unidos e solidarios.

Com o café a 4\$ de base, póde-se tomar 3\$ como média do preço alcançado em Santos pelos cafés

baixos. Isto é, o café baixo, sobrecarregado com as despesas de frete, carroto e commissão, rende 4\$500 por arroba, resultado bruto.

Admittamos que o café, na safra nova, não baixe de preço; e que se conserve na base de 4\$000.

Tomemos agóra o caso de um fazendeiro que colhe 10.000 arrobas. Adoptado o principio da eliminação por meio do imposto de exportação, esse fazendeiro concorrerá, em café, com o valor bruto, em Santos, de 2.000 arrobas das qualidades mais baixas, isto é, 9:000\$000.

Cumpre, porém, observar que as despesas feitas com os cafés baixos, ou os ónus que sobre elles cáem, não são os mesmos nas duas hypotheses de serem distribuidos ou de serem exportados.

O café baixo, não sendo exportado, não pagará o imposto de 11 0/0, e como todos os cafés exportados pagam aquelle imposto pela pauta do café superior, isto é, como na base de 4\$ por dez kilos, o café baixo paga 660 réis por arroba, isso representaria para o lavrador, na hypothese formulada, uma economia de 1:320\$000, (duas mil arrobas a 660 réis por arroba).

O café baixo, destinado á eliminação, dispensaria o *sacco novo*, que é pago pelo exportador a 1\$700. Isso daria ao lavrador em questão uma economia de 850\$ (1\$700 por sacco em 500 saccos).

Reflectamos agóra na questão do frete. Se o processo de eliminação dos cafés baixos se fizer natural ou artificialmente por outro processo que não seja o imposto cobrado no acto da exportação, importará isso em perda, para as estradas de ferro paulistas, de cerca de um milhão e seiscentas mil saccas a transportar durante o anno. Seria compativel com essa diminuição de mercadorias a transportar a redução de tarifas que temos direitos de exigir? Não

é provavel que as estradas de ferro se prevalecessem disso para manter as suas tarifas insupportaveis, ou para fazer apenas reduções modicas?

Cumpre não perder de vista que a eliminação de uma parte da nosssa producção, quer pelo imposto prohibitivo para os cafés baixos, quer pela solução natural, isto é, pelo abandono e morte de grande parte dos cafezaes, é argumento de que as estradas de ferro usarão para não fazer nas suas tarifas os grandes córtes que são necessarios. Em resumo, a adopção da medida proposta permite-nos garantir ás estradas de ferro o transporte do total das nossas safras; e dá-nos assim direito de obter a redução das tarifas. Calculemos que a medida em questão nos habilita a conseguir uma pequena redução, apenas de 5 0/0 nos fretes do café em geral,—além da redução que temos de obter sem essa medida.

Tomemos como média dos fretes, com qualquer dos outros dous processos de eliminação, imposto prohibitivo ou morte de cafezaes, 1\$400 por arroba. A differença em frete seria, para o fazendeiro de 10.000 arrobas, de 700\$000.

Temos, portanto, a deduzir do valor bruto, de 2.000 arrobas de cafés baixos no mercado de Santos, isto é de 9:000\$000:

differença de imposto	1.320\$000
differença nos saccoes	850\$000
differença nos fretes	<u>700\$000</u>
Total.	2:870\$000

O que reduziria o sacrificio do valor de 2.000 arrobas de café baixo no mercado de Santos, isto é, o sacrificio de um fazendeiro de 10.000 arrobas, a cerca de *seis contos de réis*. Isto ainda mesmo na hypothese de, com a safra nova, o café baixo manter o seu preço actual de 4\$000 por dez kilos.

Esse sacrificio para que será feito? Para conseguir a eliminação de 2 1/2 milhões de saccas de cafés baixos, isto é, para obter uma completa mudança da situação commercial do café no mundo; para acabar com as escorias que usurpam e desmoralizam no estrangeiro o nome do café brasileiro, e que aqui mesmo, aos nossos olhos, no mercado nacional de consumo, que é importante, que é de mais talvez de 1/2 milhão de saccas por anno, fazem a mais desbragada concorrência ao verdadeiro café. (É sabido que só o Rio recebe quantidades colossaes de escolha, para o consumo local e dos Estados; e que essa escolha é paga pelo consumidor nacional a preços muito mais altos do que os que alcança nos mercados de exportação o melhor café *moka*).

Estas considerações, por si sós, justificariam o esforço a empregar, ainda que custoso, o sacrificio a fazer, ainda que penoso.

Mas o esforço não é tão grande, o sacrificio não é tão penoso, como parecem. Seis contos, para um lavrador de 10.000 arrobas, é prejuizo que lhe traz uma simples baixa de 400 réis em dez kilos no mercado de Santos. E nós estamos infelizmente acostumados, desde cinco annos a esta parte, a affrontar baixas bem mais consideraveis. Não valerá a pena, a um lavrador de 10.000 arrobas, desistir desses seis contos *com que não pode contar, que uma pequena baixa de 400 réis no mercado de Santos lhe tirará*—para tentar uma seria resistencia?

Mesmo que isso fôsse um sacrificio seria util, seria justificavel. Mas a verdade é que nem se tracta de sacrificio. Tracta-se apenas de pôr fóra o que não nos aproveita.

O principal intuito da medida em questão é—valorisar o café. O sacrificio de 2.000 arrobas de café ordinario representará para o fazendeiro de 10.000

arrobas a valorisação das suas 8.000 arrobas de café bom.

O pretendido sacrificio de seis contos é feito para obter um resultado de quinze, vinte, ou trinta contos. Não será um sacrificio: será um emprego intelligente de capital. Semear não é sacrificar a semente.

Objectam alguns que o resultado não será immediato, que poderá fazer-se esperar por um, tres, seis mezes...

Admittamos esse argumento dos timidos.

Mas para nós, que sabemos o que é derrubar o matto, plantar o café, crial-o e tratal-o em cinco annos de esforço, de energia, de despezas, para só ao fim desse tempo colher o fructo — para nós não pôde prevalecer contra um esforço a empregar o argumento de que esse esforço levará um, tres, seis mezes, a produzir resultado.

Acreditar que a eliminação de 2 $\frac{1}{2}$ milhões de saccas de café num anno, que a eliminação de 5 ou 6 milhões em tres annos — não faça subir os preços? Mas então a que preços fará descer o café essa massa enorme, si, em lugar de ser destruida, entrar nos mercados? Isso pede reflexão calma e sem prevenções. E pede tambem energia.

A nossa situação é exactamente a de um fazendeiro que possúe 100.000 pés de café, dos quaes 20.000 são ruins de tractar e produzem pouco, sobrecarregando o custeio.

Chegamos a esta situação: não podemos tractar dos nossos 100.000 cafeeiros. As nossas forças não dão para tractar bem de mais do que 80.000.

Nessas condições, que faria um lavrador prudente? Prefiriria tractar mal todo o cafesal, sacrificar toda a lavoura—ou abandonar os 20.000 pés ruins, e

salvar os 80.000 que são bons de tractar, e que produzem?

Responda o bom senso de cada um.

A situação é bem clara. Se cada lavrador quer continuar o systema até aqui seguido, se insiste em aproveitar mesmo as escórias da sua safra, continuaremos a inundar os mercados, continuaremos a fazer baixar os preços do café. Que vantagens temos tirado desse systema? Fazer baixar o café a 12\$, a 10\$, a 8\$, a 6\$, a 4\$000.

A continuação desse systema levar-nos-á a vender 10.000 arrobas de café a 3\$ de base em lugar de vender 8.000 arrobas a 6\$.

As vantagens do nosso procedimento são todas unicamente para os que estão empregando dinheiro em café á espera da nossa ruina. Estamos-lhes fornecendo os elementos de que elles precisam: estamos-lhes entregando muito café barato, e caminhando de olhos fechados para a perda, para o abandono dos nossos cafezaes.

Creio que não ha um lavrador ao qual não se faça sentir a necessidade de reagir contra este estado de coisas.

Todos comprehenderão que é necessario tentar um esforço; todos comprehenderão que só de nós, que somos os grandes interessados na alta do café, poderá partir a iniciativa efficaz desse esforço; todos comprehenderão que qualquer sacrificio a fazer, de nossa parte, só poderá ser feito em café, porque é a unica coisa que todos temos.

O que eu proponho é um esforço possivel, na proporção de café no valor bruto actual de 6:000\$000 para o lavrador de 10.000 arrobas.

Se não estamos dispostos a fazer um esforço dessa ordem, então é inútil pensarmos em subida de preços. Se não temos a coragem de fazer esse pequeno esforço individual, que representará collectivamente uma enorme força, a diminuição de 2 1/2 milhões de saccas de cafés baixos, então é escusado pensarmos nisso. Quem não tem a coragem de semear não devè ter a esperança de colher.

Só a lavoura empregará um grande esforço em beneficio da lavoura, ninguém mais. Só a lavoura tem meios de empregar um esforço em proporção com as necessidades da situação.

Nem os capitaes estrangeiros têm interesse em fazer subir o preço do nosso café, que podem a cada canto, comprar barato; nem o Estado tem recursos—independentes dos recursos da propria lavoura—para compensar uma simples baixa de 1\$000 em dez kilos no mercado de Santos (quarenta e oito mil contos em oito milhões de saccas); nem, e muito menos, as estradas de ferro podem reduzir os fretes de modo a compensar uma simples baixa de 200 rs. em dez kilos naquelle mercado (nove mil e seiscentos contos em oito milhões de saccas).

O que todos pódem é—collaborar com a lavoura na sua salvação: o Estado, ou diminuindo o imposto e reduzindo as suas despezas, ou applicando em beneficio mais directo do café parte do que recebe da lavoura: as estradas de ferro, reduzindo as suas tarifas ao que é razoavel e compativel com a situação; quanto aos mercados estrangeiros.

Quanto a esses, se me permittem uma allegoria, nós temos sido collectivamente como um grande fazendeiro relaxado. Os mercados de café foram o bem mais valioso do patrimonio nacional. Nós temos unicamente estragado essa propriedade magnifica. Como? Abarrotando-o de café, dando-lhe os meios de obter

facilmente, por qualquer preço, todo o café que precisam, e até mais do que esse. Todas as vezes que não abusámos dos mercados elles nos deram quantias enormes pelo nosso café. As nossas safras, nos annos de falha, foram sempre vendidas por alto preço, deram-nos sempre uma renda opulenta.

Despejemos menos café sobre os mercados, elles nos pagarão melhor.

Isso depende de nós, e só de nós depende. Ninguém mais, senão a lavoura, póde empregar o esforço enorme necessario para valorisar actualmente o café. E sem a valorisação do café não podemos sair desta situação, nem a podemos melhorar de modo sensível.

V

Peço licença aos que me lêem para, neste assumpto grave que está sendo debatido, lembrar uma anedocta. Lembro-a, não pelo seu lado jocoso, o que seria inoportuno em situação tão séria e tão triste; mas pelo que ella contém de sentencioso e de applicavel ao caso.

Tracta-se de um general que formulava o seu complicado plano de ataque ao inimigo. A meio do seu trabalho, vêm avisal-o de que o inimigo se movia. «Não me interrompam!» bradou elle. E continuou a organizar o seu plano. Pouco depois, vêm avisal-o de que o inimigo avançava. «Não me interrompam, repetiu. Estou acabando de estudar um plano infallível para o esmagar» O inimigo aproxima-se; ataca; vence; e fal-o prisioneiro no momento precisamente em que elle dava a ultima demão ao seu plano admiravel

—E' pena! exclamou o infeliz general ao ser pre-

so. Se se demoram um pouco, eu, com este plano, esmagava-os.

A nossa situação está exigindo uma reacção energica e prompta. Já não temos tempo para estudar mecanismos complicados. A nova safra está proxima a despenhar-se sobre os mercados. Daqui a poucos mezes alguns milhões de saccas dessa safra já estarão vendidos, sacrificados, postos fóra a preços baixos - e a lavoura estará a braços com a liquidação das suas contas do anno. Daqui a poucos mezes, a lavoura, tendo já sacrificado a preços infimos uma bôa parte do seu producto, e sem esperança, com relação á parte restante, em coisa alguma que não seja um milagre, terá de pagar a centenas de milhares de colonos—dezenas de milhares de contos em que importa o simples serviço da colheita que está em começo. . . .

Nesta terrivel situação, quando o tempo que temos diante de nós é tão pouco, aproveitemol-o, sem demóra e sem hesitação; não o desperdicemos a divagar em theorias, a preoccupar-nos com medidas de pequeno alcance ou de effeito demorado, com planos vagos que nem estão estudados no ponto de vista da sua applicação e nos seus detalhes.

Não nos detenhamos a imaginar o que, em these, seria melhor; façamos o que é possível, o que é compativel com as nossas circumstancias precarias.

A medida que eu expuz tem uma vantagem que tem sido reconhecida sem contestação, e que não é contestavel: a sua facil applicabilidade immediata. Essa medida pôde ser adoptada numa lei de dois artigos, e a sua applicação depende de um regulamento simples. Votada a lei, pôde ser executada sem demora no prazo do estylo, em trinta dias.

A applicação dessa medida não perturba serviço

algun existente, não exige a criação de nenhuma engrenagem complicada. A lei terá de ser cumprida pelos exportadores, e de uma forma simples: o exportador, que hoje é obrigado a apresentar, para embarcar café, uma guia certificando que pagou 11 % em dinheiro, terá apenas de acrescentar a essa guia uma outra que prove haver pago 20 % em café. Só isso.

Para evitar as fraudes, a entrega de casca e outros corpos extranhos em lugar de café, bastará que se adopte um typo minimo official de cafés baixos recebiveis, ficando uma amostra desse typo em exposição na Associação Commercial. (*)

Esse mecanismo simples funcionará sem a menor difficuldade, eliminando os 2 1/2 milhões de saccas que nos estão matando por fazerem a superprodução do café; impedindo que esses 2 1/2 milhões de saccas, que são apenas o cisco das nossas colheitas, continuem a desmoralisar o café brasileiro, correndo

(*) A incineração dos cafés baixos póde ser feita em Santos immediatamente. Existe naquella cidade um grande forno montado pelo governo para a incineração do lixo da cidade. Tal forno não funciona porque a sua capacidade foi considerada insufficiente, em vista da abundancia de materias de difficil combustão que entram no amalgama do lixo urbano. Mas a sua capacidade é bastante para a insineração diaria de grandes quantidades de café ordinario, cuja combustibilidade é conhecida.

O valor commercial da cinza dará para cobrir as despezas de deposito, fiscalisação e incineração. Foi unicamente esse detalhe que me determinou a propor a queima como fórmula preferivel de destruição.

Parecerá mais simples atirar ao mar os cafés condemnados; mas algumas considerações destróem essa illusão.

Para atirar ao mar cerca 1 1/2 milhões de saccas, durante o anno, seria preciso pagar ás docas de Santos 300 réis por sacca, pela passagem desse café no caes, ou seja uma somma de perto de 500:000\$ numa safra; seria preciso carregar e descarregar vapores; e fazer nestes, com grande despeza o transporte para fóra da Barra. Todas essas despezas seriam perdidas e sem compensação alguma, quando o valor commercial da cinza, pela incineração, compensará as despezas que forem feitas.

Com relação aos cafés exportados por outros portos nacionaes, a applicação da medida será igualmente simples, sujeita apenas a modificação no processo de destruir publicamente os cafés condemnados. Em ultimo caso, elles têm á sua disposição o oceano, e dispõem de accesso livre para este.

mundo com esse nome usurpado. Uma das intenções da lei, aquella que poderia ser sophismada, em qualquer outra fórma, a selecção dos cafés baixos, se fará com a maxima perfeição: essa exigencia da lei estará de inteiro accôrdo com o proprio interesse dos que a têm de satisfazer.

De que vale, nesta situação, pretender que a queima dos cafés baixos se faça nos terreiros, si não ha meio pratico de conseguir isso? Porque chamar á discussão theorias economicas inapplicaveis desde que essas theorias não ímpedem que estejamos produzindo café com um esforço extremo para o vender com prejuizo? Porque lembrar a remessa do cisco das nossas safras para os outros Estados brasileiros, quando estes não teriam o que fazer desses 2 1/2 milhões de saccas de escorias de café a não ser vendel-os ao estrangeiro? Porque, numa situação como esta, que exige solucção urgentissima, lembrar a refórma da nossa legislação civil e commercial? Porque oppôr a essa medida prompta, e de proporções em relação com a intensidade do mal, o precedente de pequenas remessas directas de café para o estrangeiro, quando o successo dessas pequenas remessas não poderia ser obtido promptamente pelos nossos doze milhões de saccas, quando a venda de doze milhões de saccas de café no curto periodo de doze mezes depende de um mechanismo commercial cuja montagem não se improvisa? Porque preoccupar-se com a idéa de remetter 2 1/2 milhões de saccas de café bom para a Russia, para lá o torrar e distribuir gratis, tentando obter, como se isso fôsse possivel, a entrada dessa massa de café sem pagar áquelle paiz direitos de entrada,—quando não podemos dispensar 2 1/2 milhões de saccas de café bom,

quando não temos dinheiro para pagar o transporte desse café até á Russia, o seu deposito lá, a sua torrefacção, a sua distribuição naquelle immenso paiz em que o transporte é difficil e é caro; e quando, mesmo que tudo aquillo fosse possível, o resultado immediato dessa medida não seria sinão perdermos a freguezia da Russia, que já é um mercado de café, e a dos paizes proximos da Russia, desde a Suecia até o Egypto, desde a França até a Asia Menor, cujo commercio iria buscar gratuitamente na Russia o café que hoje nos compra aqui? Porque insistir como remedio ao tremendo perigo que nos ameaça, que é uma realidade, que está proximo, na creação de um imposto prohibitivo da saida dos cafés baixos, quando esse imposto seria illusorio e não tem meio de applicação pratica, quando esse imposto nem faria subir os preços do café, nem mesmo os deteria na sua queda? Porque, deante de um incendio que começa a lavrar, que ameaça ser devastador, preoccupar-se com medidas de pequeno alcance, ou com planos complicados de organização e reconstrucção,—em lugar de nos reunirmos todos corajosamente, resolutamente, para atalhar o fogo?

Eu não fallo em meu nome, que nada exprime; nem mesmo em nome da minha convicção, que nada vale. Falo auctorizado por uma coisa digna de respeito: a numerosa adhesão que a medida por mim proposta tem recebido de competentes e de interessados; a impetuosa corrente de opinião avolumada em favor dessa medida na lavoura e no commercio de café; a significativa impressão que a humilde exposiçào dessa medida causou á grande imprensa fluminense. Falo em nome de uma idéa que não é minha: que é de homens eminentes do nosso paiz,

que é de grande parte dos maiores lavradores do Estado; que é da immensa maioria do commercio de Santos; que é de camaras municipaes unanimes; que é de nucleos importantes da lavoura.

E, em nome de todos esses grandes elementos congregados, eu tenho o direito de dizer que essa idéa é já agóra uma bandeira a cuja sombra se devem alistar todos os que entendem que devemos lutar antes de ser vencidos, e resistir antes de ser esmagados.

Essa idéa não será a melhor; mas, graças aos elementos que reuniu em torno de si, é já agora, a unica capaz de nos levar ao combate. Concentrem abnegadamente em torno della os seus esforços todos aquelles que querem combater.

A quéda dessa idéa Importará entregar-nos sem resistencia, importará vender os 12.000.000 de saccas da nossa safra proxima pelos preços que nos quizerem pagar os mercados, fartos do nosso café, fortes da nossa fraqueza.

Porque a verdade é que já não é facil deslocar os elementos concentrados em torno dessa idéa; já não é facil provocar a tempo um movimento de opinião como essa idéa provocou, movimento unico, pelas sua proporções, em toda a historia da crise que vimos atravessando ha cinco annos.

A dispersão de esforços poderá matar essa idéa, mas não conseguirá fazer com que outra vença.

Ha cinco annos estamos a discutir sem chegar a um accôrdo; ha cinco annos estamo-nos arruinando sem reagir; ha cinco annos estamos perdendo o tempo sem nada fazer. A situação agóra é extrema: ou reagimos sem demora, ou succumbimos. Já não podemos desperdiçar o tempo que escasseia. Os que entendem que é preciso resistir,—não criem, por méros detalhes de fórma, obstaculos á ultima tenta-

tiva de resistencia que nestes cinco annos appareceu, não como uma idéa, mas encorporada já num grande movimento proximo a impôr-se, capaz de se tornar irresistivel, como uma aspiração generalisada, em caminho franco de se tornar realidade.

Está-se nesse momento travando no seio da lavoura paulista o combate decisivo. A lavoura está decidindo da sua sorte, e da sorte do Estado de S. Paulo. Todos os que clamavam que era preciso fazer alguma coisa, que era preciso tentar qualquer coisa—têm agóra occasião de concorrer para que alguma coisa se faça, para que qualquer coisa seja tentada.

Aproveitem esta occasião de conseguir aquillo que desejavam. Não se limitem a discussões etereis, porque de mais já se tem discutido, e chegou o momento supremo da acção. E' preferivel cahir tentando alguma coisa, mesmo quando essa coisa não nos pareça a melhor, mas, em todo o caso, é possivel— a succumbir, esperando desanimadamente o perigo com os braços cruzados e a cabeça baixa.

VI.

Entrego hoje ao Congresso do Estado a representação de um grupo respeitavel de lavradores, reforçada pela adhesão assignada da grande maioria do commercio commissario de Santos, de varios nucleos da lavoura, de algumas camaras municipaes; representação em que se pede ao Congresso paulista que tome a iniciativa de um convenio entre todos os Estados brasileiros productores de café no sentido de se conseguir melhorar a situação commercial desse producto pela eliminação, durante algum tempo, de uma porcentagem das nossas safras.

Devo dizer que não está completa a lista das assignaturas abaixo publicada. Muitas das listas parciaes, e que correram em diversos municipios, não me chegaram as mãos a tempo de alcançar esta publicação, que não convinha adiar. Isso explica porque municipios agricolas de primeira ordem, como Campinas e Casa Branca, que adoptaram a idéa officialmente em reunião de lavradores, não figuram aqui. Com Bebedouro, Jaboticabal, e diversos outros, aconteceu coisa semelhante.

Quanto ás assignaturas do commercio commissario, que se acham em meu poder, e que representam a grande maioria das firmas daquella classe na praça de Santos, deixo de as publicar e de usar o documento de que ellas constam, por motivo de um escrupulo todo pessoal e espontaneo. E' sabido que a classe dos lavradores se dividiu nesta questão, como geralmente acontece; e que a idéa em discussão attraiu adhesões entusiásticas de uns e provocou fervorosa opposição de outros. A' vista disso, e em attenção ás dedicadas relações entre committente e commissario, resolvi não dar elementos a qualquer intriga movida contra aquelles que me prestigiaram com a sua adhesão; e não quero tambem que a falta de algumas firmas na representação dê logar a que contra essas firmas ausentes se procure fazer valer a sua attitude. Sei que uns e outros, os que assignaram e os que se abstiveram, procederam convencidamente; e para mim são respeitaveis todas as convicções sinceras.

Não deixarei este assumpto sem agradecer ao commercio commissario de Santos, representado pela sua grande maioria o corajoso apoio que me deu nesta campanha.

Eu seria ingrato se não me referisse aqui a um antigo collaborador do *Jornal do Commercio*, do Rio, que tem escripto a respeito da crise do café, sob o pseudonymo de *Mercator*, os estudos mais completos e mais intelligentes até agóra apparecidos. Não sei quem se occulta sob o pseudonymo de *Mercator*; sei apenas que é um homem de excepcional competencia no assumpto, e de coração grande. A idéa que eu expuz era apenas uma modificação de outra estudada por *Mercator* e por elle exposta em artigos no *Jornal do Commercio*. Eu ignorava essa circumstancia e só a conheci depois de publicada a minha exposição. *Mercator* não accusou aquelle a quem, fundado nas apparencias, tinha o direito de suppôr um simples plagiario de sua obra. E na occasião em que o projecto saía a publico com o meu nome, fazendo o ruidoso successo que é sabido, apoderando-se da attenção publica, conquistando enthu-siasticas adhesões; nesse momento *Mercator* tomava logar na campanha encetada. Mas não vinha reclamar os seus direitos á idéa; não vinha fazer valer a sua parte no successo; não vinha atacar o meu plano, que modificava o seu... *Mercator* saiu a campo para declarar o meu projecto melhor do que o seu; para defender a nossa idéa que elle, abdicando dos seus direitos, attribuía generosamente a mim só; para defender-me com o maior vigor e com mais clara intelligencia.

Bravo companheiro! Ao fim desta campanha, eu sinto-me feliz com o desejo que me domina — de apertar essa mão desconhecida e leal. A acção que ella praticou, poucas mãos conheço capazes de a praticar.

Quero lembrar aqui o nome de um paulista, por muitos titulos illustre: o dr. Antonio Prado. Só agora,

proporcionando-me as circumstancias occasião de me approximar de s. exa., pude reconhecer de perto as raras qualidades pessoas que conquistaram para o seu nome o logar que elle occupa em nossa historia politica: intelligencia clara, character firme, coragem na resolução, confiança em si mesmo, energia na acção. O dr. Antonio Prado não encara as graves responsabilidades que tem como um pretexto para nada fazer; mas como uma obrigação de agir. E' um typo de homem de valor, eminentemente util.

Rendendo-lhe a homenagem contida nestas linhas, eu faço-lhe justiça e pretendo dar-lhe prova da minha gratidão pelo valioso concurso que a sua attitude deu á minha propaganda. Se não fosse essa gratidão, a homenagem publica que lhe rendo seria dispensavel, tanto para o dr. Antonio Prado, como de minha parte.

Sou obrigado a citar aqui o nome de outro paulista: o sr. dr. Rodrigues Alves, presidente do Estado. S. exa. nunca teve pessoalmente entusiasmo pelo meu projecto, a respeito de cujos resultados beneficos desde principio manifestou duvida. S. exa. affirmou-me sempre, e sempre m'ó confirmou, que, como governo, não tomaria a iniciativa dessa medida; e que só a poria em pratica mediante um pronunciamento unanime dos interessados. A unica coisa que s. exa. me adeantou foi que o meu projecto era digno de attenção, e que, provocando a manifestação da lavoura no assumpto, eu prestaria um serviço a esta e ao paiz.

Sinto a necessidade de tornar tudo isso publico, como dever de lealdade; e ainda como confirmação do que sempre disse a todas as pessoas que a esse respeito me interpellaram. S. exa. teve a bondade de me dispensar sua attenção; e de confiar-me, a

mim, desligado de compromissos politicos, as palavras que acima refiro. Eu tive a felicidade de não usar do prestigio do seu nome na minha propaganda; e as palavras que s. exa. me confiou, tenho o prazer de lh'as devolver intactas.

Nada mais me cabe dizer do sr. dr. Rodrigues Alves. Não tenho mal algum a dizer de s. exa.; e sinto que seria ridiculo, partindo de cidadão obscuro como eu, qualquer elogio publico feito a um homem que é presidente do Estado de São Paulo, e que talvez seja amanha presidente da Republica.

Não destinei ao dr. Luiz Barreto o ultimo logar nesta citação de nomes; destinei-lhe o logar que o seu nome occupa no coração dos paulistas: um logar á parte. Esse não tem titulos que acanhem de se dizer francamente o que delle se pensa: é um simples, um singelo grande homem. Esse — é o modesto mestre de mais de uma geração de paulistas; e a todas ellas ensinou, acima de tudo com o seu exemplo, a bondade, o trabalho, o amor da Patria. O seu valor excepcional de homem de sciencia, a sua brilhante eloquencia de escriptor, a sua incansavel actividade, — estiveram sempre ao serviço desinteressado do paiz.

E quando, como me aconteceu nesta campanha, se tem a honra de receber o apoio da sua adhesão e o concurso da sua penna, adquire-se o direito de fazer publicamente o que faço: beijar a mão veneranda que tantos beneficios tem semeado sobre a nossa terra.

Agradeço ás redacções do *Jornal do Commercio*, *Paiz*, *Gazeta de Noticias* e *Dia*, do Rio, e ás de outros jornaes, as transcrições com que honraram

artigos meus, e as amaveis referencias que me fizeram.

A todos os valentes companheiros que encontrei agradeço as animações que delles recebi, e o decidido apoio que me deram.

A quasi todos os adversarios que me combateram sou devedor de uma extrema gentileza; por alguns fui tractado não já com captivante cortezia, mas quasi com carinho. Isso, que a mim só me obriga, unicamente lhes faz honra a elles. Podemos, neste momento de treguas, saudar-nos cordealmente, como adversarios leaes que se batem pelas suas idéas, e não pelas suas pessoas.

Aos poucos que me dirigiram aggressões pessoases, nada respondi. Só tenho a responder-lhes agóra que não provoqueei as suas aggressões, e não as mereci.

E' convicção minha—que sahiremos desta crise pela eliminação, durante algum tempo, da porcentagem das nossas safras que representar excesso de producção sobre o consumo. Esse recurso poderá ser adiado pela natural hesitação deante de medida tão energica e tão violenta, mas, salva a intervenção de qualquer elemento inesperado, como uma grande geadada ou uma extraordinaria baixa do cambio, o expediente será provavelmente imposto afinal pelas circumstancias.

A perda de tempo terá importado em perda de alguns milhões de saccas de café sacrificadas a preços baixos, e nada mais.

A minha convicção funda-se, infelizmente, em razões difficeis de destruir. Não é um palpite, não é mesmo uma simples opinião; é uma convicção adquirida no estudo dos factos, no conhecimento da realidade.

Com dedicação que o meu interesse pessoal de insignificante lavrador não justificaria, mas que é sufficientemente explicada pelo amor, felizmente vulgar, á nossa terra e á nossa raça, entreguei-me durante largo tempo ao estudo desse mecanismo complexo: a crise do café. Para isso, e antes de tudo, comprehendí a necessidade de conhecer bem todos os detalhes do problema. Essa indagação é trabalhosa; mas não é impossivel. Varrendo do meu espirito todas as idéas preconcebidas, muitas das quaes eram meros preconceitos, preparado com a mais completa e deliberada isenção de animo, dominado pelo desejo de exactidão, procurei colligir todos os factos, e chegar ao conhecimento de todos os detalhes da questão, quer pelo lado da producção, quer pelo lado do commercio.

De posse dos factos, procurei a ligação de todos elles entre si; e verifiquei que essa ligação existe, que todas as peças dessa complicada engrenagem se correspondem naturalmente, que não ha entre ellas falhas ou factores extranhos que perturbem e tornem desordenado o seu funcionamento. Toda a engrenagem trabalha solidariamente, ora no sentido da baixa; ora no sentido da alta dos preços; e essa differença de impulso é devida exclusivamente a um elemento variavel em extremo por sua natureza: o volume das safras brasileiras.

Já tive occasião de expôr que, sendo o augmento de consumo um phenomeno normal, e variando de anno para anno, por grandes differenças, o volume das nossas safras,—é este que determina, de accordo com a comesinha lei economica da offerta e da procura, as grandes oscillações dos preços.

Adquirida essa verdade, a crise actual do café fica sendo um phenomeno simples de apreciar. Essa crise é explicada, sem illusão possivel, pela accumu-

lação das nossas grandes safras a contar de 1896. A nossa produção deu um salto brusco, em que não podia ser acompanhada pelo consumo. Em todo esse periodo, só no anno de 1899—900 a safra brasileira foi relativamente pequena. Nesse anno os preços subiram até 57 francos. Afóra dessa unica excepção, as nossas safras enormes têm dado á engrenagem commercial do café o impulso no sentido da depressão dos preços; e toda a engrenagem tem funcionado naturalmente nesse sentido.

A crise actual apenas confirma o que nos ensina toda a historia commercial do café desde mais de trinta annos: que da quantidade annual de café que o Brasil fornece aos mercados depende o preço do café em todo o mundo. Foi esta a conclusão mais geral a que chegarei.

Partindo desta verdade positiva adquirida, o meu espirito encaminhou-se sem difficuldades para a seguinte consideração: se regularisarmos as nossas entregas aos mercados, guardando as sobras das nossas safras grandes para preencher as faltas dos annos de falha, conseguiremos manter uma certa estabilidade nos preços, conservando-os numa média razoavel.

E', como se vê, a idéa da retenção, cuja apparencia tem tantas seducções e tantas desillusões tem trazido.

Procurei aprofundar essa idéa. E encontrei a plena explicação de um phenomeno aparentemente paradoxal, e que a experiencia indica: a retenção de café, como resistencia aos movimentos de baixa, produz, em regra, effeito negativo. Deixo de expor a explicação desse phenomeno em geral, porque, em nossa situação actual, a retenção seria especialmente desastrosa, e isso é que importa ao caso presente. Accumulando os excessos annuaes da produção so-

bre o consumo, a retenção prolongaria a superprodução; isto é, depois de restabelecido o equilíbrio entre a produção annual e o consumo annual, effeito da retenção seria manter por muito tempo ainda uma superprodução artificial. Admittido, por exemplo, que dentro de tres, de quatro, de cinco annos, a produção annual do mundo se mantenha em dezeseis milhões de saccas, e que nesse periodo o consumo atinja a algarismo igual,—a accumulação dos excessos da produção no intervallo, isto é, nos tres, quatro ou cinco annos, teria como effeito prolongar além desse limite a baixa dos preços. Se accumularmos durante tres annos o excesso das nossas safras, tomando para média annual desse excesso um e meio milhão de saccas, teremos ao fim de tres annos uma sobra de quatro milhões e meio de saccas; dado que no quarto anno o consumo alcance finalmente a produção, aquelle excesso anterior accumulado não permittirá que os preços subam a nivel normal: porque o equilibrio entre a produção e o consumo será prejudicado pela existencia de mais quatro e meio milhões de saccas de café disponivel. Para que esse volume de café seja absorvido e desapareça, serão necessarios ainda alguns annos.

Foi por esse caminho que eu cheguei á idéa de destruir pelos dois ou tres annos, em que isso ser util, as sobras das nossas safras. Póde-se calcular partindo do conhecido para o desconhecido, que dentro de tres annos, pelo seu constante alargamento o consumo absorverá talvez uma quantidade de café igual á da produção. A eliminção das sobras actuae permittirá manter artificialmente durante tres annos o equilibrio entre o café disponivel e as necessidades do consumo; e permittirá que ao fim desses tres annos seja natural o equilibrio entre a produção real e a necessidade dos mercados.

Tratando-se, porém, principalmente, não de uma situação provavel de daqui a quatro annos, mas de uma situação actual precaria que é indispensavel resolver antes de tudo, era preciso indagar, em primeiro logar—qual o effeito immediato dessa medida. Como os dados do problema são conhecidos, essa incognita não era impossivel de resolver.

Com relação aos preços, sabemos que a baixa actual é devida á superproducção; e que antes desta superproducção, o nivel normal dos preços do café era muito superior aos preços de hoje. É certo que a cessação da superabundancia do genero nos mercados fará a alta dos preços. Era preciso em seguida calcular se essa alta adquirida para a parte a vender das nossas safras compensara a perda da porcentagem a destruir. Para isso, era preciso partir de um primeiro elemento conhecido; e esse elemento existe. Sempre que a producção se equilibrou com o consumo, o preço do café foi de uma média de 60 a 70 francos, isto é, de 50 ou 60 % acima dos preços actuaes. Outro dado conhecido: 20 % da nossa safra actual correspondem approximadamente, e até com alguma vantagem, ao volume da superproducção. A eliminação dessa porcentagem dará por conseguinte esse resultado provavel: prejuizo de 20 % na quantidade; lucro de 50 ou 60 % no preço actual. Como se vê, os algarismos que tenho usado não são escolhidos á vontade; mas decorrem de dados conhecidos e de uma relativa exactidão.

Outro dado conhecido: o augmento de 50 % nos preços actuaes, mesmo com a perda de 20 % na quantidade, permittirá á nossa lavoura manter-se organizada e atravessar os tres annos provaveis que nos separam do equilibrio entre a producção natural e o consumo. O fazendeiro que, vendendo 10.000 arrobas a 6\$000 por arroba, preço bruto, apenas

faz para as despesas, obterá um lucro razoavel vendendo apenas 8.000 arrobas a 9\$000 por arroba, tambem preço bruto. (Perda de 20% na quantidade, lucro de 50% no preço). Para a lavoura em geral, o preço de 9\$000 por arroba em Santos será remunerador: maximé attendendo a que as despesas de producção e transporte são susceptiveis de reducção.

Mas — e é nesse ponto que o problema assume a sua maxima importancia — tem-se até agóra tomado como base, para o calculo do lucro a obter, o preço actual, de 4\$000 por dez kilos em Santos. E sabendo, como sabemos, que estamos colhendo a maior safra brasileira até hoje conhecida (sete milhões para Santos, quatro milhões para o Rio, um milhão para os outros portos nacionaes), o calculo de se manter para essa safra enorme o preço actual, que é o preço de um fim de safra menor, é inteiramente gratuito. A esse respeito as probabilidades assentam tambem em elementos positivos. Em 1898-99, com um factio semelhante, isto é, com uma safra brasileira excepcional, vimos o café descer a 31 francos. O café a 31 francos, com o cambio actual, corresponde approximadamente a café a 3\$000.

É por essa razão, e não sem motivo plausivel, que eu tenho sempre baseado nesse preço provavel para a nova safra os calculos que expuz. Os que me contestam confessarão que eu tenho fundamento para suppôr que o café, na força da safra, baixará a 3\$000; e que elles não têm fundamento algum apreciavel para acreditar que a base de 4\$000 se manterá.

O projecto que eu proponho não tem por fim fazer sómente com que o café suba alguma cousa dos preços actuaes; elle visa principalmente impedir que o café baixe a 3\$, o que será um desastre, e se mantenha a cerca de 6\$, o que será a salvação

da lavoura. A applicação dessa medida teria como resultados: permittir á lavoura conservar-se organizada, sem animar novas plântações — porque o preço de 6\$, por dez kilos, em Santos, é apenas razoavelmente remunerador, e não temos sobra de capitaes que procurem remuneração modica; e aproveitarmos daqui a quatro annos toda a capacidade productiva dos nossos cafezaes, que representarão a esse tempo uma riqueza enorme. Eu sei bem, por documentos officiaes publicados, que a capacidade de producção dos cafezaes paulistas tende a augmentar algum tanto ainda, devido á existencia de plântações novas. Isso, em primeiro logar, prova a favor do meu projecto, reforçando a sua necessidade absoluta. Mas devemos ainda considerar que, se, pela adopção da medida lembrada, mantivermos o preço do café entre 60 e 70 francos, uma parte dos concorrentes estrangeiros será forçada a abandonár-nos o terreno. Os nossos concorrentes, em regra, não supportam *preços estaveis* de 60 ou 70 francos. O que os anima hoje, o que os mantém cedendo pouco apezar da baixa actual, é a certeza de que essa baixa é provisoria, de que nós succumbiremos, e de que o nosso desastre elevará o café aos preços antigos. Se conseguirmos garantir a estabilidade do preço a 60 ou 70 francos, com sacrificio mesmo de uma porcentagem das nossas safras durante tres annos, e sem esse sacrificio dahi por diante, não só conservaremos o nosso papel preponderante na producção, como afastaremos do caminho muito dos concorrentes. Aproveitemos para isso a productividade do nosso sólo e as vantagens do nosso clima; e não a empreguemos, como temos feito, em arruinar-nos. Não sabemos o que será para os nossos concorrentes a venda da safra proxima na base de 3\$; sabemos que para nós será um desastre. E é este que, antes de qual-

quer outra consideração, devemos evitar. A medida que eu proponho é a unica, entre todos os alvitres até agóra lembrados, capaz de offerecer uma resistencia séria a esse descalabro, cujo risco estamos correndo.

Até aqui, tenho vindo a resumir os fundamentos do meu projecto com relação á melhora dos preços. Mas essa não é a unica vantagem consideravel que o recommenda: esse projecto adopta a unica fórmula de eliminar a triste concorrência que os cafés baixos fazem ao verdadeiro café. Como tive occasião de expôr longamente, os cafés baixos, que pouquissimo rendem ao fazendeiro pelos preços actuaes, que quasi nada lhe renderão aos preços de que estamos ameaçados, essas escorias que não temos vantagem séria em aproveitar, exercem uma triplice acção nefasta: como quantidade, fazem a superprodução, e influem assim decisivamente na baixa geral dos preços do café; como concorrentes, atacam de preferencia o valor dos typos mais finos, favorecendo a formação de um typo médio que está sendo cada vez mais usado na torrefacção; e, como qualidade, desmoralisam perante o mundo inteiro o café brasileiro, cujo nome usurpam. Em troca de todos esses prejuizos que nos causa, que vantagem traz ao fazendeiro o café baixo?

Cada um póde ser juiz do que apura no café baixo, e comparal-o com o que nelle perde. O café baixo é o nosso grande inimigo; e nós poupamos esse inimigo.

Felizmente se formou nesse sentido de condemnar os cafés baixos uma corrente quasi unanime na lavoura, contra a opinião apenas dos que não conhecem o assumpto, e fazem calculos imaginarios do valor desses cafés. Cada lavrador sabe, por expe-

riencia propria, que as escolhas, os cafés ordinarios, quasi nada lhe rendem. A divergencia existente na lavoura refere-se á fórma de eliminação. Uma das duas correntes formadas a respeito pretende que a eliminação dos cafés baixos seja feita por meio de um imposto prohibitivo de exportação. Essa corrente encontrou éco no Congresso do Estado, servindo-lhe de organ o meu distincto e velho amigo Gabriel Prestes. Propoz este uma tabella de imposto de exportação variavel, de accôrdo com as qualidades de café. Essa medida pretende favorecer as qualidades superiores e gravar as inferiores.

Eu peço licença áquelle deputado, meu distincto amigo, para dizer que isso é apenas uma fórma de ladear a questão, sem a resolver. O problema é este: o café baixo deve ser aproveitado, ou não deve? Se ha conveniencia em o aproveitar, não lhe façamos guerra; se não ha essa conveniencia, destruamol-o decididamente. Não é natural que movamos guerra ao que é um bem, ou que procuremos conservar o que é um mal.

O grande defeito desse projecto, a admittir que elle satisfizesse na pratica o fim que visa, isto é, a admittir que elle conseguisse evitar a exportação dos cafés baixos, seria este: acabar de conquistar para a escolha o consumo nacional. Ha realmente quem descubra vantagem nisso; eu penso de modo diverso.

O consumo nacional não é desprezível, nem como quantidade, nem como qualidade; é um freguez de cerca de meio milhão de saccas por anno; e não me parece razoavel que favoreçamos o desenvolvimento do que já se vae dando: que esse grande freguez do café, o consumo do paiz em que o café superabunda, pague por preço elevadissimo o kilo do que suppõe café, e beba a escoria das nossas

safras. E' natural que comecemos pelo nosso paiz na obra de rehabilitação do café brasileiro; e que iniciemos a venda exclusiva de verdadeiro café — por esse grande comprador que é o consumo nacional. Demos por onde dermos, não temos para isso outro meio senão a destruição forçada, obrigatoria, por algum tempo, do café ordinario. Esse terrivel concorrente do café, na situação actual do commercio, só destruindo não achará vereda por onde se insinúe.

Mas esse defeito incontestavel do imposto prohibitivo não é o unico. Esse imposto, longe de vir em auxilio do apuramento das qualidades, viria de facto incitar as ligas. A liga é o meio de formar pela junção de typos diversos um typo determinado. A liga melhora o typo inferior peiorando o typo superior. Ora, sendo forçosamente grande com o imposto prohibitivo a differença de taxa entre os cafés baixos e os cafés de typo médio, e sendo pequena essa differença entre os cafés de typo médio e os melhores, serão communs os casos em que haja vantagem para evitar a taxa mais onerosa, em ligar o café melhor ao peor, fazendo a qualidade média. Qualquer machina commum desligará, naturalmente, sem esforço, no estrangeiro, as qualidades ligadas em nosso paiz para illudir o imposto. O interesse individual, que é geralmente activo, aproveitará sempre esse meio facil de frustrar os intuitos da lei. E esta produziria effeito negativo, isto é, favoreceria a peiora de grande parte do nosso café, tornando mais commum a liga. O effeito do imposto prohibitivo, a poder este ser applicado rigorosamente, seria promover a formação de um typo médio para a nossa exportação. Esse imposto moveria a guerra mais efficaç que se póde imaginar ao aperfeiçoamento do nosso café.

Resta encarar a idéa do imposto prohibitivo sob o

ponto de vista da sua applicação. E' a sua falha mais consideravel. Para oppôr-se á execução, mesmo approximadamente efficaç, de uma lei baseada nessa idéa, ha obstaculos de duas ordens: uns, attinentes ás difficuldades de classificação dos cafés; outros, attinentes á forma de embarque. E' sabido, que cada typo de café contém diversas variedades, ou, para dizer mais claramente, que ha gradações em cada typo. Tambem é sabido que, sendo facil reconhecer cada typo, quando elle é bem caracterizado, esse reconhecimento se torna difficil quando se tracta das ultimas gradações pelas quaes de um typo inferior se passa para o immediatamente superior. E' da pratica de todos os dias a divergencia que entre entendidos causa essa nuança. E' commum o classificar uns como *ordinario cheio*, por exemplo, o que a outros parece um *regular fraco*. O projecto Prestes estabelece a taxa de 11 % para todas as gradações de regulares; e de 14 % para todas as gradações de ordinarios.

Quem decide os conflictos que a divergencia de apreciação levantar? O projecto estabelece que as qualidades serão determinadas mediante amostras *no acto do despacho*. Mas isso é perfeitamente theorico.

Seria preciso tornar obrigatoria a identidade do café a embarcar com a mostra apresentadã a despacho. A verificação só poderá ser feita no acto do embarque, pelo empregado subalterno encarregado de fiscalisar este. Como dar ao numeroso pessoal subalterno necessario a esse serviço a competencia proporcional á auctoridade que iria exercer? Como decidir de prompto as divergencias que se suscitarem na apreciação de typos de café que se distinguem apenas por verdadeiras nuanças? Não se perca de vista que classificar com segurança as multiplas

variedades de café não é, na pratica, uma coisa tão facil como em theoria parece.

Estudemos agóra a idéa do imposto prohibitivo sob o ponto de vista do modo pelo qual se faz o embarque do café. E' sabido que o transporte do café para o estrangeiro se faz exclusivamente por meio de navios a vapor, geralmente *de carreira*, quer dizer, de viagens em dias certos. E' facil imaginar os prejuizos que causa toda a demora á navegção a vapor. O transporte do café, do caes para bordo, é feito por carregadores que ganham por sacca conduzida, e que por esse motivo carregam, correndo, duas saccas de cada vez. Nessas condições, como poderá fazer-se no acto do embarque a verificação minuciosa da qualidade de cafés, divididos, para os effeitos do imposto, em diversas classes? Seria necessario modificar completamente o modo usado de transporte maritimo do café. Seria indispensavel mudar completamente a fórma rapida, e relativamente barata, do embarque. E seria preciso para verificar, com o escrupulo preciso, o conteúdo dos sete ou oito milhões de saccas que fazem a nossa exportação annual, a creação de um corpo de fiscaes, competentes na materia, quer dizer: bem pagos, cujo numero é difficil imaginar attendendo ás differenças que ha entre as quantidades de café a embarcar, não só com relação aos diversos mezes do anno, mas de uns dias para outros. Parecerá talvez que tudo isso são minucias, mas a vida é composta de minucias e a pratica não póde dispensal-as.

Haverá necessidade dessa fiscalisação minuciosa, feita pelo exame de cada sacca de café a embarcar? Sem duvida. Sem isso, a sancção da lei seria illusoria. A fiscalisação effectiva seria indispensavel

contra o contrabando, maximé tractando-se de pequenas differenças que importam, sommadas, em milhares de contos por anno. O resultado principal das taxas proporcionaes seria sobrecarregar a lavoura com imposto maior, e isso não tanto em beneficio do Thesouro, como em vantagem para os que quizessem usar de fraude, facilima de praticar.

O projecto do meu amigo Gabriel Prestes tem ainda, além dos defeitos geraes inherentes á mesma idéa do imposto prohibitivo em si, um defeito proprio e capital. Vejamos esse defeito que condemna o projecto a ser abandonado mesmo pelo seu autor.

O projecto taxa em 25 % o imposto sobre as escolhas. A escolha dá, actualmente, 2\$500 por 10 kilos, ou sejam 3\$750 por arroba; e paga de imposto 720 réis por arroba, ou seja *quasi 20% do preço bruto que custa no mercado*. A elevação desse imposto a 25 % diminuirá o valor de escolha no mercado em 187 réis POR ARROBA; isto é, a arroba de escolha, por effeito do projecto em questão, daria no mercado de Santos, preço bruto, 3\$563 em lugar dos 3\$750 que dá actualmente. Essa differença do preço não é de molde a fazer guerra efficaz á exportação dessa escoria.

Com o café ordinario o caso ainda é mais interessante. Esse café dá hoje, em média, 5\$000 por arroba, preço bruto. Esse café paga tambem de imposto 720 por arroba. O imposto sobre o café ordinario é de cerca de 15 % do seu valor bruto. O projecto fixa em 14 % o imposto prohibitivo da exportação do café ordinario. A differença que o projecto cria é, nesse particular, em favor dessa qualidade.

Com relação aos cafés regulares, o seu effeito é

este: o regular vale, actualmente, em média, 5\$850 por arroba, no mercado; e, sujeito á taxa de 720 réis, como as outras qualidades todas, paga de imposto um pouco mais de 12 0/0. O projecto reduz a taxa sobre o regular a 11 0/0. A differença é pequena; mas é toda em favor da peióra do nosso café. Favorecer o café regular é favorecer a liga. O regular é o typo mais baixo do verdadeiro café: é o café com impurezas em proporção consideravel.

Quanto aos cafés bons, o effeito do projecto é nenhum. O projecto inclue nessa classe os typos communs de *bons e superiores*; e conserva para elles a taxa existente, de 11 0/0. Como a pauta actual é feita sobre uma média entre o preço do café bom e o superior, são estes os unicos cafés que pagam approximadamente 11 0/0 de imposto. Nesse particular nada ha a dizer do projecto, que nada altera no que existe, a não ser favorecer um pouco o café bom, e prejudicar um pouco o superior.

Resta-nos, pois, a classe dos finos, cuja taxa de imposto desce, pelo projecto, a 8 0/0. E' visivel a intenção que tem o projecto de favorecer o mais perfeito preparo do café; vejamos como realisa elle essa intenção. Os cafés finos abrangem despulpados e mokas. Sobre que base será organizada a pauta? Certamente sobre o preço médio dos finos. Admittindo que os cafés chatos finos de terreiro só dêem actualmente 7\$250, brutos, por arroba e que os despulpados e mokas finos só dêem 9\$, tambem brutos, o preço médio, para o calculo da pauta, seria 8\$250. O imposto de 8 0/0 sobre esses cafés importaria em 660 réis por arroba. Esses cafés pagam hoje pela pauta commum a todas as qualidades 720 réis por arroba. O imposto fovoreceria com 60 réis por arroba os lavradores que produzissem café fino.

No systema actual, segundo o qual o imposto tem

uma só taxa fixa, as differentes qualidades de café são sobrecarregadas de facto com este imposto *ad valorem*: 20 % as escolhas; 15 % os ordinarios; 12 % os regulares, 11 % os bons; 10 % os superiores; 8 % os finos. A tabella muda essas taxas para as seguintes: 25 % sobre as escolhas; 14 % sobre os ordinarios; 11 % para os regulares, bons e superiores; 8 % para os finos. Se alguma coisa mudasse esse projecto, seria no sentido de acoroçoar a liga; mas as differenças que elle estabelece são tão insignificantes, que realmente não acoroçoarão coisa nenhuma, e em coisa nenhuma influirão. O unico effeito desse projecto será mudar o simples e perfeito systema em vigor de arrecadação do imposto e fiscalisação dos embarques — por um complicado, dispendiosissimo e inutil mecanismo. Porque a verdade é que esse tão defendido imposto, contrario ás qualidades inferiores — já existe. E existe sob a unica forma simples e perfeita, que não se presta á fraude e dispensa fiscalisação. A proporcionalidade do imposto decorre, no systema actual, não de ser marcada por lei, mas das differenças de preço que as diversas qualidades obtêm no mercado.

Caso queiram insistir nesse terreno do imposto prohibitivo, eu chamo a attenção, com o desejo sincero de auxiliar, para o seguinte ponto: é necessario calcular, em qualquer tabella dessas, a influencia da taxa de imposto sobre o preço do café, e a do preço na determinação da pauta. A importancia do imposto sendo deduzida do preço real, influe assim na cotação do mercado; e nessa cotação se baseia a pauta.

O sr. dr. Vieira Souto, lente de Economia Politica na Escola Polytechnica do Rio, escreveu a respeito

do projecto que eu trouxe a publico uma longa carta destinada á publicidade, que veiu a lume e foi transcripta, chamando-se sempre a attenção dos leitores para a circumstancia de ser s. s. profissional abalisado em materia economica. E' essa auctoridade attribuida a s. s. e a sua opinião que me faz consagrar-lhe algumas linhas, destinadas a render-lhe tambem a minha homenagem. A impressão que causa naturalmente a carta do sr. dr. Vieira Souto é de que s. s. está alheio ao assumpto e de que argumenta brilhantemente e eruditamente contra coisas que são realmente erradas, que eu não escrevi e que s. s. me attribúe. A homenagem que eu quero prestar ao dr. Vieira Souto é a seguinte: reconheço, sem custo, em s. s., a quem não conheço, a grande auctoridade scientifica que lhe attribuem em assumptos economicos, acredito que s. s. tem opiniões dignas de ser ouvidas a respeito da crise do café; estou certo de que s. s. não tem por habito esmagar com a sua sciencia os adversarios ignorantes — attribuindo-lhes inadvertidamente coisas que elles não disseram. Quando á sua carta, em que o dr. Vieira Souto não revelou nada disso, que eu folgo em reconhecer, s. s. explicou o pouco que ella adeanta — declarando que a escreveu depois de ter estado doente, ao *correr da penna*, e sob a impressão de uma *primeira leitura* de artigo meu. Os gryphos são de s. s. A explicação é que é de ambos nós.

Estou prompto a receber a proveitosa lição do dr. Vieira Souto — quando s. s. m'a quizer dar tendo opinião assentada a respeito do assumpto. Quanto á sua primeira impressão, peço-lhe licença para não a receber como a ultima palavra da *sciencia*. Em assumpto como este, cheio de detalhes de que os livros não rezam, os mais sabios têm neces-

cidade de estudar antes de falar ao publico e de orientar os outros.

Um dos meus mais distinctos adversarios nesta campanha tem sido o sr. dr. Augusto Telles. S. s. é escriptor brilhante, ha largo tempo estuda a situação do café. E o dr. Augusto Telles tem sido para commigo de uma tal gentileza nos artigos em em que me combate — que eu sinto realmente não termos ainda chegado a um accôrdo. O que me consola é que a falta, nesse caso, não é minha, que desde principio sustendo o que s.s. quer: a intervenção mais directa do elemento brasileiro no commercio do café. S.s. é que não concorda em que essa intervenção só é possivel e só será effcaz como um complemento da reabilitação commercial do nosso café, como preço e como qualidade, pela destruição temporaria e obrigatoria da parte mais ordinaria das nossas safras. Creio poder com razão attribuir a nossa divergencia ao seguinte: o estudo do dr. Silva Telles a respeito da nossa crise obedeceu a um *parti-pris* á idéa de que a baixa do café é causada unicamente pelos deffeitos do mecanismo commercial.

Eu appliquei-me ao estudo da crise, como acima expuz, começando por varrer do meu espirito todas as prevenções, e procurando conhecer bem os factos, para depois formar o meu primeiro juizo. E natural que me aconteça, em consequencia disso, o que me está acontecendo: que eu acceite, como complementares e uteis, medidas que os meus adversarios aventam. Desde principio eu tenho sustentado que a valorisação do café pelo meio que proponho permittirá ao elemento nacional intervir mais directamente no commercio geral do café, proporcionando-lhe recursos, e dando meios de regeneração do nome do

café brasileiro; favorecerá a verdadeira propaganda, possível e efficaz, do nosso café, pelos meios da grande publicidade, não só em relação á qualidade do producto, como em relação á nossa situação como productores sem rival; fará renascer o credito da lavoura, tornando o cafezal uma fonte certa de renda, dando-lhe um valor estavel, e, ao mesmo tempo, fazendo apparecer dinheiro á procura de emprego; e auxiliará a modificação do regimen de trabalho agricola, por tornar mais regulares e certas as relações entre colonos e patrões. Todas essas coisas serão contribuições parciaes para a reorganisação definitiva da lavoura. Mas nenhuma dellas póde resolver a crise aguda que estamos atravessando, nenhuma dellas póde ser mesmo adoptada efficazmente sem a valorisação prévia do café. E esta, só a conseguiremos por uma diminuição de nossos fornecimentos aos mercados, isto é, por uma eliminação positiva das nossa safras que estão sendo excessivas no momento. Sem isso, não faremos subir os preços; e sem que os preços subam, nada poderemos fazer mais do que o que temos feito ha cinco annos: ir arrastando uma vida ingloria, em caminho do empobrecimento geral.

Como o dr. Augusto Telles é o brilhante campeão da fundação de casas nacionaes de café no estrangeiro, a s. s. dirijo as seguintes linhas em que aprecio essa idéa, de que não sou um adversario, mas sincero e antigo adepto.

Supponho que temos muito, muitissimo, a lucrar com a fundação de casas brásileiras de café em outros paizes. Mas não é tanto pela vantagem que isso possa trazer á lavoura—como pela vantagem que essas casas tirarão para si, e que reflectirá sobre a riqueza geral do paiz. O commercio é uma grande fonte de renda; e nós não nos aproveitamos

della. O nosso commercio interno, particularmente de S. Paulo, é feito quasi todo pelo portuguez, pelo italiano, pelo allemão, pelo francez, pelo syrio. O unico ramo do commercio paulista em que o elemento nacional predomina é o do café: compras no interior e commissões em Santos. Isso prova, de parte da nossa raça, uma ausencia de vocação commercial que é preciso corrigir. E como o café é, em regra, o unico genero de negocio para que tem manifestado gosto as raras vocações commerciaes surgidas no nosso meio, pronunciadamente agricola, é natural que no commercio geral do café vamos tentar os primeiros passos. Creio mesmo que é preciso, com relação ao café que produzimos, irmo-nos habituando a acompanhal-o um pouco além dos nossos cáes, onde elle é embarcado, e perdemol-o até de noticia. O nosso relaxamento nesse sentido tem bôa parte no mau nome de que padece o café brasileiro.

Mas dahi a acreditar que a acção do nosso commercio seja a resolução para a crise actual — ha uma grande distancia a percorrer. O nosso commercio, direi mesmo a nossa acção commercial — não póde concorrer para que vendamos melhor os doze milhões de saccas de café da safra prestes a começar. A nossa acção commercial representaria muito pouco, actualmente e por largos annos, nesse grande oceano que é o commercio universal de café. Para corrigirmos o mecanismo do commercio de café no mundo seria necessario batermos os que estão hoje senhores do terreno. Com que recursos? O commercio estrangeiro de café está retendo cerca de sete milhões de saccas de café, isto é, o volume de uma safra, toda S. Paulo, sobrecarregada de despezas e impostos, que pagou, e de que vae paulatinamente fazendo as entregas exigidas pelo consumo, emquanto

por outro lado continúa a pagar e armazenar todo o café que o mundo vae produzindo. No assumpto de recursos, o que teriamos a oppôr-lhe seria quasi nada.

Com que meios de acção? Qual é o meio pratico de realisarmos esse idéal — a approximação entre o productor e o consumidor? Aqui, em nosso paiz, nem o conseguimos, nem mesmo o tentamos. Quando está em Santos, um productor de café, que é vendido na base de 450 réis o kilo, paga 100 réis por uma chicara de café. E emquanto a poucos passos o seu café moka é vendido a 550 ou 600 réis por kilo, esse productor encontra, cumprimenta, dá palestra ou fala em negocios a pessôas que pagam a 1\$500 o kilo de duvidoso café torrado. Passam-se assim as coisas, aos nossos olhos, em nossa casa, onde dispomos de todos os meios de acção. Essas coisas se passam com a nossa acquiescencia. Porque? Porque sabemos que ao fazendeiro compete produzir o café em porção, ao torrador vendel-o ás arrobas, ao taberneiro espalhal-o aos kilos pela sua freguezia e pelo seu bairro.

A cada funcção o seu organ proprio. Em classificção, os organismos afastam-se desse principio á medida que vão decaindo na hierarchia natural. Organismos simples são os organismos rudimentares. Os preços do commercio a retalho não são susceptiveis de buscar oscillações. Os retalhistas, que ganham muito quando o café está baixo, ganham pouco quando elle está alto. Não seria isso da propria natureza abatoria do commercio?

Com que elementos de actividade, de tacto, de atilamento contamos, para nos pretendemos substituir victoriosamente em paizes que mal conhecemos, cujas linguas em geral ignoramos, cujos costumes não são os nossos, em fórmias variadas de commercio, das quaes não temos practica — aos que lá tri-

lham as veredas que abriram, e pelas quaes levam o nosso café ao consumo? Mas o consumo é a humilde hospedaria perdida nos ultimos confins da Russia; o consumo é o desconhecido operario confundido nesses formigueiros humanos que se chamam a Allemanha, a França, a Belgica; é o arabe meio nomade de Marrocos, é o caçador errante das regiões geladas e longinquaes do Alaska. . O consumo está em cada casa espalhado nesses immensos Estados Unidos; está disseminado pelo vastos areiaes do Egypto, pelos territorios do Transvaal, que inglezes e *boers* se disputam, por todas as cidades cosmopolitas das costas da Asia, por quasi toda a larga superficie da terra habitada.

Não! Nós brasileiros não temos materialmente forças para, no curto praso de um anno, fazermos entrar no consumo, retalhados aos kilos, os nossos doze milhões de saccas, os nossos quarenta e oito milhões de arrobas, os nossos setecentos e vinte milhões de kilos de café.

Como arredar, para vender bem vendido o nosso genero, a concurrencia formidavel dos que nos compraram a preço baixo sete milhões de saccas, que estão por entrar no consumo?

As nossas forças dão apenas para algumas tentativas individuaes. Os que fizerem essas tentativas não entrarão dando leis, influindo nos preços do café. Começarão forçosamente tacteando, e fazendo, por força da concurrencia, que é o grande regulador do commercio, a mesma cousa que os outros fazem. Os que tiverem actividade, energia, intelligencia para luctar com o commercio inglez, allemão, francez, americano, conquistarão o seu pequeno logar nesse vasto campo; os que forem mais fracos succumbirão. As tentativas felizes serão um beneficio para o nosso paiz; e mesmo com as infelizes elle alguma cousa apro-

veitará; o grande commercio é uma escola que temos necessidade de frequentar, embora com algum sacrificio. Somos um povo desarmado nessa lucta em que os povos se disputam a conquista da riqueza.

Já vê o dr. Augusto Telles que não sou avesso á nossa intervenção no grande commercio de café. Apenas desejo que não entremos nesse caminho difficil e estreito todo margeado de precipicios, com a confiança e o impeto de quem se atira por uma estrada lisa, larga e segura. E estou convencido de que esse não é o rumo para a solução da crise. Sempre que produzimos menos café, o mecanismo existente serve para que obtenhamos bons preços. Ha apenas seis annos, esse mesmo mecanismo commercial nos dava preços fabulosos pelo nosso café. Ainda no anno passado, com a safra relativamente pequena, de 1899-900, elle elevou o café até 57 francos. O que faz a baixa do café não é elle: é a nossa producção enorme. Elle nos permittirá obter mais dinheiro por nove milhões de saccas do que por doze milhões, num anno.

Porque é defeituoso e funciona mal? De modo nenhum. Porque esse mecanismo obedece ao principio economico, e muito simples, de que perde no seu valor o genero de que ha abundancia além do que é aproveitavel.

Eu conto ainda com o valioso auxilio do dr. Silva Telles a esta campanha.

Os partidarios da solução natural têm, geralmente, um modo muito artificial de encarar a questão. Entendem elles que o remedio para a crise virá do excesso da propria crise; que a superproducção terminará pela eliminação dos mais fracos em beneficio dos mais fortes; que, parar repetir a expressão fami-

liar de que usam, quem puder, resistirá, e quem não puder, arreará. E ficam tranquillos. Esse modo de ver funda-se num preconceito: de que a lavoura está dividida em duas grandes classes, a dos lavradores que têm recursos, e a dos lavradores que não têm recursos. Ora a verdade é que a situação pessoal do lavrador entra em tudo isto apenas como um factor secundario. E' sabido que no começo da crise, em 1896, já havia lavradores que sentiam escassez de recursos. A crise aggravou-se, de modo tremendo, de anno para anno, nos cinco annos decorridos desde então. . . E, apesar disso, as lavouras desses lavradores, já sem recursos proprios em 1896, não ficaram ao abandono; mas, nas proprias mãos dos primitivos proprietarios, ou passando para outras, continuaram a ser bem tratadas e a produzir café. E o café que ellas produzem continúa a concorrer no mercado, em egualdade de condições, com o café dos lavradores que mais recursos têm.

A luca é, na realidade, travada entre as lavouras, e não entre os lavradores. Póde-se adoptar este principio como regra geral: que a lavoura bôa só será abandonada, só será eliminada, quando não houver quem dê quantia alguma por uma bôa lavoura. E a gravidade desta situação é que não ha, em regra, entre as nossas lavouras, superioridades absolutas e inferioridades absolutas. As condições de superioridade e de inferioridade são variadas: de productividade, de distancia, de facilidade de custeio, das mãos em que se acham, etc., etc. Entre umas e outras lavouras, essas condições se compensam geralmente. Isso explica porque é que a baixa dos preços affecta a todos com identica intensidade, e por que é que a luca se tem sustentado e continúa a sustentar-se. Essa luca promette prolongar-se; porque é travada entre forças de naturezas diversas, mas

que se equivalem. Uma lucta em que não ha propriamente fortes e fracos, terá como fim o exgottamento geral dos adversarios. A situação do Estado de S. Paulo não será, de cinco annos a esta parte, exactamente a de uma enorme diminuição gradual da fortuna particular? não será, a continuarmos no caminho em que vamos, a de um empobrecimento geral?

Os adeptos da solução natural confessarão que isso não é um ideal. A transformação do Estado de S. Paulo, ha tão pouco tempo opulento, em um Estado pobre e decadente, não é solução que se possa adoptar de bôa vontade. O evitar essa solução merece um esforço.

Mas, dizem os partidarios dessa solução, a crise é um phenomeno natural. Quem o nega? O que se nega é que o papel do homem seja, em face do phenomeno natural, o da submissão desanimada e inerte. Toda a grande obra humana a que se dá o nome generico de Civilisação não é mais do que o resultado da reacção do homem contra os phenomenos naturaes. Póde-se definir a civilisação como a adaptação progressiva da natureza ás necessidades da vida humana. Que é o Direito senão a reacção humana contra a iniquidade da Natureza, cuja lei é a victoria brutal do mais forte? Que é a Medicina, senão o esforço humano em combate com o phenomeno natural? Que é a navegação, senão a reacção humana contra esse phenomeno natural, tão hostile e formidavel, o Mar, que esphacelava a terra em pedaços dispersos, e dividia a humanidade em agrupamentos isolados? A orientação de que todo o phenomeno natural deve ser recebido com resignação levaria os homens a descer, degrau a degrau, toda a escada por onde a humanidade tem subido, desde o mal esboçado homem das cavernas até hoje.

E não tem explicação que se admitta, para o caso particular do phenomeno economico, essa submissão, injustificavel em geral. Porque o phenomeno economico é exactamente, dentre todos os phenomenos naturaes, aquelle em que é indispensavel a intervenção da vontade e da intelligencia humanas.

Em nosso caso especial a reacção está se impondo, e só não reagiremos por uma teimosa cegueira. A oscillação dos preços do café obedece a um elemento que podemos até certo ponto regular: a quantidade de café brasileiro. Está em nossas mãos a faculdade de pôr fim á superabundancia, que faz a baixa dos preços. Não é razoavel que tenhamos creado essa obra de energia e de coragem, que a nossa lavoura de café representa, para nos deixarmos afinal esmagar, por um acto de fraqueza, sob o peso da nossa propria obra. A grande producção de café não é propriamente um phenomeno natural: é resultado do nosso esforço e da nossa vontade.

Aos que têm procurado applicar ao caso similes inteiramente fóra de proposito, eu offereço um exemplo no qual a medida por mim proposta se póde amparar: no perigo de um naufragio, é commum, como meio de salvação, alijar parte da carga ao mar.

O nosso caso é um desses.

Uma objecção apresentada contra a fórmula de eliminação que proponho, fórmula que tem não só a vantagem de ser a mais simples, como a de ser a unica possivel e efficaz, dentre todas as que têm sido lembradas,—é a da duvidosa constitucionalidade de imposto cobrado em especie. E' claro que eu, assegurando a praticabilidade da medida proposta, incluia na minha affirmacão a indispensavel possibilidade juri-

dica da sua adopção. Entretanto, dispensei-me de levantar até agóra essa vaga objecção exposta sempre em termos de duvida, e não de convicção. As razões que tive para assim proceder, foram: primeiro, haver um poder competente incumbido por officio de decidir no assumpto. Os meus artigos foram dirigidos até aqui á lavoura, e procuraram demonstrar apenas a vantagem pratica de reduzir por algum tempo as nossas safras, pelo unico meio conhecido de tornar essa redução obrigatoria, proporcional, e feita sobre os cafés baixos.

Em segundo lugar, uma discussão nesse terreno da constitucionalidade seria interminavel e ociosa.

O texto constitucional não impede aos Estados a criação de impostos cobrados em especie; nem determina a fórma obrigatoria do imposto. O texto constitucional, por outro lado, reconhece aos Estados a faculdade de estabelecer, diminuir ou augmentar, a taxa dos impostos que lhes competem, e que são usualmente cobrados em dinheiro; e por outro lado, reconhece-lhes o direito de desapropriação por utilidade publica. Em nosso caso, a cobrança do imposto em especie seria, na peor hypothese, uma mera simplificação do seguinte processo: elevação da taxa do imposto de exportação, que é cobrado em dinheiro; e applicação da differença á desapropriação de certa quantidade de café. O texto constitucional não se oppõe a nada disso.

A discussão provocada, e que eu não acceitei, seria travada, pois, não no terreno do direito positivo, onde a prova é sempre possivel, mas no terreno aberto e sem dono da doutrina, onde a cada um é licito ter uma opinião, onde a cada opinião é facil armar a sua tenda e fazer entrar na lucta, a seu favor,—uma ruma de livros e um batalhão de auctores. A theoria da propriedade, a theoria do imposto!

Mas é certo que não diríamos nunca a ultima palavra, e não chegaríamos á verdade final — nesse vasto campo em que escolas e systemas se disputam encarniçadamente e inutilmente a victoria. Uma discussão dessas seria um acto de puro e ocioso diletantismo, que as minhas preocupações não me permitem.

O que a medida em questão pôde encontrar a tomar-lhe o passo — não é a Constituição: são doutrinas discutíveis e discutidas. O valor dessas doutrinas, sejam ellas quaes forem, apparece bem pequeno em face dos grandes interesses de uma população ameaçada.

Um exercito em caminho da batalha — não se desvia pelo escrupulo de pisar uma horta.

Entrego ao Congresso do Estado a representação que não tenho direito de dizer da lavoura, mas que é de uma parte consideravel da lavoura e da maioria do commercio commissario. Sei, e dou testemunho disso, que o patriotismo do Congresso Paulista está justamente alarmado com a crise actual; e que o Congresso applica sincero esforço para acudir ao mal. Só lhe peço a sua attenção calma, reflectida, sem prevenções, para a medida que lembrei, e em cujo favor não sou eu que falo, não é uma theoria que discute: são os factos. O que sustenta eloquentemente a necessidade dessa medida — não são as minhas desvaliosas palavras: — è a nossa anormalissima situação economica, ameaçada de agravar-se assustadoramente; é a historia commercial do café, feita menos de principios do que de algarismos; é a adhesão prestigiosa e positiva de um numero avultado de interessados.

E não será, finalmente, de uma eloquencia irresponsável o facto de não ter essa medida, tão des-

cutida e tão atacada, provocado até hoje uma só objecção que calasse no espirito publico, e fizesse carreira?

REPRESENTAÇÃO

Exmos. Srs. Membros do Congresso do Estado de São Paulo.

Os abaixo-assignados, lavradores e interessados na situação do café, vêm pedir-vos que, como medida capaz de attender á crise actual desse genero, promovaes, entre os Estados brasileiros productores de café, a adopção temporaria de um imposto proporcional á exportação, cobrado em especie, sendo eliminado o resultado desse imposto. Essa medida tem como objectivo valorisar o café pela diminuição dos nossos fornecimentos aos mercados.

Confiados no patriotismo e no espirito esclarecido do Congresso, os abaixo-assignados esperam que será attendido o pedido que fazem na qualidade de directos interessados no assumpto.

São Paulo, 11 de maio de 1901.

Antonio Prado
D. Veridiana Prado e Filhos
Antonio A. Leite Penteado
Eduardo Prates
Barão de Tatuhy
Pedro J. de Souza
Ignacio de Mendonça Uchôa
Dr. Luiz Pereira Barretto
Baroneza de Anhumas
J. E. de Arruda Botelho
Baroneza do Japy e Filho
A. de Queiroz Telles

A. Cincinato de A. Lima
Hermes Ernesto Alves Lima
Plinio de Mendonça Uchôa
Joaquim da Cunha Bueno
João Baptista Pereira de Almeida
Lucas Monteiro de Barros
João Pinto Machado Portella
Francisca Silveira do Val
Firmiano de Moraes Pinto
Anna F. da Silva Monteiro de Barros
Carlos Norberto de Souza Aranha
Carlos A. Monteiro de Barros
Julio Cesar de Queiroz Guimarães
Mendes & Reis
Dr. Eulalio da Costa Carvalho
Luiz Aranha & Irmão
Dr. Almeida Netto
Condessa Monteiro de Barros
Elias Chaves
João Thomaz de Mello Alves
Luiza Cecília de Assumpção
Adolpho Borges & Irmão
Dr. Erasmo do Amaral
Valentim Tobias de Oliveira
Antonio de Carvalho Barros.

Cravinhos

Alfredo Rodrigues Jordão
Carlos Amadeu de Arruda Botelho
José de Lacerda Soares
Alfredo Vieira
José Nogueira Terra
Silvestre Osorio Nogueira
Antonio Serapião
Benedicto Ramos de Carvalho

João Evangelista Nogueira
José Ferraz de Carvalho
Pacífico José Nogueira
Antonio Corrêa Ferraz
Manoel Ferraz Netto
Candido Cyrino de Oliveira
Avelino H. Taveira
Venerando José Nogueira
Ignacia Candida de S. José
Jordão & Evaceira
Balbina de Oliveira Taveiros
Torquato de Aquino Corrêa
Barbosa & Comp.
Joaquim Xavier Cotrim
Francisco de Oliveira Porto
José Pinheiro de Azevedo
Francisco Rodrigues de Gouvêa
Manoel Joaquim Nogueira
José dos Santos Nogueira
Manoel Arantes Nogueira
João de Souza Campos
José Ignacio da Costa Andrade
Dr. Mello Barreto
João Silverio de Oliveira
Gertrudes Ferraz Xavier
José Venancio Martins.

Ytú

Geraldo Sampaio
Francisco de Paula Mesquita
Alfredo Sampaio
Victorio Tachi
Zotico Rodrigues de Almeida
Castro Almeida
José Rodrigues de Almeida

Cherubina Theolinda de Almeida
Antonio Alves de Mesquita
Ezechias Rodrigues da Silveira
Benedicto Antonio da Costa
Francisco de Paula Ferraz Sampaio
Francisco Lemes de Godoy
Roque José Lemes
Bento de Almeida Leite
Luiz de Almeida Leite
João Pacheco da Silveira
Tristão Manoel da Silveira
José Joaquim da Silveira
Luciano Rodrigues da Silveira
Miguel Benjamim de Castro
José Rodrigues Pedroso
Francisco da Silveira Arruda
João Xavier da Silveira
Joaquim Leite de Camargo
Antonio de Almeida Sampaio (padre)
Joaquim Chrispim Dias
Luiza de Mesquita Dias
José Rodrigues da Silveira Leite
Jorge Antonio & Irmão
Francisco de Assis Oliveira
Isaías de Assis Oliveira
Antonio Manoel Rodrigues
Pedro Henriques Dias
João Baptista Dias
Luiz Celestino
Luiz Berni
Luiz Amadeu
Raymundo Berni
Segundo Berni
Facciole Antonio
Augusto Facciole
José de Moraes Navarro

Manoel Rodrigues de Vasconcellos
Antonio Carlos de Vasconcellos
Francisca Amelia da Conceição Silveira
Claudino Leme do Prado
Manoel Francisco da Costa
Luiz Leme do Prado
João B. de Mesquita Sampaio
Eduardo Soares da Silva
Julio Leme Cardoso
João de Almeida Leite
Antonio da Silveira Camargo
Pedro de Paula Leite
Antonio de Paula Leite Camargo
João Baptista de Almeida Sampaio (por
procuração)
José de Almeida Prado Junior
João Baptista Corrêa de Sampaio
José Leite Pinheiro
Francisco de Mesquita Barros
Manoel Fernando de Almeida Prado
Cesario Gabriel de Almeida
Francisco de Almeida Ferraz
Barão de Itahim
Evaristo Galvão de Almeida
Francisco de Paula Leite Camargo
João de Almeida Mattos
Joaquim de Almeida Mattos
Francisco Pereira Mendes Netto
Felippe Corrêa Leite
Antonio Camargo Couto
Antonio F de Paula Leite
Pedro de Paula Leite
José Leite de Camargo
Ignacio de Almeida Mattos
Antonio Soares da Rosa
João de Almeida Prado

Luiz Felipe Corrêa Leite
Francisco Antonio Nardy Filho
Rodolpho Augusto de Senna
Luiz de Mesquita Barros
Antonio de Freitas Pinho
Martins & Filho
Urbano Machado.

S. João da Boa Vista

José Procopio de Azevedo Sobrinho
Alves & Costa
João Luiz de Souza
Francisco de Assis Coelho Filho
Christiano Osorio de Oliveira
Gabriel Garcia da Costa
José Joaquim de Oliveira
Joaquim José de Andrade
Domingos F. de Azevedo
Antonio Villela de Carvalho
Affonso Osorio de Oliveira
Joaquim José Ferreira
Manoel dos Santos Ercilio
José Pedro Marcondes
Chripim Antonio Marcondes
José Procopio Azevedo Netto
Elizario de Oliveira Azevedo
Alberto Azevedo
Adolpho Azevedo
Manoel Villela de Carvalho
Lauriano Alvares
Gabriel Rabello de Andrade
Manoel Pedro Rodrigues
Domingos Procopio de Azevedo
João Osorio de Andrade Oliveira.

Nuporanga

Francisco de Almeida Prado
Gonçalves Bastos & Irmãos
Antonio Torquato Fortes Junqueira
Pagiusco Giovanni
Pauso Agostini.

Piracicaba

João B. da Rocha Conceição
José Fernando de Almeida Barros
João de Barros Brotero
Casimiro Guimarães
Theodolindo Arruda Mendes
João Morato de Carvalho
Adolpho A. Nardy de Vasconcellos
José Amancio da Silveira
Aquilino José Pacheco
Antonio de Padua Almeida Prado
Ignacio Corrêa Pacheco
José da Silveira Mello
José Ferraz de Camargo Junior
Antonio de Almeida Rocha
João Manoel de Moraes Sampaio
José da Cruz Moraes Sampaio
Joaquim Pinto de Almeida
Vicente do Amaral Mello
João Balduino de Campos
João Pedro da Costa.

Santa Cruz das Palmeiras

Ignacio Gabriel Monteiro de Barros
Eduardo Prado
Godofredo Leão Velloso

Francisco Carlos de Oliveira Arantes
Mánoel Julio de Araujo Macedo
Domingos Rodrigues Teixeira

S. Carlos do Pinhal

Aurelio Civatti
Elis & Netto
Dr. F. Paula Novaes
José Euphrosino da Silva Junior
Jacintho Mendes da Silva
Simão de Salles
Antonio Severo
Gregorio Gil da Motta
Paulino Marcondes
Sebastião de Salles Cunha
Josephino da Cruz Costa
Lazaro de Oliveira Barros
Antonio Bueno de Toledo
José Pirajá de Salles
Antonio da Cunha Vasconcellos
Alipio José Rodrigues

Batataes e Jardinopolis

A lavoura dos municipios de Batataes e Jardinopolis, em reunião convocada para Engenheiro Brodowski, pelos fazendeiros abaixo-assignados, subscreve a representação acima com a seguinte pequena modificação:

Quando a exportação fôr feita directamente pelos lavradores, para os mercados consumidores, a cobrança dos 20 % em especie se fará no acto do embarque na estrada de ferro, de sorte que o café siga já por conta do governo, alliviando assim o fazendeiro das despesas do frete desse café entregue como imposto.

Joaquim Miguel Martins de Siqueira
Dionysio José dos Santos
Francisco Corrêa
Virgilio de Toledo Malta
Arlindo Machado de Oliveira
João Ferreira da Rosa
João Carlos de Aguiar
Manoel Jorge Ramos
Joaquim Ferreira da Rosa
Lucio Fagundes
Manoel Gonzaga de Souza Meirelles
Luiz A. Pinto
José Aleixo da Silva Passos
Pinto & Irmão
José Bento de Faria Pinto
João Baptista da Fonseca Nogueira
Virgilio da Fonseca Nogueira (por proc.)
Manoel Caetano Villas-Bôas Primo
Francisco Ignacio da Silva
Alcides Nogueira de Carvalho
Manoel Pereira da Rocha Soares
Dr. Honorio Olympio Machado
Bento Ribeiro Nogueira (por proc.)
José de Castro Mendonça Furtado
João Nepomuceno de Freitas
Olympio Bernardes Corrêa
Anserico José Taveira
Annibal Belém
Acacio Fagundes
A. P. Rocha Soares
Benonio Rebello
Joaquim Alves da Costa
Joaquim Garcia de Oliveira
Gabriel Andrade Junior
João Martins de Mello
Vigilato Franco

Hermogenes Ribeiro Noronha
Joaquim Marques de Souza
Honorio Vieira de A. Palma
Joaquim Alberto Junior
Dr. Aristides Serpa
Aldano Pires Corrêa
Augusto Corrêa.

Jundiahy

Antonio Joaquim Pereira Guimarães
Frederico F. de Oliveira
Luiz Martins Cruz
Antonio Guimarães Filho
Galdino Domingues de Moraes
Joaquim Ferreira da Rocha.

Santa Rita do Passa Quatro

Francisco Fidelis de Paula
Theophilo Fidelis de Paula
M. Ribeiro de Mello
Victor de Souza Meirelles
Joaquim Gomes de Oliveira
E. Pereira de Souza
João de Q. Conrado
Antonio Martins do Valle
Dr. Cesario Ferreira de Brito Travassos
Dr. Antonio Rodrigues Guião
Dr. José Agnello Leite
Misael Alves de Araujo
Candido Elyseu de Sampaio
José Alacrino R. de Abreu
Antonio Vieira de Andrade Palma
Alexandre Antonio de Siqueira
José Reginaldo de Souza Meirelles
Severino de Souza Meirelles

Alipio de Siqueira
Asarias Alves de Araujo
José Simpliciano de Souza Meirelles
Henrique L. Mora
Domingos Marinho de Azevedo
Meirelles & Siqueira
Anna Candida Ribeiro
Mariano C. Azevedo
José P. Guimarães Coutinho
Antonio Custodio Palma
Benedicto Paes
Manoel Bueno Barbosa Pires
Procopio Zoroastro Alves
Manoel Alves Ferreira
Joaquim Gonçalves de Siqueira Junior
Urbano Albertino de S. Meirelles
Meirelles & Irmão
Melchiades de Souza Meirelles
Cornelio de Souza Pinto
Joaquim Frauzino Pereira
Victor Ribeiro
Joaquim Victor de Souza Meirelles
Joaquim de Barros
Antonio Ferraz de Campos Junior
Velloso & Companhia
Francisco Tinson
Henrique Tinson
Antonio José do Prado.

Americo Brasiliense

José Carneiro Leão
Nicolau N. Carneiro Leão
Minotti Antonio
Antonio de Toledo Piza
Dr. Attilio Tabis

Augusto Simas Duarte
Carlos Velzoni
Manoel Martiniano de Oliveira
Francisco Martiniano de Oliveira
Luciana Maria Machado
Germano Xavier de Mendonça
Manoel Antonio Borba
Joaquim Ferreira do Amaral Camargo
José de Campos Machado
José Xavier de Mendonça Filho
João Borba
João Baptista de Souza Aranha
Joaquim de Paula Eduardo.

Cachoeira

Barros & Moraes
Flaminio Xavier da Silveira
Joaquim Rodrigues de Almeida
Francisco da Silveira Moraes
Vicente da Silveira Leite
Salvador Rodrigues de Moraes
Luiz Dias de Moraes
Angelo Dias de Moraes Aranha
Affonso Dias Aranha
Salvador Rodrigues de Barros
Affonso Rodrigues de Arruda
Vicente Ferreira de Moraes
Alfredo Moraes
Irineu Rodrigues de Arruda
Ignacio Xavier da Silveira
João da Silveira Arruda
Bento de Arruda Moraes
Adolpho Rodrigues de Arruda
José Rodrigues de Moraes
Angelo de Arruda Moraes

Francisco Rodrigues de Moraes
Quirino de Arruda Moraes
Carlos Rodrigues de Moraes
Luiz Rodrigues de Arruda
Ottoni de Arruda Moraes
José da Silveira Moraes
Manoel Rodrigues da Silveira
Antonio Rodrigues da Silveira
Avelino Lopes Coelho.

Atibaia

Juvenal Alvim
Felicio Marinho Fagundes
João Marinho Fagundes
Florencio Pires de Camargo
Joaquim Damasceno da Silva
Francisco Pereira Leite
João Alves do Amaral
Francisco Soares do Amral
José do Carmo Ledier
João B. do Amaral Bueno
Pedro Elias
Leopoldo Bueno da Rocha
Isaías Antonio da Silveira
José Herculano Bueno
Olegario Barreto
Joaquim Antonio Cintra
Joaquim Pinto
Francisco Pires de Camargo.

Cabreuva

José Dias Aranha
Joaquim Rodrigues da Silveira
Joaquim R. da Silveira Junior
João Rodrigues da Silveira

Joaquim Antonio da Silveira
Pedro Dias Aranha.

Tieté

Vicente Paulo Monteiro de Barros
José Elias Vaz de Almeida
Raphael Augusto de Souza Campos
Olympio Corrêa de M. Silveira
Osorio de Moraes
Pedro Ferraz Arruda
Pedro Teixeira Pinto
Luiz Antonio de Souza
Elias Teixeira de Aguiar
Joaquim Porfirio & Filho
João de Camargo Penteado
José Nabor Pacheco Jordão
Indalecio Ferreira de Camargo
Joaquim Antonio Corrêa
João Alves Corrêa de Toledo
Elias de Moura
Claudino Carlos Corrêa
Joaquim Alves Corrêa de Toledo
Toledo & Costa
Urbano Pires Corrêa
Lucio P. dos Santos
Luiz Alves Corrêa de Toledo
José Garcia Corrêa
Francisco Pires Corrêa
Candido Camargo
Costa & Irmão
Antonio Rodrigues da Costa
Campos & Camargo
Francisco de Antunes Cardia
Delfino de Arruda Camargo
Damaso Marinho

Antonio da Costa Magueta
Conadi Segundo
Arruda Camargo & Companhia
Paulo Brebal Valle
Manoel Rodrigues
Sanson Luigi
Saon Giacomo
Caetano Sopitoni
Schiavo Agipito
Octaviano A. Alves Lima
José Corrêa de Arruda
Domingos Teixeira Campos
Alfredo Manoel Alves
Joaquim Mariano de Almeida Moraes
Pedro Teixeira Pinto
Saul de Moraes & Lima
José Corrêa de Toledo
Manoel Corrêa de Toledo
Francisco José Rodrigues
Arlindo de Campos & Sobrinho
André Biscar
Brasiliano de Souza Campos.

Estação de Emas

Antonio Paes de Barros
José Germano de Souza
Joaquim de Oliveira
José de Miranda Rola

Ribeirão Bonito

João B. de Oliveira Borges
Americo Pedrozo Braga
Theodulo da Cruz Baptista
Luiz Aguirra

Bernardo da Silva Braga
Elisario Sampaio de Siqueira
João Massiglia.

Ribeirão Preto e Guariba

Francisco Justiniano Junqueira
Joaquim Francisco de Andrade Junqueira
Francisco de Assis Penteado
Victor & Machado
Elizeu Pinto & Pupo
Marciano Antonio de Mello
Joaquim Augusto da Cunha Junqueira
José Henriques Duarte
Luiz Monteiro Diniz Junqueira
Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira
Maria G. de Lemos Monteiro
Fabio de Mendonça Uchôa
Leovigildo de Mendonça Uchôa
Modesto Villela de Andrade
Dr. Hortencio de Mendonça Uchôa
Theodomiro da Mendonça Uchôa
F. de Aguiar Diederichsen
José da Silveira Campos
Joaquim da Cunha Bueno Junior
Honorio de Arruda
Constancio da Silveira
Antonio Lauriano da Silva
João Adolpho Lülle
Luiz Antonio de Arruda
Maximiano Balduino de Lacerda
Joaquim de Lima Pires
Paulino Braga
Theodoro José Rodrigues Costa
José Manoel Vaz de Sampaio
Claudio Vaz de Arruda

José Augusto de Oliveira
João Kamlo
José Torres de Oliveira
Florenzano & C.^{ia}
José Homem
José Bento Ferreira Sobrinho
Marciano José de Faria
Joaquim Ferraz Filho
Alexandre José Pedrosa
Ezequiel Alves da Cunha Mattos
Joaquim Manoel Alves de Lima
Theophilo Roehr
Vespasiano Vaz
Mizael de Carvalho Silva
José de Carvalho Silva
Jeronymo Teixeira do Amaral
Antonio Affonso Chaves
R. Koch
José Forastiere
Francisco de Mello Cabral
Francisco Baptista Ferreira
Uchôa & Irmão
José Martiniano da Silva
Ottoni Arruda.

Araraquara

Theodoro Dias de Carvalho
Francisco Theodoro de Carvalho
Antonio Mariano Corrêa de Moraes
Pio Lourenço Corrêa
Isaltino Corrêa de Almeida Moraes
Bento de Arruda
Bento de Abreu Sampaio Vidal
Marcilio Pinto Ferraz
Joaquim Martins de Lara
Pio Corrêa de Almeida Moraes

José Candido Porto
Rogerio Pinto Ferraz
José Pinto Ferraz Junior
Joaquim Gabriel de Carvalho
José Hippolito & Fonseca
José Pio Corrêa da Silva
Dr. L. Chrysostomo de Oliveira
Rose & Kuoneles
João de Almeida Leite Moraes
José Joaquim Corrêa de Arruda
Godofredo Ernst
Pedro Aranha do Amaral
Carlos Corrêa
José Joaquim de Sampaio Peixoto
Flavio Pinheiro Lima
Francisco Honorio da Costa Machado
Joaquim Rodrigues de Almeida
Luiz Minervino Napolitano
Luiz Pinto Ferraz
José Xavier de Mendonça.

Mattão

Joaquim Gabriel de Carvalho
Maria Vaz de Carvalho
Luiz Osorio da Fonseca
Joaquim de Almeida Camargo
José Antonio Ferreira
F. Pires & C.^{ia}
Sergio da Silveria Leite
Christovão Corrêa de Arruda
Mathias Dias de Toledo
Ismael da Silveira Leite
Antonio da Silveira Leite
Theophilo da Silveira Leite

Antonio Dias Corrêa
Jonas Corrêa
Joaquim Brochado Corrêa
José Antunes da Silveira
Januario Matzon & Irmão
Henrique Usberti
Rogério Durão.

Rio Claro

Irineo de Carvalho
José Manoel de Arruda Penteado
Carlos de Arruda Penteado
João de Arruda Penteado
João Leme Mourão Sobrinho
Otto Jordan
Luiz Vollet
Luiz Felicio de Souza
João Vollet Junior
Bento Vollet
Firmino José de Sá.

Monte Alto

Jorge de Aguiar
Herculano Bueno do Livramento
Juvenal de Carvalho
José C. de Mello
Sabino Franco de Camargo
Amancio de Oliveira Carvalho
Silverio Gonçalves da Fonseca
Pedro Paulo Corrêa
Dante Baryhi
José Antonio de Mendonça Botto
L. Zacharias de Lima.

Dourados

Eduardo Vallim Pereira de Souza, presidente da
Comm.Municip. de Agricultura
Joaquim Franc.º de Moura, membro da Comm.
João B. de Oliveira Borges
Adolpho Manoel Alves
João Oliveira de Barros
Ignacio Francisco
Leopoldo Adolpho Machado.

Mogy-Mirim

Venancio Ferreira Alves Adorno
Luiz Quintino de Brito
Joaquim Ignacio de Oliveira Luz
Antonio Antunes de Souza Franco
Miguel Antunes Pr.^a Lima
Antonio Lut do Canto
Francisco Ignacio Guartin
Benedicto Netto de Araujo
João Leite do Canto
Gertrudes Euphrosina Barboza de Oliveira.
José Gomes de Oliveira.

Pedreira

pp. Thereza R. G. Lopes
Carlos Guedes
Antonio Lopes Coelho. Itatinga e Santo An-
tonio da Cachoeira
João Baptista Franco

APPENDICE

A natureza deste livro, feito em meio de uma verdadeira batalha, e publicado com o fim de propaganda em favor de uma medida urgentissima, não permite que a sua documentação seja tão ordenada como era de desejar.

O auctor alimenta a esperança de offerecer brevemente ao grande publico de interessados brasileiros um trabalho organizado do modo mais completo e mais methodico, a respeito da situação commercial do café em todo o mundo.

A respeito da producção estrangeira, as principaes fontes consultadas para a confecção deste livro, foram: H. Lecomte, *Le Café*, Paris, 1899; E. Raoul, *Le Café*, Paris, 1897; E. Laneuville, *Le Café*, Havre, 1900; Duuring Zoon, *Algemene Staat van Koffie*, Rotterdam, Fev^o de 1901; *Stateman's year book*, Londres, 1901. *Java et ses habitants*, Chailley Bert, Paris, 1900.



Preços do café no mercado de Santos

em relação com as cotações do Havre e com o cambio

Cotações no Havre	Base em Santos, por 10 kilos			
	Cambio de 13	Cambio de 12	Cambio de 11	Cambio de 10
30 francos	3\$000	3\$300	3\$600	4\$000
40	4\$500	4\$800	5\$300	6\$000
50 »	5\$900	6\$400	7\$000	7\$900
60 »	7\$300	8\$000	8\$700	9\$800

NOTA. — No calculo desses preços estão já tomadas em consideração as diferenças de pauta.

Como se vê na tabella acima, a cotação de 30 francos no Havre corresponde, com o cambio a 13, a base de 3\$ por dez kilos em Santos. — Quando foi publicada a minha exposição, em 9 de maio, o cambio estava um pouco acima de 13. E, por outro lado, em 1899, por ocasião da maior safra brasileira até então conhecida (mais de dez milhões de saccas), os preços baixaram a um pouco menos de 31 francos no Havre.

Os algarismos de que tenho usado estão longe de ser arbitrarios. Não os inventei; elles impuzeram-se-me.

A cotação de 60 francos, com o cambio a 12, equivale á base de 8\$000 por dez kilos. Isso seria um ideal: cambio relativamente bom, tornando favo-

raveis as condições geraes da vida,— e café a 12\$000 por arroba para 80 % da nossa producção.

Supponho não exaggerar affirmando que é justificado um esforço, mesmo grande, tendente a conseguir um resultado dessa ordem.

A medida que proponho visa elevar os preços em ouro a 60 francos. Os fundamentos desse calculo já ficaram expostos, e não encontraram até agora objecção séria.

Cumpre, porém, observar que a medida em questão visa também alliviar os *stocks*, melhorando a situação futura do café, e, além disso, rehabilitar o café brasileiro, acabando com a concorrência que a este fazem, de nome e de facto, as escorias das nossas safras.

A alta causada pela baixa do cambio só traz para a lavoura uma vantagem ficticia. A triste experiencia dos ultimos annos demonstra á farta esta verdade.

O sr. E. Laneuville, a esse proposito, suppõe a hypothese de baixar o cambio a 1, e o preço do café, em ouro, a pouco mais de 6 sh. Verificada essa hypothese, o productor venderia o café, em Santos, pelo alto preço — segundo os que entendem que a baixa do cambio beneficia o lavrador — de 15\$000; e ao mesmo tempo, na Europa e Estados Unidos, o consumidor compraria o café por preço approximado da gratuidade. « Uma theoria que permite entrever a possibilidade de um semelhante estado de coisa, conclue o sr. Laneuville, é evidentemente falsa e absurda ».

A grande questão, para nós, é fazer subir o verdadeiro preço do café, isto é, o preço em ouro.

A produção, o consumo e os preços

De um excellento estudo do sr. E. Lanenville, (*Le Café, Havre, 1900*) aproveitámos a organização da seguinte tabella, em que fizemos pequenas modificações, de accôrdo com dados positivos que verificámos:

ANNOS	Produção do mundo Média annual	Cotação do Havre Média	Cambio Média	Preço em Santos Média	
1870—71 a	7.325.000	90			10 annos de perfeito equilibrio entre a produção e o consumo. Preços altos. O <i>stock</i> visível augmenta apenas de 75.000 s. por anno.
1874—75					
1875—76 a					
1879—80	8.275.000	95			
1880—81 a	10.525.000	58	21 1/2	4\$300	5 annos de superprodução com preços baixos. O <i>stock</i> visível augmenta de 450.000 s. por anno.
1884—85					
1885—86 a	9.075.000	82	23 1/2	5\$600	Cinco annos de produção menor, no Brasil e no resto do mundo. Preços altos. O <i>stock</i> visível diminue de 260.000 s. por anno.
1889—90					
1890—91 a	10.780.000	97	13 1/4	12\$200	Seis annos de perfeito equilibrio entre a produção e o consumo, apesar de augmentar a produção cerca de 1.600.000 sobre o periodo precedente. O consumo augmenta apesar dos preços altos. O <i>stock</i> visível em 30 de junho de 1896 é apenas de mais 100 000 que de 1890.
1894—95					
1895—96					
1896—97	13.607.000	58	8 1/2	10\$700	Tres annos de superprodução, com preços, em média, de 15 fr. mais baixos que os do periodo de 1880—81 a 1884—85.
1897—98	16.191.000	39	7	8\$550	
1898—99	13.717.000	36	7 5/8	7\$300	
1899—900	14.022.000	39	8	7\$800	A produção deste anno quasi se equilibra com o consumo (computado em 13.500.000 s. Deu-se uma alta, de outubro de 1899 a junho de 1900, na qual os preços chegaram a attingir 56 frs.

Nota.—As observações que acompanham a tabella, figurando na sexta columna, são do sr. Lanenville, menos a ultima. Em 1900 o *stock* visível diminuiu em cerca de 1/2 milhão de saccas; o que se explica pelo augmento natural dos *stocks* do commercio a retalho, alarmado pela alta que foi de 31 até 57 francos.

Exportação brasileira

em saccos de 60 kilos

ANNOS	Santos		Rio	Bahia	Victoria
1873-74	666.949				
74-75	826.426		3.113.000		
75-76	754.997				
76-77	628.898				
77-78	998.952				
78-79	1.210.164				
79-80	1.042.139		2.943.000		
1880-81	1.204.325	época da baixa e dos syndicatos brasileiros	4.325.000		
81-82	1.524.486		3.881.000		
82-83	1.837.846		4.510.000		
83-84	1.929.029		3.198.000		
84-85	2.165.116		4.209.000		
85-86	1.657.176		3.712.000		
86-87	2.478.498		3.484.000		
87-88	1.309.937		1.897.000	106.400	52.000
88-89	2.545.706		3.786.000	164.200	27.000
89-90	2.041.503		2.441.000	169.500	14.000
1890-91	3.050.125		2.288.000	156.000	62.000
91-92	3.615.917		3.608.000	306.100	94.000
92-93	3.412.882		2.793.000	192.000	150.000
93-94	1.772.679		2.359.000	370.000	358.000
94-95	3.904.080		2.646.000	289.500	252.000
95-96	3.135.196		2.321.000	211.000	303.000
96-97	4.963.062		3.411.000	323.000	308.000
97-98	6.053.521		4.530.000	302.000	450.000
98-99	5.535.361		3.200.000	268.000	280.000
99-900	5.742.362		3.496.000	192.000	265.000
1900-901 (até 31 de maio)	7.331.589				

Exportação por cabotagem

ANNOS	Rio	Santos
1896-97	150.501 saccas	37.215 saccas
1897-98	168.212 »	38.004 »
1898-99	201.171 »	27.800 »
1899-900	226.175 »	10.481 »

Produção do mundo em saccas de 60 kilos

Annos	Produção em saccas de 60 kilos													Consumo provavel	
	Mexico e America Central, Guatemale, S. Salvador, Costa Rica	Venezuela	Colombia, Equador, Peru	Antilhas (Cuba, Porto-Rico, Jamaica etc.)	Haiti	Arica Congo, Liberia, Abyssinia, etc.	Ceylão	India Inglesa Arabia, Archipelago Philippino	Ilhas neerlandesas Java, Sumatra, Cebeles	Total da produção da produção estrangeira	Total da exportação brasileira	Produção do mundo	media	Saccas	
1890-91	1.349.000	816.700	179.000	454.000	114.000	116.000	208.000	509.000	3.745.000	6.156.000	9.901.000	12.700.000	10.520.000	14.500	
91-92	1.258.000	859.000	257.000	476.000	215.000	50.000	338.000	807.000	4.260.000	7.623.000	11.883.000				
92-93	1.433.000	925.000	205.000	540.000	210.000	43.000	285.000	1.096.000	4.747.000	6.547.000	11.294.000				
93-94	1.476.000	1.214.000	195.000	434.000	156.000	27.000	276.000	579.000	4.357.000	4.859.000	9.216.000				
94-95	1.305.000	1.122.000	141.000	538.000	181.000	56.000	262.000	918.000	4.523.000	7.091.000	11.614.000				
95-96	1.296.000	1.215.000	169.000	364.000	244.000	35.000	298.000	775.000	4.386.000	5.970.000	10.356.000				
96-97	1.585.000	1.100.000	165.000	432.000	230.000	20.000	262.000	808.000	4.602.000	9.005.000	13.607.000				
97-98	1.685.000	1.273.000	190.000	404.000	224.000	13.000	204.000	863.000	4.356.000	11.335.000	16.191.000				
98-99	1.687.000	1.086.000	202.000	352.000	220.000	24.000	305.000	558.000	4.434.000	9.283.000	13.717.000				
99-900	1.632.000	1.066.000	96.000	435.000	196.000	7.000	219.000	676.000	4.327.000	9.695.000	14.022.000				
1900-901	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
901-902	1.800.000	900.000	130.000	400.000	230.000	10.000	250.000	680.000	4.400.000	12.000.000	16.400.000	—	—	—	

PRODUÇÃO DO CAFÉ

Progresso e decadencia nas diversas regiões produtoras

		I			
		AUGMENTO DE PRODUÇÃO			
Brasil					
<i>Santos</i>	{ 1891-95 média annual 1896-900 » »	3.150.000 saccas 5.080.000 »	} média annual do augmento em cinco annos	1.930.000 saccas	
<i>Rio</i>	{ 1891-95 » » 1896-900 » »	2.740.000 » 3.390.000 »		650.000 »	
<i>Bahia</i>	{ 1881 1891-95 » » 1896-900 » »	218.000 » 216.000 »			
<i>Victoria</i>	{ 1888 1891-95 1896-900	24.300 » 153.000 » 267.000 »		114.000 »	
Augmento médio da produção brasileira nos ultimos cinco annos					
Mexico e America Central					
	1891-95 média annual 1896-900 » »	1.365.000 » 1.576.000 »	media do augmento nos cinco annos		211.000 »
Venezuela, Colombia, Equador-Goyanas					
	1891-95 média annual 1896-900 » »	990.000 » 1.150.000 »	» » » » »		160.000 »
Africa—(Congo Abyssinia, Liberia, etc.)					
	1891-95 média annual 1896-900 » »	175.000 » 222.000 »	» » » » »		47.000 »
			Total do augmento annual	3.112.000 s.	
			» » » » » nos cinco annos		15.560.000 saccas
			II		
			DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO		
Ceylão					
	1866-70 média annual 1871-75 » » 1876-80 » » 1881-85 » » 1886-90 » » 1891-95 » » 1896-900 » »	874.000 saccas 776.000 » 672.000 » 344.000 » 120.000 » 58.740 » 19.800 »	} media da diminuição nos ultimos cinco annos		
				39.000 s.	
Ilhas neerlandezas—(Java, etc.)					
	1875-76 média annual 1881-85 » » 1886-90 » » 1891-95 » » 1896-900 » »	1.200.000 » 1.350.000 » 820.000 » 755.000 » 678.000 »	» » » » »		77.000 »
Haiti					
	1789. 1801. 1845. 1860. 1871-75 média annual 1876-80 » » 1881-85 » » 1886-90 » » 1891-95 » » 1896-900 » »	650.000 » 230.000 » 350.000 » 437.000 » 451.000 » 481.000 » 515.000 » 509.000 » 488.000 » 395.000 »	} » » » » »		
				93.000 »	
Antilhas, (Cuba, Jamaica, Porto Rico-Martinica, etc.)					
	1891-95 média annual 1896-900 » »	196.000 » 164.000 »	» » » » »		32.000 »
India, Filipinas, Borneo, etc.					
	1891-95 média annual 1896-900 » »	274.000 » 253.000 »	» » » » »		21.000 »
			Total da diminuição annual	262.000 s.	
			» » » » » nos cinco annos		1.110.000 saccas
			Liquido do augmento da produção nos cinco annos		14.450.000 saccas

Observação.—O consumo médio no quinquennio de 1891-95 deve ser computado em 10.520.000 saccas: nesse periodo a produção total foi — 53.293.000 saccas. De 1894 a 1895 o stock visível subiu de 1.496.000 saccas a 2.185.000, isto é, augmentou de 689.000. Pode-se computar, pois, aproximadamente o consumo nesse periodo em 52.600.000 saccas, ou seja uma média de 10.520.000 por anno. De 1896 a 1900 nota-se um augmento consideravel, subindo a média a 12.700.000 s., ou seja um total de 63.500.000 s. para os cinco annos. O stock visível, que era de 2.185.000 em 1895, era de 5.016.000 saccas em 1900. Temos, portanto:

Augmento liquido da produção nos cinco annos	14.450.000	
Stock visível em 1895	2.185.000	16.635.000
Augmento do consumo nos cinco annos	10.900.000	
Stock visível em 1900.	5.016.000	15.916.000
		Diferença: 719.000 saccas.

Essa differença deve ser attribuida principalmente ao stock invisível em todo mundo. Não se esqueça que, de outubro de 1899 a junho de 1900 se deu um forte movimento de alta nos preços. Esse movimento arrastou naturalmente os retalhistas alarmados a augmentar os seus depositos, entrando decididamente no stock dos grandes mercados. Isso é demonstrado claramente pelo facto de ter baixado, como baixou, de cerca de meio milhão de saccas o stock visível, de junho de 1899 para junho de 1900, não obstante não ter sido a produção, nesse intervallo, inferior ao consumo.

A PRODUÇÃO

Exceptuado o Brasil, todas as regiões do mundo em que a produção do café augmentou no quinquennio de 1796 900, realisaram, reunidas, um accrescimo annual médio de 418.000 saccas, compensado aliás por uma diminuição, tambem média, de 262.000 saccas nos productores restantes.

Nesse quinquennio, o liquido do augmento annual foi, pois, para a produção estrangeira, 156.000 saccas.

O augmento annual da produção brasileira foi, nesse mesmo periodo, 2.694.000 saccas.

O augmento de 418.000 saccas, verificado em paizes novos, cuja população cresce naturalmente, representa todo o resultado do esforço que nesses paizes provocou a alta dos preços do café, mantida de 1888 a 1895. E' sabido que o cafeeiro leva cerca de 5 annos, depois de plantado, para entrar em plena produção. E' tambem sabido que de 1888 a 1895 os preços do café se conservaram numa média enorme, de cerca de 100 francos, ou quasi o triplo das cotações actuaes.

E' a luz de factos como esses, e não orientados por meras supposições sem fundamento, que devemos estudar o papel dos nossos concorrentes no augmento de produção verificado nos ultimos annos.

Esse papel foi para as tres regiões, nas quaes, além do Brasil, a produção prosperou no ultimo quinquennio:

MEXICO E AMERICA CENTRAL

Annos	Produção
1891	1.349.000 saccas
1892	1.258.000 »
1893.	1.433.000 »
1894.	1.476.000 »
1895	1.305.000 »
1896.	1.296.000 »
1897	1.585.000 »
1898.	1.685.000 »
1899.	1.687.000 »
1900.	1.632.000 »

A safra de 1901 é avaliada em 1.650.000.

Do quadro acima se depreheende que a extensão das plantações teve logar, principalmente, até 1894, visto como é 1899 (cinco annos depois), o ponto culminante da produção. O augmento de 338.000 saccas, isto é, de 1.352.000 arrobas, verificado no conjuncto daquelles paizes (Mexico, Guatemala, S. Salvador, Honduras, Nicaragua, Costa Rica), augmento maximo verificado de 1891 até hoje, indica que as plantações novas não foram demasiadamente consideraveis, mesmo no seu periodo de maior progresso.

Dado mesmo que a baixa dos preços, accentuada de 1897 em deante, tivesse alguma parte no estacionamento da produção, é forçoso reconhecer que, nessa extensa região, que é exactamente o nosso principal concorrente, os altos preços, que se mantiveram de 1888 a 1895, não deram um impulso extraordinario ás novas plantações. Houve municipios paulistas que, em egual periodo, fizeram individualmente quasi tanto como todos esses paizes reunidos.

Com Venezuela, Colombia, Equador e Goyanas o caso ainda é mais frizante. Nessa região verifica-se:

Annos	Produção
1891	816.000 saccas
1892.	859.000 »
1893.	925.000 »
1894.	1.214.000 »
1895	1.122.000 »
1896	1.215.000 »
1897	1.100.000 »
1898.	1.273.000 »
1899.	1.086.000 »
1900.	1.066.000 »

A safra de 1901 é avaliada em 850.000 saccas.

Nota-se ahi, com relação aos ultimos annos, uma tendencia pronunciada para o declinio, para o qual provavelmente concorreu a baixa dos preços de 1897 em diante. Mas, como o primeiro anno de augmento notavel foi 1894, e dahi por diante não houve grande accrescimo, isso faz crer que o desenvolvimento das plantações novas se deu de 1888 a 1889, no primeiro entusiasmo causado pela alta dos preços. O estacionamento da produção, de 1894 em diante, indica de modo claro que o progresso das plantações novas, começado em 1888, não se manteve até 1890. Fôsse pelo attractivo de outras culturas, ou pela falta de braços, ou pela difficuldade dos transportes, ou por todos esses motivos reunidos a outros, o facto é que os altos preços do café, mantidos de 1890 a 1895, não conseguiram animar novas plantações naquelles paizes.

Com relação á Africa, a produção obedeceu á seguinte marcha:

Annos	Produção
1891	114.000 saccas
1892.	215.000 »
1893.	210.000 »
1894.	156.000 »
1895	181.000 »
1896.	244.000 »
1897.	230.000 »
1898.	224.000 »
1899.	220.000 »
1900.	196.000 »

A safra de 1901 é calculada em 200.000 saccas.

O quadro acima dispensa commentarios. O ponto culminante da produção africana é 1896, com 244.000 saccas, isto é, com 19.000 saccas mais do que o anno de 1892. Todo o esforço empregado pelos paizes europeus que têm colonias na Africa não conseguiu grande cousa com relação á cultura do café, mesmo com os altos preços de 1888 a 1895.

- Entretanto, cumpre confessar que a apreciação do conjuncto de cada zona em que a produção prosperou nos ultimos cinco annos é insufficiente; porque, na realidade, a situação geral de qualquer daquellas zonas não corresponde de modo preciso á situação de cada um dos paizes nella contidos.

Com Venezuela, Cólombia e Equador dão-se factos em inteiro desaccôrdo: a produção tem decrescido notavelmente no primeiro desses paizes e tem augmentado nos outros dous.

Venezuela chegou a ser o segundo productor de café no mundo. E' um grande paiz, de 593.943 milhas quadradas (França: 204.092), com uma pequena população de 2.444.000 habitantes (em 1894). A immigração foi, em 1890, de 1.555 pessoas; e, em

regra, o seu movimento é contrabalançado pelo da emigração. Nesse extenso paiz ha apenas 529 milhas de vias ferreas em trafego.

Venezuela exporta, principalmente, além de café, cacáu, assucar e borracha.

Em 1870 a exportação de café foi de 570.000 saccas; em 1882, de 700.000; em 1896 Venezuela attingiu o maximo da sua producção, com 930.000 saccas. Mas já em 1899 a sua exportação foi apenas de 660.000 saccas; e o declinio é visivel de anno para anno. Coincide, naquelle paiz, com a decadencia da cultura do café, o desenvolvimento da do cacáu.

Os cafés de Venezuela, de que são commercialmente conhecidos dous typos principaes—*La Guayra* e *Porto Cabello*, têm aroma fino e gosto agradável. São perfeitamente separados segundo o tamanho dos grãos; e entram no mercado perfeitamente limpos, sem grãos ardidos ou quebrados, pedras e mais cisco. (E. Raoul). Cotação do *Porto Cabello*, em 25 de maio p.p., no Havre: 60 a 75 francos. (Rio, 1.^a: 39 a 40).

O que explica a decadencia recente e rapida da producção venezuelana é que o cafeeiro rende lá apenas 20 arrobas por mil pés (E. Raoul). Com esse pequeno rendimento, a cultura do café naquelle paiz só pôde ser remuneradora com preços elevadissimos.

A **Colombia** é outro grande paiz, de área calculada em cerca de 500.000 milhas quadradas, com uma população orçada em 4.000.000 de almas. Exporta, principalmante, além de café, ouro, prata e outros mineraes em quantidades consideraveis (3.642 ton.^s em 1898); diversos productos vegetaes (7.548 ton.^s em 1898); fumo (6.216 ton.^s); generos alimenticios (7.548 ton.^s;) borracha (410 ton.^s).

Tem 389 milhas de vias ferreas em trafego e 270 em construcção.

O solo da Colombia só em pequena parte é cultivado, devido á difficuldade dos meios de transporte. A cultura do café tem-se desenvolvido numa região favorecida sob esse aspecto, pois é servida pelo rio Magdalena, navegado por vapores de grande calado até 592 milhas acima do porto de Barranquilla. Esse rio é navegavel em 780 milhas; e os seus tributarios fornecem a esse numero um accrescimo de 215 milhas.

A producção de café foi, na Colombia: em 1887 111.000 saccas; em 1891—310.000; em 1895—358; em 1898—580.000.

O tempo da colheita, na Colombia, coincide com as grandes chuvas.

Essa circumstancia dá aos cafés daquella procedencia uma pronunciada tendencia para a fermentação. O cheiro dos cafés colombianos é desagradavel, lembrando, vagamente, o do couro. (E. Raoul).

A enorme desvalorisação da moéda papel (1.300 a 1400^o/o) tem sem duvida contribuido para que a producção do café se mantenha na Colombia, não obstante a quéda dos preços em ouro a contar de 1896. Seja como for, a Colombia é um concorrente com que devemos contar.

Equador.— A população é de 1.270.000 habitantes, dos quaes 870.000 são indios. A principal cultura do Equador é a do cacáu, de que existiam, 1898, 47.200.000 arvores. A producção de cacáu foi de 26.413 toneladas. Exporta tambem assucar, algodão, borracha e ouro. O Equador resente-se de grande difficuldade de communicações, sendo as estradas quasi intransitaveis durante metade do anno. E' um pequeno productor de café. A exportação tem sido: em 1897 21.700 saccas; em 1898—23.000; em 1899—24.000.

Mexico.— A cultura do café é secundaria no Mexico. Esse paiz, consideravel pela extensão e pela população (12.491.000 habitantes, segundo o recenseamento de 1895), servido por 9.027 milhas de vias ferreas em trafego (1898), nunca chegou a exportar trezentas mil saccas de café numa safra. A producção mexicana é variadissima. Em 1898, os principaes generos exportados foram, além do café: arroz, 20.718 ton.^s; milho, 39.238.000 hectol.; trigo, 235.342 ton.^s; assucar, 66.761 ton.^s; algodão, 44.794 ton.^s; madeira, 76.777 ton.^s; cacáu, 1.341 ton.^s; fumo, 43.524 ton.^s; licores fermentados, 6.127.000 hectol. Em 1898 havia 1.693 minas em trabalho, das quaes 89 de ouro, 373 de ouro e prata, 172 de ouro e outros metaes, 259 de prata. O pessoal empregado na totalidade das minas mexicanas era, em 1898, de 89.000 individuos. O governo esforça-se para desenvolver a cultura da vinha, da oliveira e outras arvores fructíferas. As plantações de laranjeiras tomaram incremento notavel e fornecem importante exportação para os Estados-Unidos.

Esses dados explicam de certo modo o papel secundario do Mexico na cultura do café, pela subdivisão da actividade e do capital em tão variados ramos de industria e tão diversas culturas. Mas, além disso, o café não é provavelmente no Mexico uma cultura de grande rendimento. Em 1888-89, a exportação foi de 154.000 saccas; subiu a 166.000 em 1890; a 241.000 em 1893; a 268.000 em 1898.

Não se deve esquecer que o cafeeiro leva cerca de cinco annos a dar; e que o augmento de producção verificado em 1898 representa desenvolvimento das plantações durante o periodo dos preços enormes do café.

Segundo o sr. V Marcano, citado por E. Raoul, a colheita de uma arroba de café custa, no Mexico,

cerca de 2\$400 da nossa moéda; é o dobro da média que pagamos.

Com relação ao rendimento de cada arvore, o sr. P. Combourg (*Bulletin des etudes coloniales et maritimes*, 1894) avalia-o numa média de 66 arrobas por mil pés; mas, E. Raoul, que cita aquelle auctor, acha-o exaggerado.

Os cafés do Mexico são commercialmente bem reputados. Entram no mercado perfeitamente limpos, raramente com algum grão preto.

Guatemala. — Area, 49.290 milhas quadradas (S. Paulo: 112.280). População em 1900: 1.574.340 habitantes. A immigração foi, em 1894, de 24.839 pessoas; a emigração foi, no mesmo anno, de 21.178. A viação ferrea tem tido consideravel incremento.

A actividade e o capital não se empregam exclusivamente nesse paiz á cultura do café. Ha 40.768 acres applicados á cultura da canna; 7.504 á do cacáu; 1.680 á do fumo. Além de assucar, cacáu e fumo, Guatemala exporta trigo, milho e feijão. Uma lei de janeiro de 1899 acoroçoa com favores e premios a cultura da borracha; mas é provavel que a crise actual da borracha annulle os effeitos dessa lei.

Com relação ao café, a producção de Guatemala tem sido: 1880 — 220.000 saccas; 1885 — 415.000; 1895 — 530.000; 1896 — 525.000; 1897 — 630.000; 1898 — 633.000; 1899 — 644.000.

Em Guatemala o café é cultivado entre 500 e 700 metros de altitude. Medeia geralmente entre os cafeeiros uma distancia de pouco mais de 12 palmos. A plantação é feita em covas de 12 pollegadas em todos os sentidos, preparadas e deixadas a descoberto durante tres a quatro mezes. O cafeeiro é podado regularmente, de modo a não dar cada galho

mais de tres colheitas. A producção média é de cerca de 60 arrobas por mil pés.

As plantações de café estão principalmente em mãos de allemães.

Os cafés de Guatemala são geralmente apreciados, e obtêm preços de preferencia. Em 25 de maio p.p. a cotação no Havre era para os cafés de Guatemala, lavados — 68 a 85 fr.^s

Guatemala é talvez o mais sério dos nossos concurrentes na producção do café; mas o augmento da sua contribuição é e será fartamente compensado pela diminuição na de outros dos nossos concurrentes.

San Salvador.—Area, 725 milhas quadradas. População, em 1894, 803.534 hab. Exporta, além de café, assucar, borracha, fumo e anil. Tem numerosas minas em trabalho, exportando dellas ouro, prata, cobre, ferro e mercurio. O governo encoraja com favores a producção do algodão. A viação ferrea está-se desenvolvendo.

A exportação de café foi de 250.000 saccas em 1895, e de 296.000 em 1898. A cotação do café S. Salvador era em 25 de maio p.p. 49 a 53 francos.

Costa Rica.— Area, 23.000 milhas quadradas. População, em 1892, 243.205 hab.; em 1899, 310.000. Tem duas linhas ferreas em trafego e diversas em estudos. A principal exportação é de café e bananas; a exportação destas é de valor de quasi metade do da exportação do café.

A cultura de cacáu está em pleno desenvolvimento. Exporta algum ouro e prata e alguma borracha.

Em 1895 a exportação do café foi de 189.000 saccas; em 1899, de 255.000.

Os cafés de Costa Rica são variadíssimos. Em um lote de 800 saccas de café de Costa Rica, refere E. Raoul, foram classificádos 34 typos.

Nicaragua.—Area, 49.200 milhas. Pop., em 1895, 380.000 hab., dos quaes 1.200 allemães. Como em Guatemala, as plantações de café estão principalmente em mãos de allemães. Existe em escala consideravel a criação de gado, e a exportação de couros é avultada. As culturas principaes são, além do café, — assucar, fumo e cacáu. Exporta borracha. Ha 109 minas exploradas por companhias inglezas e americanas. Em 1895 a exportação de café foi de 150.000 saccas; em 1899 foi de 153.000.

A Republica de Honduras é um productor insignificante de café.

Haiti.—Area, 10.204 milhas quadradas. Pop., em 1894, 1.210.625 hab. Nove decimos da população são negros. A principal producção do Haiti é café; e, como entre nós, e sem outro exemplo, o café é sobrecarregado no Haiti com um pesado imposto de exportação. Como veremos adiante, não é esse o unico ponto referente ao café em que somos os companheiros unicos daquella republica de negros.

A cultura do cacau e do algodão estão em pleno florescimento no Haiti; a do fumo se desenvolve. Estão tambem sendo feitas modernamente tentativas para a exploração de minas, de que o solo do Haiti é bastante rico.

A producção de café do Haiti, de 1890 a 1900, consta das tabellas de pags. 99 e 99 A. Essa producção está em declinio desde 1895. Os typos do Haiti são conhecidos por: *Cap. Facmel, Port au Prince, Cayes, Jeremie*. Em 25 de maio p. p. as cotações no Havre eram: de 45 a 48 francos para aquellas tres primeiras qualidades; e de 43 a 46 francos para os typos Cayes e Jeremie. Depois dos cafés brasileiros, eram os do Haiti os que obtinham menores preços.

A qualidade dos cafés do Haiti é prejudicada por

uma circumstancia natural: a de ser a colheita feita em geral com tempo humido. Como a Colombia, o Haiti é victima de chuvas persistentes. Entretanto, esse defeito não é o principal dos cafés haitianos.

Esses cafés são em geral cheios de pedras e de terra. «Em seguida ás grandes chuvas, diz E. Raoul, os grãos que caem no solo arenoso misturam-se a grãos de areia; mas muitas vezes pedras e pedaços de tijolo dão testemunho do pouco cuidado, e, talvez mesmo, do espirito de fraude, que presidem ao beneficio e á exportação. — Entretanto, ultimamente, está-se manifestando melhora nesse sentido.»

O café Jacmel, que era ha poucos annos o typo classico dos cafés mal cotados, *tende*, diz E. Raoul, *a entrar nas qualidadess superiores*. «Realmente, o *Jacmel*, em 25 de maio ultimo, era cotado de 45 a 48 francos, contra a cotação de 37 a 38 para o 2.^a *bôa*, do Rio.

Abyssinia e Arabia.—A producção do café é pequena na Arabia, egualmente na Abyssinia, de onde essa rubiacea é originaria e existe no estado selvagem.

«Colhe-se café na provincia de Enarea e do Godjam, em que dá sem cultura. As bagas maduras do precioso fructo, sem valor para o indigena, juncam o chão; sem preço em Kaffa, é só em Goudar, primeiro mercado no caminho, que o café alcança valor venal. Chegam grandes quantidades á costa de Massauah; compram-n'as os baniaus. Barcos arabes carregam esse café e transportam-n'o a Aden, de onde se propaga com o nome de café Moka.»(*)

Com relação aos cafés arabes, o melhor é o do Yemen. «A quantidade exportada para além de Constantinopola é absolutamente insignificante, diz

(*) *Geogr. appl. à la marine, au comm. e à l'agric.*, por Baunier, cit. por E. Raoul.

um auctor inglez. A Arabia, a Syria e o Egypto consomem pelo menos dous terços da colheita; o resto é absorvido pelos turcos e armenios. Antes de chegarem aos portos de Alexandria, Jaffa e Beiruth, os saccos de *moka* são cuidadosamente examinados, grão a grão; e mãos experimentadas catam nelles todos os grãos meio transparentes e esverdeados, que são os optimos. Essa operação é feita com a attenção dispensada pelos garimpeiros de diamantes no exame da areia que encerra essas pedras preciosas.

A substituição por qualidades inferiores dá-se em cada entreposto da costa; e o café que entra nos mercados europeus e americanos decorado com o titulo de *moka* nem se parece com o café do Yemen^(*).

Não é possivel dar o algarismo, mesmo approximado, da producção dos cafés arabes. Os cafés que entram nos mercados com esse nome são na grande maior parte cafés da India e de outras procedencias, inclusivè o Brasil (o nosso chamado *moka*). Os portos do Egypto e da Arabia recebem fortes remessas de cafés estrangeiros que, depois de limpos e postos em cestos, são reexportados como *café moka*. O seguinte quadro esclarece o assumpto, com relação á importação e exportação de café na Arabia:

<u>Annos</u>	<u>Importação</u>	<u>Exportação</u>
1894-95	12.909.763 frs.	15 406.088 frs.
1895-96	17 665.287 »	21.090.418 »

A producção real da Arabia pode ser avaliada, exaggeradamente, em 30 000-saccas. (*) A exportação de café brasileiro que sáe de lá com o nome de

(*) W. G. Palgrave, cit. por E. Raoul.

(*) H. Lecomte. *Le café*.

moka é seguramente de algumas vezes aquelle algarismo. O nosso café serve para falsificar a marca do café arabe, preferido no consumo de luxo.

Congo Livre.—As plantações de café foram iniciadas em 1884. No anno seguinte foi lá introduzido o nosso *maragogipe*. Em 1899, isto é, quinze annos depois, havia ao todo quatro milhões de cafeeiros nas plantações do Congo (um só fazendeiro paulista, F. Schimidt, de Ribeirão Preto, tem cafezaes maiores).

A pop. europea no Congo era de 1.958 individuos no anno de 1900. A exportação de borracha, marfim, côco, cacau e fumo, triplicou de 1895 a 1900. A de café, segundo o *Stat. Book*, de 1901, é prejudicada pela difficuldade de transportes.

Cumpre observar que o famoso *hemileia vastatrix* penetrou nos cafezaes africanos, achando nelles, ao que parece, campo favoravel. O hemileia é o celebre devastador dos cafezaes de Ceylão, da India, de Java. (*) Em 1894 fez a sua apparição nas colonias allemans da costa oriental da Africa. Na Reunião anniquilou a cultura do café.

Em Madagascar matou as primeiras tentativas entusiasticas. No Natal, reduziu a quasi nada a produção, que chegou a ser de 200.000 saccas em 1870.

Outra terrivel praga dos cafezaes, *the worm (xylotrechus quadripes)*, ataca as plantações da Costa d'África. Contra esse grande inimigo não foi ainda encontrado remedio. «Não se conhece meio de lutar efficazmente contra as devastações deste insecto que se tem espalhado por toda parte, e que encontrei mesmo em plantações recentes da costa occidental da Africa. » (H. Lecomte, 1899).

(*) O hemileia parece ser principalmente aggressivo na zona equatorial.

O mesmo auctor refere-se a um remedio applicado contra essa praga, no Congo francez. E. Raoul considera esse mal mais perigoso do que o *hemileia*. «O proprio café *Liberia*, diz elle, não é indemne na costa d'Africa.»

Esses dous inimigos a que estão expostos os cafezaes africanos explicam talvez em parte o pouco successo da cultura do café na Africa, não só com relação ao Congo Livre e á Republica de Liberia, mas tambem ás possessões inglezas, francezas e allemans.

Liberia.—Pop. avaliada em 2.000.000 de habitantes. O commercio estrangeiro restringe-se aos portos de mar; e só os naturaes podem possuir terras. O café é cultivado em plantações pequenas e mal tractadas.

A exportação é menor de 80.000 saccas.

Possessões portuguezas.—Asilhas de CABO VERDE produzem algum café, mas a quantidade é pequena. Em S. THOMÉ, que já produziu 50.000 saccas, a exportação em 1898 foi de 30.000. A cultura do cacau, cuja exportação foi de 823 ton.^s em 1898, tem-se nessa ilha substituido á do café. Naquelle anno o café exportado foi do valor de 354 contos fortes; e de 1.132 contos, tambem fortes, a do cacau. *Angola* produz e exporta café em quantidade de que não temos dados certos. Mas, a julgar pela variedade dos productos exportados, em confronto com o valor total das exportações (7.035 contos fortes em 1899), é de suppôr que a exportação de café não seja muito consideravel. Os principaes productos exportados são: café, assucar, borracha, oleos vegetaes, côco, marfim, cêra, gado e peixe. E. Raoul conta que o café *Rio Nunez*, nativo, é apanhado pelos indigenas que para esse fim cortam as arvores; e a producção desse café tende essim a tornar-se insignificante.

Possessões inglezas— CEYLÃO. Só citamos aqui a ilha de Ceylão, que não pode mais ser considerado como um productor de café, para assignalar os efeitos do *hemileia vastatrix*. A producção, que montou a quasi um milhão de saccas em 1868, caiu a 7.000 saccas em 1900. Com a destruição dos cafezaes por aquella praga formidavel, a cultura do chá substituiu-se rapidamente á do café. A exportação de chá foi de 23 libras em 1873 e de noventa milhões de libras em 1897. A área cultivada em café era, em 1878, de 250.000 acres; e caiu, 20 annos depois, em 1898, a 19.023 acres. A superficie cultivada em chá era de 10 acres em 1867; e passou a 753.872 acres em 1898. INDIA. O *hemileia* e o *xylotrechus quadrupes* invadiram os cafezaes da India continental, cuja producção está em decadencia. A exportação alcançou 430.000 saccas em 1872; e baixou a 240.000 em 1895.

A area plantada em café era de 289.084 acres em 1895; e reduziu-se a 148.389 acres em 1899. O café *Malabar* era cotado, em 25 de maio ultimo, no Havre, a 63/67 francos. Os cafés da India são bem beneficiados e têm em regra grande finura de aroma e de gosto. São exportados em caixas, nas quaes é indicada a plantação de que provêm. JAMAICA.—Area —4.200 milhas quadradas. Pop. em 1891—639.000 hab. A superficie cultivada é de 694.580 acres, dos quaes apenas 25.902 em café. Cumpre, porém, observar, que a area plantada em cafezaes tem augmentado: era de 21.276 acres em 1890, e de 23.000 em 1897. A producção tem sido: 1893-94 — 75.000 saccas; 1895-96 — 70.000; 1896-97 — 65.000. Na Jamaica, como nas Antilhas em geral, a producção é de cerca de 40 arrobas por mil pés, na média. GUYANA INGLEZA.—A exportação de café de Demerara, que foi de 70.000 saccas em 1830, é hoje quasi nulla.

Possessões francezas.— Os francezes, mau grado o grande e intelligente esforço despendido, não têm sido felizes com a cultura do café nas suas possessões actuaes. A REUNIÃO teve já uma producção regular: 16.000 saccas em 1835. De 1881 a 1885 a média foi de 9.000 saccas. Em 1882 o *hemileia* penetrou. E a producção caiu até 1.400 saccas em 1897. MADAGASCAR. «Esta ilha começava a exportar café, em pequena quantidade, quando o hemileia ahi appareceu». (E. Raoul). CONGO FRANCEZ. Em fins de 1896 era avaliado em 300.000 o numero de cafeeiros existentes. A exportação foi de 500 saccas em 1896, e de 950 em 1897. Em 1899 as exportações totaes do Congo Francez montaram a 6.625.000 francos, dos quaes 3.015.000 frs. de borracha, 1.878.000 de marfim, 1.150.000 de madeiras. Pouco mais de meio milhão de francos foi o valor da exportação total de cacau, oleos, café e outros varios productos. INDO-CHINA E COCHINCHINA.— A cultura do café foi ahi iniciada; mas as plantações foram invadidas pelo terrivel *xilotrechus quadrupes*. «Em Saigon, diz E. Raoul, os pés de *C. arabica* são quasi todos attingidos por esse flagello».— GUADALUPE.— Area, 583 milhas quadradas. Pop. em 1894 — 167.000 habitantes. A principal cultura é a da canna (Export em 1898 — 22.858 ton^s). A do cacau tem-se desenvolvido (export. em 1899 — 915.000 libras). Em 1892 a area occupada em cafezaes era de 2.825 hectares; em 1899 tinha subido a 3.065 hect. Em 1899 o pessoal empregado na cultura do café era de 6.156 individuos. A producção de café foi, em média annual, de 9.000 saccas de 1891 a 1898; e subiu em 1899 a 13.000 saccas. MARTINICA.— A exportação, que foi de 12.000 saccas em 1830, caiu a 3.000 em 1893. Em 1896 foi de 6.000 saccas; e apenas de 1.900 saccas em

1897 NOVA CALEDONIA.—Nessa colônia a cultura do café, introduzida de poucos annos, se revela em pleno florescimento. A escutar os auctores francezes, existe já um typo de café *Nova Caledonia*, que deve ser collocado á frente de todos os *cafés suaves* do mundo. Como qualidade, dizem elles, o *Nova Caledonia* vale quasi o *moka* verdadeiro, do Yemen. E. Raoul diz mesmo que o prefere, e com elle a maioria dos consumidores, ao *moka* legitimo. H. Lecomte diz que elles são apreciados pelos que o têm conseguido beber; mas que infelizmente não alcançam no mercado francez os preços a que poderiam pretender. E', pois, conveniente, vermos o que é a Nova Caledonia, e a cultura do café nessa ilha. A area cultivavel é de 1.600 milhas quadradas. A população era, em 1898, de 52.756 individuos, incluindo 3.476 homens da guarnição militar, e 7.477 sentenciados em cumprimento de pena. A producção do café, cuja introducção data de mais de trinta annos, foi: em 1894—1.250 saccas; em 1896—3.300; em 1897 4.000; em 1898 5.800. A producção média é de 25 arrobas por mil pés. O apreço ao café Nova Caledonia virá sempre, provavelmente, menos da sua excellencia tão decantada do que da sua raridade nos mercados. GOYANA FRANCEZA. — «Todas as tentativas de colonisação com trabalhadores brancos importados com grande despeza tem até hoje dado em catastrophes» (Elisée Reclus, *Geographie Universelle*, 1894). A população da Goyana Franceza é de 34.200 habitantes. A producção de café é insignificante.

Possessões hollandezas.—JAVA (*). Na historia commercial do café o papel de Java é consideravel.

(*) Para maior clareza da exposiçào damos a denominaçào de *Java* ao conjunto das ilhas neerlandezas. Não tratamos da Goyana hollandeza pela insignificancia da cultura do café nessa possessào.

Essa grande ilha, ou, antes, esse archipelago, que tem hoje uma população de 34.000.000 de almas, manteve notável producção de café durante largo tempo; e ainda hoje, apesar da visível decadencia em que se acha essa producção, Java conserva um logar importante entre os productores estrangeiros. A decadencia do café em Java é devida principalmente a invasão do *hemileia*, que começou a apparecer em 1875. A producção, que era de 1.350.000 saccas, em média, de 1880 a 1885, caiu a 645.000, tambem em média, de 1896 a 1900. Entretanto, como mostra o quadro seguinte, outras culturas estão em pleno progresso:

Area cultivada em acres:

Anno	Arroz	Algodão e outros	Canna	Fumo
1894	5.064.000	3.807.000	211.000	237.000
1898	5.202.000	4.046.000	246.000	252.000

A producção do assucar foi: 1.082.923.700 libras em 1893; e 1.538.701.400 em 1898.

A do chá foi: 4.129.031 kilos em 1893; e. 4.757.171 kilos em 1898.

A do fumo: 10.276.134 kilos em 1893; e. 18.418.575 em 1898.

A do anil: 685.984 kilos em 1893; 1.094.225 em 1898.

Por esses dados se vê claramente que outras culturas se substituem vantajosamente á do café, sacrificada pelo *hemileia*. E' provavel que Java siga mesmo caminho seguido por Ceylão.

Possessões allemans.—TOGOLAND (na Costa dos Escravos). População européa em 1899: 118 individuos, dos quaes 113 allemães. Exporta borracha, cacáu, milho, tapioca, gengibre, côco. Em 1898 foram plantados 89.400 coqueiros, 20.900 arvores de gomme, 98.000 cafeeiros. Em 1896 a exportação de café foi de 1.800 saccas. CAMEROUN. (Protectorado allemão desde 1894). Pop. branca em 1899: 425. Têm sido feitas plantações de café, cacau, fumo, borracha, baunilha, cravo, gengibre. **ÁFRICA ORIENTAL.** Pop. branca em 1899: 1.090 pessoas. As plantações allemans são de cacau, baunilha, fumo, borracha. As de café são feitas apenas em algumas regiões altas. Não se esqueça que o *hemileia* e o *xy-notrochus quadrupes* têm invadido os cafezaes na costa oriental e na costa occidental da Africa.—**PACIFICO.** Nas possessões allemans do Pacifico a cultura do café não tem importancia.

Possessões americanas.—HAWAI. Area 6.400 milhas quadradas. Pop. em 1896: 109.020 habitantes. Nesse anno os individuos applicados á agricultura eram em numero de 7.570. A immigração e emigração foram em

	1895	1898	1899
Immigr.	8.090	17.229	20.245
Emigr.	4.636	7.313	—

Em 1899 as pessoas empregadas na lavoura eram 40.500, das quaes 30.000 japonezas, 6.000 chinezas, 2.150 portuguezas.

A exportação principal foi, em 1899: assucar—21.893.190 dollars,; arroz, 42 562 doll.; bananas, 84.268 doll., café 132.347 doll. Em 1870 Hawai exportou 3.000 saccas de café; em 1890, apenas 600 saccas; em 1893, menos de 300; em 1894, 1.400.

A exportação de 1899, de que possuímos informação referente ao seu valor em moeda, que acima indicamos, deve ter sido superior a 10.000 saccas. CUBA E PORTO RICO. E' difficil prever se, na mão dos americanos, Cuba irá tornar-se um productor de café; até agora não se tem distinguido como tal. Essa ilha tem outras numerosas riquezas a explorar e em exploração. A sua principal exportação é de assucar (1.004.264 toneladas em 1894); e fumo (290 toneladas). Com Porto Rico, o caso é diverso: é quasi certo que a actividade e os capitaes americanos desenvolverão ahí a cultura do café. Porto Rico tem uma area de 3.600 milhas quadradas. A população era de 953.243 habitantes em 1899. Existem cerca de 200.000 acres applicados ao café. Os cafés de Porto Rico têm preços de preferencia nos mercados; a cotação delles era, em maio ultimo, no Havre, de 87 a 98 francos. Felizmente para nós, Porto Rico é uma exigua ilha; e a producção do café nas Antilhas, como acima ficou referido, é apenas de 40 arrobas por mil pés, na média. FILIPPINAS. A producção de café nas Filipinas vem de longe. Em 1871, a exportação já era de 60.000 saccas. Em 1893 attingiu ella o seu maximo: 75.000 saccas. Dahi em deante decaiu sempre: foi de 10.000 saccas apenas em 1894; e, em 1895, o porto de Manila exportou unicamente 3.000 saccas.

As Filipinas produzem principalmente assucar, fumo, canhamo e anil. Em Luçon se está extrahindo ouro com successo; em Cebú, está sendo organizada a exploração de carvão de pedra, de que se conta com uma producção de 5.000 toneladas por mez.

Ha em varias ilhas minas de prata, cobre, ferro, chumbo, algumas em começo de trabalho. Em diversos pontos do archipelago ha petroleo.

A decadencia rapida da cultura do café nas Filipinas, de 1883 a 1894, periodo que abrangeu os annos de grande alta nos preços, parece indicar que essa cultura não era favoravel. E' difficil, sem duvida, dar incremento a uma industria que, mesmo com os preços obtidos pelo café, de 1888 a 1895, teve de ceder a outras certamente mais remuneradoras.

A concurrencia das possessões americanas não parece constituir um perigo sério para nós.

Desse modesto exame da situação do café em relação á producção estrangeira, exame rapido e succinto, como o permittia a natureza deste livro e a urgencia da sua publicação—depreheende-se que o regulador do café no mundo é o Brasil; e que o será ainda por tempo cujo limite não ha fundamento para prever.

O augmento enorme da producção brasileira nos ultimos annos, augmento que tem determinado a superproducção e a baixa dos preços, foi devido, principalmente, a causas que não têm character permanente :

- 1.º Os altos preços do café, de 1888 a 1895;
- 2.º A baixa do câmbio, dando proporções artificialmente collossaes aos preços naquelle periodo;
- 3.º O incremento excepcional que nesse periodo teve a viação ferrea nas zonas do Brasil apropriadas á cultura do café ;
- 4.º Uma extraordinaria corrente de immigração, de que se está dando hoje uma especie de refluxo;
- 5.º A mudança, na lavoura de café, do trabalho escravo para o trabalho livre, geralmente de europeus, e muito mais intelligente e esforçado.

Essas causas, como é sabido, já não influem hoje. As grandes plantações novas de café foram apenas até 1896; e a nossa produção não tarda a attingir o seu apogeu.

Tomando isso em consideração, e depois de examinar a situação do consumo do café, passaremos a ver se não é verdadeiramente absurdo estarmos soffrendo sem resistencia a crise dos preços baixas actuaes, crise a que podemos pôr fim desde que o queiramos.

CONSUMO ANNUAL DO CAFÉ

Em saccas de 60 kilos

ANNOS	Estados Unidos	Allemanha	França	Ingllaterra	Russia	Austria	Italia	Hollanda	Belgica	Suecia e Noruega	Suiça	Espanha
1866—70	1.800.000	1.400.000	900.000	230.000	102.000	370.000	175.000		350.000			
1871—75	2.150.000	1.550.000	615.000	235.000	123.000	450.000			360.000		146.000	
1876—80	2.500.000	1.700.000	895.000	239.000	121.000	500.000			380.000			
1881—85	3.500.000	1.800.000	1.030.000	235.000		580.000			430.000			
1886—90	3.550.000	1.900.000	1.080.000	225.000		550.000			380.000			
1891—95	4.200.000	2.000.000	1.120.000	208.000		580.000			400.000			
1896	4.500.000	2.100.000	1.150.000	208.000		600.000			420.000		157.000	
1897	4.850.000	2.250.000	1.200.000	207.000		625.000			450.000		170.000	
1898	5.200.000	2.350.000	1.250.000	200.000	250.000	650.000	225.000	700.000	500.000	600.000	187.000	90.000

Observação.—Os srs. W. Scheffer C.º avaliam pela forma seguinte o consumo em 1899, dos paizes abaixo especificados :

Portugal — 40.000 saccas; Turquia da Europa e da Asia, 160.000; Grecia, 20.000; Estados dos Balkans, 60.000; Egypto,

Algeria, Tunis, Marrocos, 80.000; costa do Pacifico, 175.000; Argentina, Australia e Cabo da Boa Esperança, 400.000.

O augmento do consumo

O consumo do café, em regra, augmenta na proporção em que crescem a população e a prosperidade economica dos paizes em que é usado. A excepção feita pela Inglaterra é a unica que abertamente contraria esse principio. Mas nesse paiz o café tem dous ter-riveis concurrentes: o chá e o cacau. Emquanto o consumo do café se conserva estacionario nas ilhas britannicas, e está longe de acompanhar o desenvol-vimento da população, o consumo do chá, que era de 36.000.000 de libras em 1841, foi de 210.000.000 de libras em 1895; e o do cacau, 1.938.000 libras em 1841, passou a 11.996.000 em 1882, e a 24.484.000 em 1895. O que acaba por demonstrar a natural resistencia offerecida pelo povo inglez áquella bebida — é que varias colonias inglezas exportam esse pro-ducto e que Londres é um mercado consideravel de café.

O grau em que a situação economica de um paiz influe no consumo do café é eloquentemente demon-strado pelo caso da França em seguida á desastrosa guerra franco-prussiana. O consumo médio da França tinha sido de 900.000 saccas de 1866 a 1870. No quinquennio seguinte essa média cae a 615.000 saccas. Poder-se-á allegar que o imposto de entrada, que era, na França, de 55 francos por 100 kilos, passou a ser, pela tarifa de 1871, de 156 francos, e que disso veiu a diminuição do consumo. Mas essa allega-ção seria errada. Effectivamente, apesar de ser con-servada a onerosa tarifa de 1871, já no quinquennio de 1876-80 o consumo francez tornava a alcançar o seu nivel anterior á guerra, ou, antes, excedia-o, tendo em conta a perda da Alsacia e da Lorena. E' que a situação economica da França, por uma verdadeira

resurreição que assombrou o mundo, resurgia, próspera e refeita, das ruínas da invasão alleman e da enorme indemnisação de guerra.

Está na prosperidade dos paizes consumidores a principal explicação do augmento do consumo nos ultimos annos. Por felicidade nossa, os paizes que mais consomem café estão em pleno e visivel progresso.

A população norte-americana augmentou de 63.014.015 habitantes em 1890 a 76.356.102 em 1900. A importação geral dos Estados-Unidos foi de 697.148.489.000 dollars em 1899; e foi de 849.941.184 em 1900. A exportação, do valor de 1.203.931.222 dollars em 1899, passou a 1.370.762.571 no anno seguinte. Aos Estados-Unidos cabem 40% do café que o mundo consome.

A' Allemanha cabem 20%. A população da Allemanha augmentou de 52.279.901 habitantes em 1895 a 56.3450.014 em 1900 — mais de quatro milhões em cinco annos. A sua importação foi de 4.246.111.000 marcos em 1895; e de 5.783.628.000 em 1899. A exportação foi de 3.424.076 000 em 1895, e de 4.368.409.000 em 1899. Ha vinte annos, emigravam 250.000 allemães por anno; a média da emigração alleman, nos cinco annos de 1895 a 1899, baixou a 28.000. Em 1897, 98, e 99, a média é apenas de 23.000 emigrantes. Não se póde imaginar mais eloquente attestado de melhora nas condições de vida do povo allemão.

A' França cabem quasi 10% do consumo do café. A prosperidade economica da França nos ultimos annos é revelada pelo desenvolvimento do commercio francez. Em 1896, a importação geral foi de 49.288.000.000 de francos; em 1896 de 58.480.000.000. A exportação geral foi de 45.936.000.000 de francos em 1896, e de 55.335.000.000 em 1900.

A' Suecia - Noruega, Hollanda, Belgica Suissa e Austria-Hungria, conjunctamente, cabem 20⁰/₀ no consumo do café. Em todos esses paizes se verifica augmento de população e de riqueza nos ultimos annos.

Está ahi a razão principal do augmento do consumo. Essa razão, porém, não é unica.

Não ligamos excessiva importancia á baixa do preço do café como factor do augmento do consumo. Este só remotamente, e em proporções minimas, sente o effeito das altas e das baixas nos grandes mercados.

Os preços do consumo são, até certo ponto, fixos; não são sujeitos ás grandes oscillações. O consumo desenvolveu-se notavelmente nos Estados-Unidos durante o quinquennio de 1886-90 para o de 1891-95; na Allemanha e na França o augmento foi normal nesse periodo. E, comtudo, de 1891 a 1895, o preço do café conservou-se, nos grandes mercados, numa média de 100 francos.

A verdade é que os preços do consumo não acompanham as oscillações do genero. E. Raoul estuda minuciosamente qual seria o effeito, no consumo francez, de uma reducção de meio franco em kilo (4\$000 em dez kilos); e conclue que esse effeito seria nenhum. Adaptamos nas linhas seguintes os seus argumentos.

Para justificar esta asserção, que parece á primeira vista paradoxal, basta examinar os factos, isto é, o mecanismo da venda a retalho.

A venda no varejo é feita á freguezia rica, burguezia, operaria. No ponto de vista do consumo, deve-se desprezar de todo a freguezia rica, á qual é indifferente o custo do genero.

A freguezia burguezia é mais attenta á economia. Compra ella o café, geralmente, aos meios kilos; e paga o meio kilo a dous e meio e tres francos.—

Como os intermediarios aproveitam sempre uma parte das baixas que se dão, é claro que a differença de preço no café em grosso só affecta as vendas a retalho em proporção minima. Segundo informação de muitos negociantes de Pariz e da provincia, directamente interessados no augmento do consumo, uma differença de meio franco (4\$000 por dez kilos), traria, apenas, para os preços do varejo, uma differença de 10 centimos por meio kilo (160 rs. em dez kilos). E' duvidoso que essa differença fizesse augmentar o consumo de modo sensivel.

O consumo da freguezia operaria, é aquelle cuja possibilidade de augmento é a mais interessante, em razão do numero de consumidores que ella representa. Essa freguezia compra geralmente o café ás onças (30 grammas).

O preço do café vendido á classe operaria tem, como ponto de partida, o café de 1.^a qualidade a 6 francos o kilo e o de 2.^a qualidade a 4,80. Isso corresponde aos seguintes preços no varejo:

1. ^a qualidade, a onça.	O fr. 20
2. ^a » » »	O fr. 15

Com a differença de $\frac{1}{2}$ franco por kilo (4\$000 por 10 kilos) no commercio em grosso, os preços do varejo corresponderiam ao seguinte:

1. ^a qualidade, onça	O fr. 16,5
2. ^a » » »	O fr. 12,9

Ora, pela mesma razão que leva o varejista a vender a O fr. 20 a onça de café de 1.^a, e não a O fr. 18, que corresponderia ao preço de 6 francos o kilo, vendel-o-ia elle pelo mesmo O fr. 20 o que poderia vender a O fr. 16,5. Essa razão é o fraccionamento da moéda, que é limitado.

Com relação a nós, continuamos a pagar 100 rs.

por uma chicara de café; e a razão disso é que 100 rs. é a nossa moeda minima commum.

A acção da baixa dos preços no grande commercio é realmente quasi nulla sobre o consumo. Essa baixa faz-se nos mercados de origem; e o preço nesses mercados corresponde a uma percentagem minima dos preços de consumo.

Por exemplo: o preço, subindo de 4 a 8\$ por 10 kilos em Santos, representaria para nós uma differença de 100 %. Para o burguez francez, que paga 6 francos pelo kilo, essa differença, se elle chegasse a sentil-a, seria de meio franco em kilo, ou de 8 1/2 %. No consumo operario a percentagem seria, por assim dizer, infenitezimal Mas a verdade é que os preços do consumo são, até certo ponto, fixos; e não obedecem ás oscillações bruscas e temporarias dos mercados em grosso.

Ha, entretanto, uma baixa de preços que deve ter influido favoravelmente no consumo do café : é a baixa do assucar. Essa não é devida, como a do café, a uma oscillação de mercados; mas a um facto de natureza permanente. O assucar deixou, pela applicação da beterraba, de ser um genero colonial, um producto difficil de certas zonas; e tornou-se nos ultimos annos uma producção commum, obtida por processos mais adeantados e mais accessiveis de cultura e de industria

Esse factor deve ter sido consideravel no augmento do consumo do café.

Podemos provavelmente contar com um augmento normal do consumo, enquanto os paizes habituados ao café, os Estados Unidos, a Allemanha, a França, a Austria, a Hollanda, a Suecia, a Belgica, a Suissa, prosperarem; sem desprezar diversos outros paizes

em que o consumo mostra tendencia natural para crescer, entre os quaes está o nosso.

A producção e o consumo

Dos differentes dados expostos nas paginas anteriores com referencia á producção e ao consumo do café, a algumas conclusões geraes se póde chegar.

A primeira dellas é que, por causas de natureza temporaria, e que já hoje não persistem, a producção augmentou, de 1896 para cá, em desproporção com o consumo. Esse extraordinario desenvolvimento da producção foi devido ás plantações do Brasil, feitas em escala formidavel, de 1888 até 1896.

A segunda é — que o consumo continúa augmentando em proporção consideravel. A superproducção actual é, portanto, mesmo que a producção se mantenha, um phenomeno temporario, e que durará poucos annos.

A terceira é — que o Brasil continúa e continuará a ser o grande productor de café, e é, cada vez mais, o regulador dos preços do genero nos grandes mercados do mundo. Da nossa producção dependem aquelles preços.

A quarta — é que temos nas mãos uma fortuna colossal, e não sabemos aproveitar-nos della. Os nossos cafezaes, tão desvolarizados hoje, representam, de facto, uma enorme riqueza ; e ha quem pense que será um bem a geada que os diminua, ou a *solução natural* que condemne parte delles á morte ! Se perdermos hoje cafezaes, teremos de plantal-os de novo dentro de alguns annos, *ou outros paizes o farão*, o que é mais provavel, porque a famosa *solução natural* não nos deixará certamente com folgo para novas empresas.

Dependendo de nós o preço do café, estamos agonizando numa crise tremenda com que a baixa do preço nos opprime.

E tudo isso porque ?

Porque nós, os grandes productores de café, nós, que dispomos de um quasi monopolio da producção, desmoralizamos esse producto com o cisco que vendemos para ser torrado e vendido como café. Da nossa safra, ha dous milhões de saccas que quasi nada nos rendeu, a nós fazendeiros, que quasi só dão para as despesas de carreto e frete; e teimamos em vender esses dous milhões de saccas—para que vão pesar nos mercados, disputar o consumo, desvalorisar os nossos dez milhões de saccas restantes.

A escolha será realmente café ? ou será apenas o cisco de que as nossas machinas limpam o café ?

Allega-se que a escolha é vendida e é bebida. E' verdade. Infelizmente para nós, a escolha é misturada ao café, torrada e bebida como café. Mas a escolha não representa nisso papel differente do que cabe á chicorea, ao milho, a tantas outras substancias empregadas na falsificação do café.

A unica differença é que, com a escolha, a falsificação parte de nós, productores de café.

A verdade é que só porque o queremos supportamos a crise actual dos preços do café. Está em nossas mãos pôr-lhe côbro. Se destrirmos na presente safra os nossos chamados cafés baixos, e nos resolvermos a eliminar, por processo semelhante, a superproducção que porventura se dê nos dous annos seguintes, a crise estará desde logo terminada, porque não haverá resistencia capaz de impedir que os preços subam.

Se não fizermos isso, confiemos num milagre. Ou então acceitemos, de braços cruzados, a absurda solução natural, a continuação do sacrificio inutil para todos, e, afinal, a perda de cafezaes que seriam preciosos daqui a quatro, daqui a cinco, daqui a seis annos.

A Propaganda

Uma das idéas aventadas desde principio da crise actual, e das mais sympathicas, é a da propaganda do nosso café; mas essa idéa tem-se até agóra conservado no estado amorpho de uma aspiração sem plano definido.

A solução que ha dias apresentei ao exame dos interessados não só torna possível a propaganda, rehabilitando o café brasileiro, hoje desmoralizado, como nos encaminha naturalmente para o terreno pratico nesse assumpto.

E' preciso comprehender que a acção do Estado seria nulla, qualquer que fôsse o esforço empregado, quaesquer que fôsem as quantias despendidas no sentido da propaganda propriamente commercial.

Essa propaganda é feita, em proporções collosaes, pelo commercio de café, em todo o mundo, commercio cujo interesse está precisamente em vender muito. Imagine-se o immenso conjuncto de elementos que esse commercio representa; e compare-se com esse conjuncto os pequenos meios de acção que o Estado poderia empregar.

Por mais *commis-voyageurs* que atirasse ao mundo, por mais agencias que semeasse na face da terra, o Estado não seria capaz de empregar esforço igual ao de qualquer das grandes casas de café da Europa ou da America do Norte. E o seu esforço, artificial e deslocado das suas funcções normaes, seria

sempre menos atilado, menos methodico, menos activo do que o desses propagandistas profissionaes do café.

A entrada do Estado nesse terreno importaria numa collaboração secundaria. A sua influencia no alargamento do consumo do café, que augmenta annualmente em mais de meio milhão de saccas, seria pouco sensivel. O Estado empregaria nisso um grande e despendioso esforço para conseguir tirar apenas uma gotta dagua ao oceano em que nos afogamos.

Alguns dados positivos esclarecem o assumpto:

Em criterioso artigo, publicado recentemente, o sr. dr. Francisco Ramos se refere ao que tem conseguido a casa brasileira de café dos srs. Raul de Carvalho & C.^a, estabelecida em Paris com torrefacção. Os dados foram pessoalmente colhidos por s. s., e são instructivos.

Aquella casa tem um grande capital applicado ao negocio: quatro milhões de francos. A sua actividade é conhecida, e é sabido que usa, com a maior intelligencia, de todos os meios possiveis de reclame. Vendendo, como vende, o café a 6 francos o kilo, essa casa tira do capital empregado um juro modico — o que já nos deve dar que pensar. Mas o que de decisiva eloquencia é que essa casa, pondo em jogo tão poderosos elementos, agindo num meio tão favoravel como é uma cidade de tres milhões de habitantes, torra e vende annualmente — *vinte e cinco mil saccas de café*. Esse algarismo está bem longe dos dous milhões de saccas que nos sobram.

Outro caso.

Uma poderosa casa que joga com capitaes enormes, que tem filiaes em diversas partes do mundo, que negoceia em café ha mais de cincoenta annos, que é, portanto, um grande mecanismo perfeita-

mente montado, mantém uma importante secção de venda de café a varejo. Essa casa empregou alguns milhares de contos na montagem de tres torrefacções na Allemanha.

Não se esqueça que a Allemanha é um paiz onde o café representa já o papel de bebida habitual do povo. A referida casa mantém *seiscentas agencias* para a venda de café torrado naquelle paiz, que é um meio favoravel.

E, apesar de tudo isso, essa grande casa torra e vende annualmente — *cento e vinte mil saccas de café*.

Que meios temos nós, fóra dos dominios da fantasia e das idéas vagas, na região aspera da pratica, para vender a varejo milhões de saccas de café por annó?

E' em face de dados positivos que devemos calcular qual será, para augmentar o consumo do café, a acção do Estado com a sua despesa de dous, tres, ou quatro mil contos.

Mesmo admittindo, por simples hypothese gratuita, que o dinheiro gasto pelo Estado com a propaganda, propriamente commercial, tivesse a mais activa, a mais intelligente, a mais esforçada applicação, ainda assim seria preciso reconhecer que dous, tres, ou quatro mil contos representam uma quantia muito insignificante no commercio universal do café — para que influam na situação actual daquelle genero.

Ainda alguns dados interessantes.

Fala-se muito, com relação á propaganda, na Inglaterra e na Russia, onde o consumo do café é relativamente pequeno. Parece a muitas pessoas que um simples esforço da nossa parte conquistará facilmente para o café esses grandes bebedores de chá. Ha nisso muita fantasia.

Já ficou dito que não temos meios de fazer nesse sentido o que não consegue fazer o grande commercio inglez, allemão e francez, empenhado nisso como possuidor de alguns milhões de saccas — *compradas a preços mais altos do que os actuaes*, — e pondo em jogo os poderosos elementos de que dispõe.

Mas convém ainda reflectir no seguinte :

A resistencia offercida pela Russia ao consumo do café tem causa identica á que a Inglaterra offerece. Esses dous paizes resistem naturalmente ao café porque em ambos o chá é bebida habitual.

A Inglaterra possúe café; isto é, algumas das suas colonias produzem-no e exportam-no em quantidade muito superior á que a Inglaterra consome. Como acreditar, pois, que é por falta de propaganda que o consumo não augmenta naquelle paiz? Como supôr que poderemos nós fazer lá em favor do nosso café — o que os proprios inglezes não conseguem em favor do seu?

O consumo na Inglaterra tem obedecido á seguinte escala :

Annos	Média annual
1856— 60.	265.000 saccas
1861— 65	250.000 »
1866— 70.	230.000 »
1871— 75	235.000 »
1876— 80.	239.000 »
1881— 85	235.000 »
1886— 90.	225.000 »
1891— 95.	208.000 »
1896—900.	200.000 »

A quéda mais notavel que ahi se nota é a de 1860 a 1870. Pois essa época foi precisamente a do maximo florescimento da produção nas colonias britannicas. Ceylão teve em 1868 e 1870 as suas

duas maiores safras, de quasi um milhão de saccas cada uma. De 1856 a 1870 a producção da Jamaica, pelo seu lado, augmentou em quasi um terço, passando de 40.000 saccas a quasi 60.000. Na India continental ingleza tambem a producção fez grande progresso nesse periodo, passando de 56.000 saccas em 1856 a 360.000 em 1869.

E' claro que os inglezes não bebem café porque delle não gostam, e não porque o não conheçam ou não o tenham á mão.

Com relação a Russia, o caso não é igual, mas é semelhante. Nota-se que o consumo, que era ha vinte annos apenas de 120.000 saccas naquelle immenso paiz, é hoje do duplo. Mas, ainda assim, é pequeno em confronto com a população; e a verdade é que o consumo na Russia limitou-se quasi a acompanhar, com pequena vantagem, o augmento da população. A população da Russia era de 74.000.000 em 1859; e em 1897 tinha subido a 135.000.000. O terreno ganho pelo café naquelle paiz foi, portanto, realmente pouco.

E a explicação está em dous factos: em primeiro logar, a Russia é um paiz habituado ao chá. Em 1899 foram alli importadas 52.000 toneladas de chá, o que dá, em fracção de kilo, 0,35 por anno e por habitante. E' natural que o consumo do café fôsse, como foi, de pouco mais de 0,10.

Em segundo logar, o povo russo não gosa de condições de vida geralmente favoraveis, o que é demonstrado pela consideravel emigração daquelle paiz. Só para os Estados-Unidos, a emigração russa foi de 722.472 individuos em 24 annos.

Essa razão é a que prevalece com relação á Italia, outro paiz importante, tão ligado a nós economicamente, e onde o consumo do café é pequenissimo em confronto com a população. Mas como pretender

que faça uso habitual de uma bebida cara — um povo cuja vida difficil é affirmada pela massa enorme dos emigrantes que exporta annualmente? No só anno de 1899 a emigração italiana foi de 308.339 pessoas.

Com relação ao consumo do café, e ao papel que se quer attribuir á propagação commercial de nossa iniciativa, ha um caso interessante.

A India Inglesa produz café, e exporta-o em quantidade não pequena. Em 1852, como vimos, já ella o exportava. Em alguns annos a exportação tem-se approximado de quinhentas mil saccas.

Ora, apesar disso, o consumo da India é, por habitante, *o menor* de que rezam as estatisticas. Eis um pequeno quadro que esclarece o assumpto:

Média do consumo do café por anno e por habitante em fracção de kilo

Anno	Italia	Inglaterra	Russia	India
1896	0,40	0,30	0,10	0,007

Não é, de certo, por falta de propagação que os 220 milhões de habitantes da India preferem, com relação ao café que produzem, exportar-o a beber-o.

O café é cultivado, exceptuada a Europa, em todas as partes em que geographicamente se divide a terra. O seu commercio estende-se a todos os pontos do globo onde vive o homem civilisado. E' de accôrdo com o reconhecimento desse facto que devemos avaliar a nossa acção commercial em relação á propagação desse producto. Não devemos tambem esquecer que o consumo do café, sem a nossa pro-

paganda, augmenta de uma fôrma notavel. O augmento é hoje talvez de setecentas mil saccas por anno. De que esforço somos nós capazes para influir de modo consideravel nesse augmento? Que algarismo poderá a nossa acção commercial accrescentar áquelle algarismo colossal?

Algumas pessoas pensam na organisação de uma distribuição gratuita de café como meio de propaganda. Antes de tudo, esse consumo sem remuneração, e ainda com despesas, está longe de ser o que a nossa situação do momento está exigindo. Em segundo logar, a distribuição gratuita de café, onde quer que fôsse feita, seria aproveitada principalmente pelos que consomem café comprando-o.

Esse expediente concorreria para a baixa do genero. Seria uma idéa extravagante pretendermos fornecer de graça aos consumidores, e, ao mesmo tempo, vender mais caro aos que compram para revender.

Postas de parte essas duas fôrmas de propaganda, passo a expôr o que me parece adoptavel e effcaz nesse assumpto.

Adoptada a medida que proponho, empenhemos na propaganda a influencia do Brasil e o concurso em dinheiro dos Estados brasileiros interessados na questão. Usemos da acção da nossa diplomacia e do nosso corpo consular, empreguemos amplamente, na Europa e na America, todos os meios de publicidade applicaveis, para fazer perante o mundo a propaganda.

Propaganda de que?

Da pura, da estricta verdade.

Façamos saber ao mundo que a superprodução acabou.

Levemos aos mercados, que esperam ou temem

o excesso da nossa producção, a convicção de que esse excesso não mais se dará, que nós estamos corajosamente resolvidos a só aproveitar das nossas safras a parte que é util, que nós estamos decididamente resolvidos a manter o equilibrio entre o café disponível e as necessidades do consumo.

Demonstremos ao consumo que destruimos escorias que até agora lhe eram fornecidas como café brasileiro.

Provemos-lhe que o Brasil produz verdadeiro café, excellente café, tão bom como o das qualidades mais procuradas nos mercados.

Mostremos-lhe que não exigimos pelo nosso producto um preço excessivo, mas uma simples remuneração pelo esforço e despesa que ella nos custa.

E, finalmente, tornemos claro a todos os interessados — que conservamos toda a nossa capacidade productiva, e que o futuro do café pertence ao Brasil; porque, em condições normaes, devido á força productiva dos nossos cafezaes, ás condições excepçoes do nosso sólo e do nosso clima, o Brasil está habilitado a fornecer, sem competencia, aos preços de 60 ou 70 francos, todo o café, verdadeiro e excellente, de que o mundo precisar.

Uma poderosa organização dessa propaganda é possível; e será effcaz.

Artigos de Mercator

(EXTRACTO)

Para remediar o actual estado de cousas tem apparecido nestes ultimos tempos muitos escriptos a respeito da baixa do café, porém em nenhum delles

tem se indicado *um meio pratico e realisavel* a oppor nesta baixa.

Tem sido aconselhada «uma organização commercial que possa resistir ás manobras especulativas» sem, porém, dizer-se claramente de que modo deve ser formada esta organização; outros têm dito que «a lavoura de café carece de reformar o systema da venda rotineiro», indicando para isto medidas de realisação mais que duvidosa; e ainda outros são de opinião que os impostos sobre o café devem ser diminuidos «para facilitar ao fazendeiro a resistencia contra a especulação» e que o Governo Federal deve concluir tractados de commercio favoraveis á introducção do café nos paizes estrangeiros.

Infelizmente, com toços estes conselhos, de realisação difficil ou impossivel, ou de effeito problematico, não damos um passo para adiante e isto ainda muito menos com declamações contra a especulação e «elementos perturbadores».

Não haverá, porém, nenhum remedio? Parece que a maior parte dos interessados inclina-se para a opinião, que o remedio ha de vir com o tempo; que com os preços actuaes a producção ha de diminuir e que com isto apparecerá tambem a reacção nos preços.

E de facto, em presença da improficuidade dos conselhos mencionados e na falta de outros melhores parece que não ha outra cousa a fazer senão esperar que as cousas por si volvam ao estado normal.

Se, porém, não quizerem resignar-se a este papel passivo, ha, entretanto, ahí uma medida, *de facil execução*, que na ausencia de melhores alvitres, talvez, merece ser discutida.

Parece que, com muito poucas excepções, todos estão de accordo que ha *excesso de producção*, que as *grandes* colheitas dão resultados *menor* do que as

pequenas, e que o preço remunerador para o fazendeiro e o rendimento de £ 20.000.000 só voltarão com supprimentos *moderados e mais em harmonia com o consumo*. A medida a tomar seria, pois, esta; *por uma parte do café*, 1 a 2 milhões de saccas, *fôra do mercado, destruindo-as*. A' primeira vista esta idéa parece ser extravagante mas, examinando com sangue frio a realidade das cousas, a extravagancia desaparece. Quando o tempo corre mal para as plantações, dando em resultado uma colheita pequena, praticamente falando, *ha destruição*, e desde que estivermos convencidos que melhoraremos a nossa situação, não ha motivo para não fazermos o que a natureza deixou de fazer. Ha alguns annos passados a colheita das Corinthias na Grecia era tão grande que os cultivadores resolveram destruir uma parte, e nos Estados-Unidos esta mesma idéa foi estudada com referencia ao algodão, e se os *yankees* não puzeram a medida em pratica foi talvez por elles não se sentirem tão arbitros do mercado de algodão como o Brasil o *é incontestavelmente a respeito do café*.

O Brasil, com effeito, decide da posição estatistica do mercado, porque elle só produz 70% da producção total do mundo e se nos resolvermos pôr 1 a 2 milhões de saccas fôra do mercado a situação do artigo *mudaria immediatamente*.

À questão principal para a adopção desta medida é, porém, esta: *A alta produzida pela destruição do café será sufficiente para compensar os 20% de impostos addicionaes?* Creio que nas actuaes condições do mercado pôde-se responder *affirmativamente*; mas com a condição de *não haver duvida* que ao menos um milhão de saccas será *de facto* posto fôra do consumo, sendo para isso preciso que uma *lei* dos tres Estados mais interessados *estabeleça esta garan-*

tia. Actualmente os effeitos das grandes existencias e das grandes estimativas para as futuras colheitas, já estão descontados nos preços extraordinariamente baixos, e o curso do mercado, conforme as noticias que chegam de todos os mercados consumidores, depende agóra desta questão: *os supprimentos do Brasil serão maiores ou menores do que os baixistas affirmam?*

Não póde haver duvida que nós centros consumidores ao lado dos baixistas já existem muitos que estão inclinados a acreditar na possibilidade de uma reacção, disposição esta que já está indicada nas *cotações mais altas dos mezes distantes*. Seria, pois, preciso ajudar a estes elementos de alta levando aos mercados consumidores e aos capitalistas a convicção que os supprimentos serão *menores* do que se esperava e que por isto o *ponto mais baixo nos preços já está attingido*. Alcançado isto, a partida estaria ganha. Já tivemos uma situação analoga em fins de 1882 e principio de 1883, em consequencia das successivas grandes colheitas brasileiras, que estavam em muito superiores ao consumo daquelle tempo. Em novembro de 1882 os preços tinham caído de 40 a 42 francos e o mercado estava frouxo, em dezembro vieram noticias que os supprimentos provavelmente seriam mais pequenos em consequencia de uma colheita moderada no Brasil e os preços firmaram-se, e em janeiro e fevereiro houve uma alta de 20% que chegou a 30% nos mezes seguintes, alta esta que se sustentou mais ou menos durante os annos subsequentes. Se, pois, dado o primeiro impulso para a alta, repetir-se o que se deu em 1882 e 1883, póde muito bem ser que uma vez estabelecida a alta, esta se estenda não só á colheita de 1898 e 1899, mas tambem á de 1899 e 1900. Em todo o caso, mesmo se a alta

não fôr tão grande, como em 1883, *parece impossível que a diminuição dos supprimentos não tenha algum effeito sobre o mercado, impedindo ao menos que os preços baixem ainda mais.* — Mercator.

(*Fornal do Commercio, abril de 1898*).

Sem duvida será muito util e talvez mesmo necessario para o desenvolvimento satisfactorio da nossa industria cafeeira que se procure alargar o consumo por meio de propagandas tenazes e constantes nos paizes que por ora consomem pouco café, e que se forme uma sociedade central de fazendeiros que cuide destas e das outras multiplas questões da agricultura.

Mas a medida proposta pelo sr. fazendeiro, de contribuir cada fazendeiro com 5 % em café, quantidade esta que seria empregada na propaganda e assim affastada do supprimento, *não terá nenhum effeito sobre o estado actual* do mercado por ser a quantidade retirada insufficiente.

E a medida indicada tambem não teria effeito mesmo se toda a quantidade comprada pelos 20 % de imposto addicional fôsse retida para a referida propaganda, porque os mercados consumidores com toda a razão *não acreditariam* no affastamento definitivo desta quantidade, que de um momento para outro poderia voltar ao mercado, constituindo assim para elle uma *ameaça constante*.

Além disto, a medida lembrada pelo sr. fazendeiro, só póde ter effeito util *para o futuro*, quando, porém, neste momento não se tracta do futuro, *mas do presente*.

Tracta-se de saber se queremos, com os braços cruzados, resignar-nos a receber pela colheita *deste anno*, que principiará dentro de seis semanas, £ 10

a 12.000.000 em lugar de £ 15 a 20.000.000, que talvez poderemos receber se for possível fazer subir os preços.

O fim visado: *a reacção immediata* contra os actuaes preços baixos só póde ser alcançada por uma medida que corrija os efeitos do excesso de producção, unica causa da baixa actual, e que *restabeleça o equilibrio entre a offerta e o consumo*. E como não temos nenhum meio de influir no consumo, resta-nos, como *unica* medida, a diminuição definitiva dos supprimentos pela destruição da parte necessaria para o restabelecimento do equilibrio, isto é, de 1 a 2 milhões de saccas.

A cifra de 1 a 2 milhões de saccas a destruir basêa-se nos seguintes dados estatisticos: As entregas para o consumo foram em 1897 de 13.000.000 de saccas, mas em vista da progressão normal do augmento do consumo demonstrada pela tabella publicada em 14 de abril, não se deve calcular o *consumo real* em mais de mjm 12.000.000 de saccas. Por outro lado a colheita brasileira em 1898 a 1899 é orçada pelas commissões avaliadoras em mjm 7.000.000 de saccas, e como a producção média dos outros paizes do mundo durante os ultimos 5 annos não passou de 5.000.000 de saccas, a producção geral para 1898 a 1899 póde ser calculada em mjm 12.000.000 de saccas. A tabella de 14 de abril prova que de 1882 a 1886, com uma existencia permanente durante 4 annos de m/m 3.600.000 saccas, termo médio, equivalente a um supprimento visivel de 4 a 4.500.000 de saccas, os preços *mantiveram-se* acima de 46 francos, de maneira que um supprimento visivel de 4 a 4.500.000 de saccas póde ser considerado como *o lastro* dos mercados consumidores que por elles póde ser supportado *sem que exercesse demasiada pressão sobre os preços*. O

supprimento visivel em 1 de março deste anno foi, porém, conforme Duuring, de 5.700.000 de saccas. Recapitulando estes dados, temos o seguinte:

	Saccas
Produção geral.	12.000.000
Supprimento visivel.	5.700.000
	17.700.000

	Saccas	
Consumo real	12.000.000	
Supprimento visivel que não faz pressão sobre os preços :	4 a 4.500.000	16 a 16.500.000
Excesso a destruir.	1.200.000	a 1.700.000

Se, em lugar dos algarismos que precedem, se calcular o consumo em 13.000.000 de saccas, e a produção brasileira em 8.000.000, (em lugar de 7.000.000), o resultado do calculo será o mesmo. Se, porém, o consumo for de 13.000.000 e a produção geral de 12.000.000, ficando assim por si mesmo restabelecido approximadamente o equilibrio entre a offerta e o consumo, o sacrificio feito com a destruição do café de certo *não será perdido*, porque o supprimento será tanto menor, e está provado que os *melhores* resultados foram sempre obtidos quando tinhamos quantidades moderadas a *offerecer*. E se o consumo for de 12.000.000 e a produção de 13.000.000, havendo assim um excesso de 2 a 2 1/2 milhões de saccas, a destruição impor-se-ia ainda com maior necessidade.

Seja como for, em presença do enorme prejuizo, que aos actuaes preços a colheita de 1898 a 1899 nos deixará, prejuizo que importa em £ 11 a 13.000.000, comparando com 1896 a 1897, e em

£ 14 a 16.000.000, comparando com 1894 a 1895, a medida indicada *devia ser estudada seriamente.*—
Mercator.

(*Fornal do Commercio, maio de 1898*).

« O *Fornal* de 12 do corrente publicou um artigo, do sr. Franklin Dutra, no qual ataca o projecto do sr. dr. Vicente de Carvalho. Estando eu de pleno accôrdo com as idéas deste ultimo, peço licença para responder ao sr. Dutra.

Diz o sr. Dutra que o dito projecto é impraticavel porque estabelece uma medida geral para todos os Estados cafeeiros, quando o excesso provém unicamente do Estado de S. Paulo.

Mas, admittindo-se mesmo que S. Paulo é o principal culpado e que houve o que o sr. Dutra chama imprevidencia e abuso de credito por parte dos fazendeiros de S. Paulo, pergunto eu o que tem isso com a solução da crise? Se, como affirma o sr. Dutra, as colheitas nos Estados de Minas e Rio foram tão pequenas que o resultado não deu para as despesas do custeio, esse resultado talvez ficaria peor com a adopção do projecto do sr. dr. Vicente de Carvalho? Não, está claro, ao contrario, que se a alta se der, as colheitas de Minas e Rio, pequenas que sejam, tambem aproveitariam da melhoria dos preços.

O sr. Dutra pensa que não é equitativo exigir dos Estados menos culpados o mesmo sacrificio de 20 % proposto pelo sr. dr. Vicente de Carvalho; mas não está evidente, tambem, que *não ha nenhum sacrificio* para nenhum fazendeiro, seja de S. Paulo, Rio ou Minas, e sómente haverá um sacrificio *apparente* para o exportador, que em 100 saccas tem de fornecer 20 saccas para serem incineradas? Os fa-

zendeiros, conforme o dito projecto, mandarão, como até agora, *todo* o seu café para o Rio e Santos e receberão conta de venda de *toda* a quantidade enviada.

O sr. Dutra diz que a queima do café faria desaparecer um alto valor em prejuizo para o paiz. Ora, a verdade é justamente ao contrario: a destruição do valor é apenas *apparente*, as estatisticas provam que colheitas pequenas têm dado melhor resultado de que colheitas grandes, que os preços sobem com supprimentos menores, e que por isto está fóra de duvida que o valor *apparentemente* perdido será mais que rehavido pela elevação do preço de venda da quantidade que fica.

A proxima colheita fornecerá para a exportação talvez 11.000.000 de saccas, que ao preço actual, de 28\$000, dará um resultado de 308.000.000\$000.

Se esta quantidade pela queima for reduzida de 20 %, isto é, a 8.800.000 saccas, teremos uma quantidade quasi igual ás entradas de 1896—1897, que eram de 8.684.000 saccas, e que obtiveram, conforme a minha tabella publicada em 12 do corrente, o preço médio de 64\$500; sendo o total de *a* 558.224.000\$000, o que mostra contra o predito resultado provavel da colheita actual *uma differença maior de 250.000.000\$000*. O preço talvez não subirá a 64\$500, mas, em todo caso, a experiencia pratica faz prever uma subida sufficiente *para largamente compensar a parte destruida*.

Oppõe-se ainda o sr. Dutra ao projecto pelo motivo de que os Estados menos productores tornar-se-iam victima do Estado que produz maior quantidade. Mas não será o perigo de ser victimado pelo maior productor, justamente uma razão para os fazendeiros de Minas e Rio apoiarem o projecto? Se as condições em S. Paulo são tão pouco favoraveis

em Minas e Rio, como ainda affirma o mesmo sr., a consequencia logica será esta : que com a perduração dos preços baixos a producção mais barata de S. Paulo no correr do tempo esmagará a cultura cafeeira em Minas e Rio, assim como já a esmagou em outros paizes estrangeiros. E existindo este perigo, o que poderá haver de melhor para Minas e Rio, se S. Paulo lhes offerece uma medida que fortificará a agricultura cafeeira de todos os tres Estados?

O sr. Dutra pergunta : poderemos ter certeza de que para o anno as colheitas serão tão abundantes como deste? A esta pergunta ha uma resposta bem simples : quando houver probabilidade de diminuição da colheita, suspenda-se a queima no total ou em parte. Em seguida á dita pergunta o sr. Dutra indica a possibilidade de *geadas*; mas não vê o sr. Dutra que com a indicação de *geadas* argumenta em favor do sr. dr. Vicente de Carvalho? *Geada* não é destruição? não significa diminuição da offerta? Mas a respeito da dita pergunta ainda ha outra observação a fazer : a pergunta é summamente caracteristica, ella contém em si toda a indolencia que se observa desde annos no tractamento desta questão, a falta de decisão de enfrentar a realidade das cousas, a falta de energia do homem que pensa e que age e que em logar disto se confia aos accidentes da natureza céga, submettendo-se á miseria, sem fazer ao menos uma tentativa de minoral-a.

O sr. Dutra chama o projecto de anti-patriotico, mas creio que não haverá quem possa comprehender neste caso a razão deste qualificativo.

Póde ser anti-patriotico um projecto que tem por fim fazer ao menos a tentativa de salvar para as zonas cafeeiras em papel-moéda talvez até réis

250.000:000\$ por anno e para o Brasil em libras esterlinas talvez 5 até 10 milhões por anno?

Acha o sr. Dutra que o que se deve fazer é o seguinte: « estudar os planos a executar-se no sentido de aparelharmo-nos por meio da criação de novos mercados para exportarmos todo o café produzido. »

Deve-se confessar que á vista da *extrema urgencia* do assumpto, que exige uma *solução immediata*, é difficil não perder a paciencia com a reproducção de semelhantes proposições, que o proprio sr. Dutra deve reconhecer serem de execução difficil e de effeito demorado. Além disto, para execução do projecto do sr. dr. Vicente de Carvalho será necessario constituir uma commissão executiva, e quem estará mais no caso de fazer uma propaganda methodica e bem entendida do que essa commissão executiva?

Observa ainda o sr. Dutra que a alta do cambio tem influido muito na baixa dos preços-papel do café. E' verdade. Mas que direito têm os productores de café de exigirem de todo o resto do Brasil o sacrificio de supportar uma taxa de cambio a 5 ou 6 pence?

Seria patriotico desejar isto?

Finalmente, diz o sr. Dutra, que o maior mal da lavoura não é o excesso da producção e sim a falta de recursos que lhe permittissem apanhar cada caroço de café, cuidar e *guardar* o seu producto sem a necessidade de envia-lo de prompto ao mercado e, conclue o sr. Dutra, *seria resolvida a questão*. Ora, pergunto eu, acredita o sr. Dutra, seriamente, que *todos* os fazendeiros guardariam o seu café, que por exemplo os fazendeiros de S. Paulo recolheriam os seus cafés aos seus depositos, deixando aos fazendeiros de Minas e Rio o tempo necessario para venderem os seus cafés a preços altos durante as entradas reduzidas?

E não vê o sr. Dutra que a sua idéa de *guardar*

o café excedente durante algum tempo é no fundo a mesma do sr. dr. Vicente de Carvalho, isto é, diminuir artificialmente a offerta, influindo desta maneira nos preços em sentido de alta? E se o sr. Dutra admite que a diminuição da offerta levanta os preços, quererá elle contestar a probabilidade de que os preços, em caso de definitiva destruição, subirão mais do que em caso de simples retenção temporaria e duvidosa? — *Mercator.*»

(*Jornal do Commercio, de 14 de maio de 1901.*)

Solução da crise do café

Escreve-nos de S. Paulo o sr. dr. Vicente de Carvalho:

«Peço-lhe a inserção das seguintes linhas em resposta ao que no *Jornal* de 12 escreveu o sr. Franklin Dutra.

Entende o sr. Dutra que o plano de solução á crise do café, por mim apresentado ao exame dos interessados, e o *Jornal* me fez a honra de transcrever no seu numero de 10 do corrente, — é impraticavel, inconveniente e anti-patriotico.

E' impraticavel, diz o sr. Dutra, «porque aquelle plano estabelece uma medida geral para todos os Estados cafeeiros do Brasil, e o excesso de producção provém unicamente de S. Paulo».

Ora, esse argumento do sr. Dutra teria applicação unicamente com as seguintes condições:

1.º Se a superproducção, nos seus effeitos desastrosos, só affectasse a lavoura de São Paulo;

2.º Se a contribuição de cada Estado, segundo o plano em questão, não fôsse exactamente proporcional á sua producção e se não fôsem exacta-

mente proporcionaes a esta as vantagens a obter por parte de cada um delles.

. A calamidade que nos ameaça, a nós, lavradores paulistas, attingirá tambem, com egual intensidade, os lavradores de café de todos os outros Estados brasileiros. Se a nossa safra proxima fôr vendida a 3\$ por 10 kilos. por esse mesmo preço esmagador serão vendidas as suas. Isso será a nossa ruina, e a ruina delles. O perigo é commum, porque a situação de todos é a mesma. Contra o perigo commum, é natural a reunião dos esforços.

Os onus e as vantagens serão proporcionaes: a nós, paulistas, caberá a destruição de um milhão e seiscentas mil saccas; aos outros Estados brasileiros, a destruição de oitocentas mil saccas. Nós ganharemos a valorisação das nossas 6.400.000 saccas restantes; elles ganharão a valorisação das suas 3.200.000.

A proposito do nosso augmento de producção, o sr. Franklin Dutra accusa a imprevidencia com que os lavradores paulistas plantaram café sem conta nem medida. Aceitemos, como um facto, essa imprevidencia. E depois? Que elemento traz isso ao problema? a referencia do sr. Dutra a esse assumpto, perdõe-nos s. s., é extemporanea. Diante do mal que nos ameaça a todos, não façamos como crianças que desabafam em queixas inuteis e perdem o tempo em accusações que nada adiantam. Procedamos como homens, unindo-nos corajosamente diante do inimigo commum.

—E' inconveniente a destruição da porcentagem inutil, e mesmo pernicioso das nossas safras, assegura o sr. Franklin, porque a queima desse café representaria um alto valor em prejuizo do nosso paiz, que veria desapparecer em cinzas desfeitas

pelos ventos, que tocariam para os quatro cantos do mundo a nossa fama de ineptos e inaptos.

A porcentagem das nossas safras, que se pretende destruir, não representa um valor. Não é um elemento de riqueza, é um elemento de pobreza. Nós nos estamos, ha cinco annos, reduzindo á miseria, não porque tenhamos pouco café, mas porque o temos de mais, porque sobra café de que ninguem precisa. Peço ao sr. Franklin Dutra e aos que com s. s. pensam, o obsequio de ler com attenção a parte do meu artigo transcripto no *Jornal* de 10, em que estudo os effeitos da superprodução e a influencia nefasta que estão exercendo os nossos chamados *cafés baixos*.

Quanto á inepecia, que s. s. paradoxalmente attribue ao expediente proposto, permitta-me s. s. dizer-lhe eu que inepecia seria continuarmos, sem resistencia, a produzir café, com um enorme esforço, consumindo nisso o melhor da riqueza nacional, para o vender sem lucro, como estamos vendendo, para o vender com prejuizo, como estamos ameaçados de o fazer amanha.

—O sr. Dutra acha impatriotica a medida em questão, «porque humilharia o character do commercio brasileiro, que deve *estudar os planos a executar-se no sentido de nos apparelharmos por meio da criação de novos mercados para exportarmos todo o café que as nossas lavouras produzirem*» .

Vê-se por essas linhas que o sr. Franklin está algum tanto alheio á situação. Estamos começando a colheita de uma safra enorme que, dentro de pouco, será uma avalanche rolando, irresistivelmente, para os mercados á procura de dinheiro, de qualquer dinheiro que obtenha. Essa safra encontra os mercados obstruidos por 7.000.000 de saccas, que ainda não acharam collocação. Essa safra, juncta á

das procedencias estrangeiras, produzirá 2.000.000 de saccas mais do que o mundo consome em um anno.

E, diante disso, quer o sr. Dutra que nos limitemos a confiar pachorrentamente ao commercio *o estudo de planos a executar-se para nos aparelharmos*.

Desculpe-nos o sr. Dutra a franqueza, um tanto desagradavel; mas, quando se tracta de uma medida séria, adoptavel immediatamente, inteiramente practica, que está preoccupando o espirito publico, em favor da qual se está avolumando uma larga e poderosa corrente de opinião entre os competentes e os interessados; quando se tracta de uma medida que póde salvar a lavoura nacional da ruina imminente, —os que não têm a oppôr-lhe senão a idéa vaga de planos a descobrir e estudos por fazer, —não devem intervir.

A intervenção, nesse caso, representa uma simples perturbação esteril.»

(Fornal do Commercio, de 18 de maio).

A crise e sua solução

«Não ha que duvidar (mesmo aos que não crêm, na correlação do cambio com as fornhalhas da Alfandega), não ha duvidar que a incineração do café traria uma immediata melhora á situação desesperada de nossa lavoura. E é bem de notar que a melhora para merecer esse nome deve ser immediata, não se póde esperar, não se póde aguardar o gradual desenvolvimento de medidas regulares: a Napoleão, *hoje aqui, em oito dias em Vienna*; todos os mais recursos são escarneos.

Incinerar certa porção de café, de modo que a

outra que se exporte dê maior preço (*note bem*), preço que seja maior do que produziria as actuaes cotações a exportação total. Estas incognitas não são difficeis de se achar.

Mas como fazer-se a incineração?

Certo se todos os lavradores de café se unissem para queimar uma dada porcentagem da sua colheita, estaria resolvido o problema. Esta hypothese, porém, é ridicula e por um sem numero de motivos palpaveis.

O meio pratico está só nas mãos dos governos dos Estados productores.

Supponhamos que a colheita mundial seja 6, que as exigencias do consumo 3, que os preços actuaes representem-se por 2. O problema é o seguinte:

Quanto é preciso tirar de 6 para que, sendo fixo 3, tenhamos $2+x$?

Este $2+x$ não pôde ser os 30\$ de 1893, está bem visto: *quem todo lo quiere todo lo pierde*. Determinado modestamente este membro da equação (?) o outro se determinará de per si.

Ora, os Estados productores de café, que percebem imposto sobre sua exportação, deveriam augmentar este imposto em proporção do excesso verificado, como acima fica dito. Exemplifiquemos: o Estado de S. Paulo, cuja colheita é orçada em oito milhões de saccas, tendo-se achado que o excesso da producção sobre o consumo é de 20%, por exemplo, ou sejam 1.600.000 saccas, para sua parte lançaria um imposto de 20% sobre todo o café de sua exportação, sem nenhuma ligação com o seu actual imposto.

Esta nova taxa, porém, seria prelevada não em dinheiro, mas em *café* e na mesma hora em que se pagaria o imposto em moéda.

Seria assim retirada do mercado esta cifra enorme para ser incinerada.

Reflecta-se que, em seguida a uma enorme safra como a presente, nunca succede uma bôa safra; o Estado do Rio, por exemplo, na futura colheita terá quantidade infinitamente pequena: os poderes publicos estaduaes que terão prelevado estes 20⁰/₀ da actual colheita, a titulo de imposto, achar-se-ão no anno vindouro com estes immensos depositos que podem não ser incinerados, pois que o simples facto de sua retirada do mercado por tempo indeterminado terá produzido o almejado effeito: terão elles recursos poderosos para tanta cousa de que carecem.

Dir-se-me-á que os fazendeiros não exportarão, neste caso, seu café. E' fazer-se muita honra á classe tão onerada de compromissos. Mas que o não exportem; não se terá obtido o mesmissimo resultado, supprimir do mercado o excesso de producção?

E' esta, sr. redactor, a medida de immediato effeito que, entre tantas suggeridas, não esbarra com nenhuma objecção séria. Os Estados têm o direito legal do imposto: que o cobrem em genero ou em moéda nada os impede. A lavoura, que está disposta a todos os sacrificios, comtanto que a livrem de ver seu trabalho e capitaes se desfazerem em pó, acceitará esta carga. Tudo está em que S. Paulo, Minas, Rio, Espirito Santo, Bahia e Ceará rapidamente se colliguem e mais rapidamente ainda resolvam.—*Um lavrador.*

(Gazeta de Noticias).



BRASILIANA DIGITAL

ORIENTAÇÕES PARA O USO

Esta é uma cópia digital de um documento (ou parte dele) que pertence a um dos acervos que participam do projeto BRASILIANA USP. Trata-se de uma referência, a mais fiel possível, a um documento original. Neste sentido, procuramos manter a integridade e a autenticidade da fonte, não realizando alterações no ambiente digital - com exceção de ajustes de cor, contraste e definição.

1. Você apenas deve utilizar esta obra para fins não comerciais. Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

2. Atribuição. Quando utilizar este documento em outro contexto, você deve dar crédito ao autor (ou autores), à Brasiliiana Digital e ao acervo original, da forma como aparece na ficha catalográfica (metadados) do repositório digital. Pedimos que você não republique este conteúdo na rede mundial de computadores (internet) sem a nossa expressa autorização.

3. Direitos do autor. No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Os direitos do autor estão também respaldados na Convenção de Berna, de 1971. Sabemos das dificuldades existentes para a verificação se um obra realmente encontra-se em domínio público. Neste sentido, se você acreditar que algum documento publicado na Brasiliiana Digital esteja violando direitos autorais de tradução, versão, exibição, reprodução ou quaisquer outros, solicitamos que nos informe imediatamente (brasiliiana@usp.br).